

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DANIELE DE JESUS OLIVEIRA

**ARAUTOS DO REINO DE DEUS, MILITANTES NA TERRA: A
ATUAÇÃO DOS OPERÁRIOS EVANGÉLICOS NO SINDICATO DOS
METALÚRGICOS DE SÃO CARLOS E IBATÉ**

SÃO CARLOS

2012

**ARAUTOS DO REINO DE DEUS, MILITANTES NA TERRA: A
ATUAÇÃO DOS OPERÁRIOS EVANGÉLICOS NO SINDICATO DOS
METALÚRGICOS DE SÃO CARLOS E IBATÉ**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DANIELE DE JESUS OLIVEIRA

**ARAUTOS DO REINO DE DEUS, MILITANTES NA TERRA: A
ATUAÇÃO DOS OPERÁRIOS EVANGÉLICOS NO SINDICATO DOS
METALÚRGICOS DE SÃO CARLOS E IBATÉ**

**Dissertação apresentada ao Programa
de Pós - Graduação em Sociologia,
para a obtenção do título de mestre
em Sociologia.**

**Orientação: Prof. Dr Jacob Carlos
Lima.**

SÃO CARLOS

2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

O48ar

Oliveira, Daniele de Jesus.

Arautos do reino de Deus, militantes na terra : a atuação dos operários evangélicos no sindicato dos metalúrgicos de São Carlos e Ibaté / Daniele de Jesus Oliveira. -- São Carlos : UFSCar, 2012.

141 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

1. Sociologia. 2. Sociologia da religião. 3. Sociologia do trabalho. 4. São Carlos (SP) - sindicatos - metalúrgicos. I. Título.

CDD: 301 (20^a)



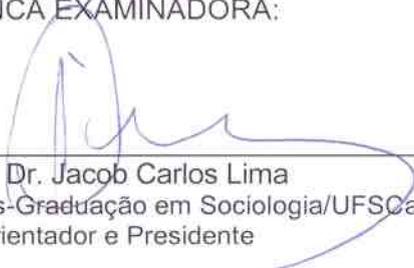
Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos - SP / Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Daniele de Jesus Oliveira

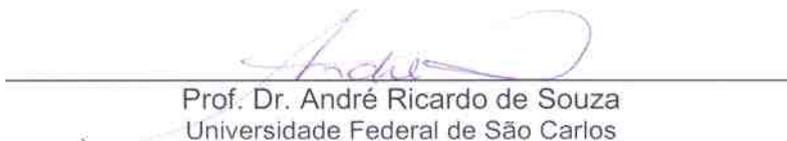
Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, no dia 08 de dezembro de 2011 às 14h, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em 08 de dezembro de 2011.

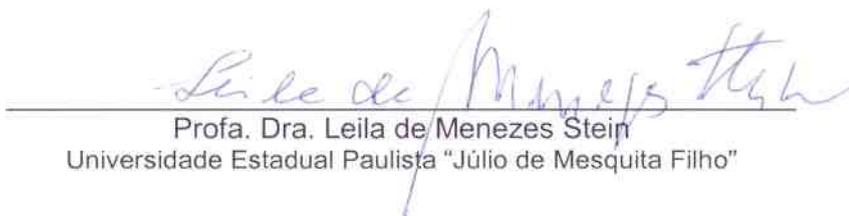
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Jacob Carlos Lima
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar
Orientador e Presidente



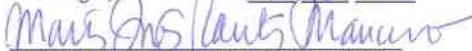
Prof. Dr. André Ricardo de Souza
Universidade Federal de São Carlos



Profa. Dra. Leila de Menezes Stein
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Para uso da CPG

Homologado na 18.ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 08/03/2012



Profa. Dra. Maria Inês Rauter Mancuso
Vice-Coordenadora do PPGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Capes pela concessão de bolsa de pesquisa durante o último ano do curso de mestrado.

A todos os funcionários e professores do PPGS/UFScar pela oportunidade de estudar numa instituição de referência em ensino e pesquisa em especial a Ana Bertolo, secretária e amiga cujo apoio nesse tempo não se limitou a burocracia acadêmica, mas sim nos conselhos, nas conversas diárias em que a alegria e carinho estiveram sempre presentes tornando nossos dias em São Carlos mais agradáveis.

Aos professores André Ricardo de Souza e Maria Inês Mancuso pela valiosa contribuição no exame de qualificação. Ao professor Rodrigo Constante Martins por me permitir ministrar algumas aulas enquanto estagiária e a professora Norma Valêncio pela indicação a minha ida a Manaus pelo PROCAD, oportunidade ímpar para a minha vida acadêmica e pessoal.

Agradeço imensamente ao professor Jacob Carlos Lima, figura essencial para a minha formação enquanto orientador, um verdadeiro parceiro intelectual pelas conversas, dicas, correções e paciência por entender os problemas pessoais surgidos durante a pesquisa.

Aos colegas e amigos do curso, Mariana Siena, Victor, Silvio, Tiago, Juliana Sousa, Diego, Dora, Luma e outros com quem dividi ideias, teorias, angústias e momentos felizes.

Aos trabalhadores que gentilmente me receberam em suas casas, aos pastores pela calorosa recepção nas igrejas, ao Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Erick Silva, por me receber e ceder informações essenciais para a realização da pesquisa.

Por fim, de maneira especial agradeço a minha família principalmente meu pai Maury de Oliveira, minha mãe Maria Fiuza de Oliveira e meu irmão Ednelson Fiuza de Oliveira pelo apoio incondicional financeiro, emocional e, sobretudo, pelo carinho e paciência nesse longo caminho acadêmico.

Por último, porém especial ao meu esposo Roberto Antonio Capiotti, por tudo que representa em minha vida pela contribuição teórica enquanto Antropólogo, pelo amor que me conforta sendo o parceiro de uma vida e cúmplice de uma história.

RESUMO

Este estudo é resultado de uma pesquisa qualitativa realizada junto aos trabalhadores pentecostais sobre o seu envolvimento com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos e Ibaté. A partir da filiação religiosa e suas diretrizes analisam-se suas trajetórias de conhecimento e engajamento com a militância, e em que medida os valores cristãos, por um lado e as demandas de luta sindical, de outro não entram em conflito. Entre os trabalhadores entrevistados a maioria demonstrou afinidade com a militância sindical entendendo que o papel do sindicato é o de garantir o direito dos trabalhadores, daí a participação ativa nas atividades promovidas pela entidade. Tais experiências nos permitem pensarmos nas mudanças de comportamento entre os evangélicos em relação à política micro e macro-social e seus desdobramentos. Nesse ínterim, a religião adquire papel relevante ao estabelecer uma rede de contato entre eles no espaço da igreja e por sua vez no trabalho levando-os a se interessarem pelo sindicato em função da participação de alguns “irmãos de fé” militantes. Resulta daí um movimento de trocas de experiências entre dois espaços aparentemente opostos em função da natureza ideológica, mas que no caso em estudo vem superando essa dicotomia mundo sagrado e mundo secular.

PALAVRAS CHAVE: Operários evangélicos. Operários metalúrgicos. Militância operária e religiosa, Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos e Ibaté.

ABSTRACT

This study is the result of a qualitative research about the involvement of Pentecostal workers in the Union of Metalworkers of San Carlos and Ibaté. From the religious affiliation and its guidelines is analyzed the trajectories of acquaintance and engagement with the militancy and the extent to which Christian values on the one hand and the demands of trade union struggle, others do not conflict. Among the workers interviewed, the majority showed affinity with union militancy, understanding the role of the Union is to ensure the rights of workers, hence the active participation in activities promoted by the entity. Such experiments allow us to think about the changes in behavior among evangelicals in relation to micro-and macro-social policy and its consequences. Meanwhile, religion acquires a relevant role in establishing a network of contact between them within the church and labor, leading them to become interested by the union due to the participation of some "fellow believers" militants. The result is a movement of exchange of experiences between two seemingly opposite areas on the basis of an ideological nature, but in our case has been overcoming this dichotomy between sacred world and the secular world.

KEYWORDS: Evangelical laborers. Metalworkers. Worker and religious militancy
Metalworkers Union of São Carlos and Ibaté.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1- REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA RELIGIÃO NA SOCIEDADE	23
1.1 - A religião na visão de Émile Durkheim	24
1.2 - A análise da religião em Max Weber	29
CAPÍTULO 2- RELIGIÃO E MOVIMENTO SOCIAL NO BRASIL	36
2.1 - A batina vai à greve: clero e movimento operário no ABC	43
CAPÍTULO 3 - EVANGÉLICOS E POLÍTICA NO BRASIL: SUPERANDO FRONTEIRAS	49
3.1- Meu reino não é deste mundo: protestantismo da reta doutrina e política	49
3.2- Identidade pentecostal e política	53
3.3-Operário em construção: o papel da religião entre os trabalhadores metalúrgicos	57
CAPÍTULO 4- “UNI-VOS TRABALHADORES DE SÃO CARLOS” O SINDICATO E SUA HISTÓRIA	79
CAPÍTULO 5- DO PÚLPITO A PLENÁRIA: TRAJETÓRIAS DE TRABALHADORES EVANGÉLICOS ENTRE O SINDICATO E A IGREJA	97
5.1 - Igreja, sindicato e a militância evangélica	97
5.2 - Os evangélicos e a militância na visão dos dirigentes e trabalhadores não evangélicos	111
5.3 - O PT e os trabalhadores evangélicos	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
BIBLIOGRAFIA	129

ANEXOS	140
--------------	-----

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1.** Gráfico evolução das crenças no Brasil - 1940 a 2009. Novo Mapa das Religiões, Fundação Getúlio Vargas – 2011 48
- FIGURA 2.** Mapa porcentagem da população evangélica por unidade federal. CPS/FGV-2011 58
- FIGURA 3.** Foto Marcelo Crivella e esposa visitando o projeto social Canãa, mantido pelo Deputado e Bispo 62
- FIGURA 4.** Foto Dilma Roussef em visita a um templo da Assembleia de Deus. Jornal Estadão, 2010 66
- FIGURA 5.** Foto Vista aérea da Catedral de São Carlos em 1961. Foto de José João empresa Foto Arte. Disponível em Matizes de uma Luta, (PAINO 2002) 80
- FIGURA 6.** Foto Pe Antonio Tombolato, conhecido como o protetor dos trabalhadores de São Carlos por ter cedido os porões da Catedral para as primeiras reuniões. Foto de José João; empresa Foto Arte: Disponível em Matizes de uma Luta, (PAINO 2002) 81
- FIGURA 7.** Foto Casa de Cabeça Filho, transformada em sede da Associação em 1961, Foto de José João, empresa Foto Arte: Disponível em Matizes de uma Luta, (PAINO 2002) 84
- FIGURA 8.** Foto Cabeça Filho recebendo a carta sindical em 25/04/1962. Foto de José João, empresa Foto Arte: Disponível em Matizes de uma Luta, (PAINO 2002) 85
- FIGURA 9.** Foto Manfredo Formigoni, Cabeça Filho e Aldo Milanetto. Foto de José João, empresa Foto Arte: Disponível em Matizes de uma Luta, (PAINO 2002) 87
- FIGURA 10.** Foto Manifestação dos trabalhadores sendo contida pelo policiamento. Foto de José João, empresa Foto Arte: Disponível em Matizes de uma Luta, (PAINO 2002) 89
- FIGURA 11.** Foto Sede social do Sindicato dos Metalúrgicos, Rua Riachuelo, 632. Foto de José João, empresa Foto Arte: Disponível em Matizes de uma Luta, (PAINO 2002) 96

LISTA DE SIGLAS

AD	Assembléia de Deus
ABC	Santo André, São Bernardo e São Caetano
ACB	Ação Católica Brasileira
AI -5	Ato Institucional n 5
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CEBEs	Comunidades Eclesiais de Base
CBT	Companhia Brasileira de Tratores
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Conamad	Convenção Nacional de Madureira das Assembléias de Deus
CGADB	Convenção Gral das Assembléias de Deus no Brasil
CCB	Congregação Cristã no Brasil
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CGTB	Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
CEHILA	Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina e Caribe
COPESP	Conselho de Pastores do Estado de São Paulo
CPS	Centro de Políticas Sociais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
E.U.A	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IB	Igreja Batista
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEQ	Igreja do Evangelho Quadrangular
IIGD	Igreja Internacional da Graça de Deus
IM	Igreja Metodista
INV	Igreja Nova Vida
IP	Igreja Presbiteriana
IPL	Indústria Pereira Lopes

Iurd	Igreja Universal do Reino de Deus
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LEC	Liga Eleitoral Católica
M.D.B	Movimento Democrático Brasileiro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PDT	Partido Democrata Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PLRs	Participação nos lucros e repartição das empresas
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PND	Programa Nacional de Desenvolvimento Humano
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRD	Protestantismo da Reta Doutrina
PRN	Partido da Restauração Nacional
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSP	Partido Social Progressista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde

SNT	Sara Nossa Terra
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UFScar	Universidade Federal de São Carlos
USP	Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

Recentemente, o Centro de Políticas Sociais (Agosto/2011) da Fundação Getúlio Vargas divulgou os resultados de uma pesquisa denominada Novo Mapa das Religiões em que foram apresentados dados sobre o perfil religioso brasileiro. Foi apontada uma diminuição no número de católicos e o crescimento dos evangélicos¹, saltando de 17,9% em 2003 para 20,2% em 2009, seguindo a tendência que já vem se verificando desde a última década do século XX.

Este fato não se refere às estatísticas populacionais somente, uma vez que os evangélicos têm ocupado importantes cargos em outras esferas sociais, como nas Ongs, sindicatos e movimentos autônomos, sobretudo no campo político, envolvendo-se em termos candentes em debates públicos sobre a legalização do aborto, da união homoafetiva e demais pontos que têm tramitado no Congresso Nacional.

Num momento em que o debate sobre a secularização e desencantamento do mundo tem sido colocado em evidência para legitimar o desenvolvimento do Estado Moderno, conforme Weber (1991), a religião está longe de deixar a esfera pública, conforme podemos observar nas eleições, na construção de partidos políticos com influência religiosa e em movimentos sociais diversos, inclusive no sindicalismo.

O objetivo desta pesquisa é analisar o envolvimento dos trabalhadores evangélicos com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos e Ibaté, considerando a identidade religiosa do grupo como um elemento de atração para a participação nas atividades desenvolvidas pela entidade. Estamos, assim, diante de uma situação aparentemente ambígua, na medida em que o desenho institucional religioso pentecostal pede uma postura menos assertiva em relação às chamadas injustiças impostas pelo mundo, muitas vezes entendidas como provação a que o “crente” está sujeito, como meio de salvação. Por outro lado, a instituição sindical opera numa direção prática e discursiva distinta da religiosa, em função de sua natureza ideologicamente combativa, mas que no caso em questão há sinais de que

¹ Os dados fornecidos foram resultado da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) produzidas pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), realizada em 2009.

mudanças estão ocorrendo entre os trabalhadores evangélicos sobre a importância da participação do crente em espaços de debate político.

Num momento em que a tese da secularização tem sido amplamente debatida nas Ciências Sociais, principalmente devido à entrada dos religiosos na política. Porém, não queremos discutir a viabilidade da tese ou sua desconstrução, ainda que nos últimos anos, no Brasil, a atuação de grupos religiosos diversificados na vida política tenha sido na direção contrária dessa secularização.

Destacamos aqui a articulação entre o “secular”, no caso o sindicato, e o “sagrado” na medida em que envolve atores sociais participantes em ambos os espaços. Daí pensarmos nos desdobramentos dessa relação, Freston chama a atenção para a convivência entre religião e política: “Religião e política podem, sim, ser misturadas. Uma pessoa pode ser inspirada por sua fé religiosa a ingressar na política e defender certas propostas. Política confessional, sim; Estado confessional não” (2006, p. 10).

A participação nas atividades sindicais é uma atividade política, pois implica uma instância de luta coletiva que demanda melhores condições de vida para o trabalhador. Nesse sentido, o engajamento com a militância sindical entre os trabalhadores evangélicos corresponde a uma atividade política que evidencia a influência da filiação religiosa na construção dos movimentos sociais em seus diferentes campos.

A participação dos trabalhadores no sindicato é analisada a partir do referencial religioso do grupo e das motivações que os unem enquanto trabalhadores evangélicos numa instituição “secular”. Desta forma, a questão não se resume apenas sobre o vínculo religioso dos trabalhadores, mas também sobre o sentido do trabalho para estes homens e mulheres.

Para tanto recorreremos à pesquisa qualitativa por considerá-la mais apropriada para a problemática definida. Lazarsfeld (1969: 169) aponta ocasiões em que o método qualitativo pode ser aplicado oferecendo resultados mais eficazes em função da natureza do caso investigado: “a) situações nas quais a evidência qualitativa substitui a simples informação estatística relacionada a épocas passadas; b) situações nas quais a evidência qualitativa é usada para captar dados psicológicos que são reprimidos ou não facilmente articulados como atitudes, motivos, pressupostos, quadros de referência etc.; c) situações nas quais simples observações qualitativas são usadas como indicadores do funcionamento

complexo de estruturas e organizações complexas que são difíceis de submeter à observação direta”.

O fato de conhecer alguns trabalhadores metalúrgicos viabilizou a realização da pesquisa nesse espaço. Entre eles, um da montadora Volkswagen do Brasil da unidade de São Carlos e outro da Tecumseh do Brasil Ltda, empresa fabricante de compressores, condensadoras e outros eletrodomésticos da linha branca. Conhecemos os trabalhadores em um evento² em maio de 2009 como parte da programação das comemorações do dia do trabalho organizada pelos trabalhadores da cidade, em que estavam presentes diversas categorias profissionais da cidade, além de estudantes secundaristas e universitários.

Passados alguns meses, partimos para a pesquisa de campo e então fomos para os portões das fábricas na tentativa de estabelecer contato com os trabalhadores. Percebemos alguma resistência, mas, por sorte, encontramos esses dois trabalhadores que até então não sabíamos que eram da mesa diretora do sindicato.

Após conversarmos e explicarmos nosso tema de pesquisa, colocaram-se a nossa disposição abrindo as portas do sindicato. Tivemos, então, primeiro contato com o sindicato, onde pudemos conhecer um pouco das atividades ali desenvolvidas. Nesse ínterim, fomos apresentados aos trabalhadores evangélicos atuantes na entidade que, por sua vez, convidaram-nos para participar de cultos, escolas dominicais, acampamentos, reuniões de mulheres e jovens.

Estas visitas foram feitas em diferentes igrejas, uma vez que há fiéis da Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Congregação Cristã no Brasil, Igreja Internacional da Graça e Renascer em Cristo.

Durante os quatro meses iniciais da pesquisa de campo (Fevereiro, março, Abril e maio de 2010), realizamos um levantamento bibliográfico sobre o Sindicato e sua história na cidade, e aplicamos um roteiro de entrevista³ junto a alguns dos trabalhadores

² Trata-se do evento organizado pela Prefeitura e a Intersindical de São Carlos, durante a comemoração do Dia do Trabalho que em 2009, teve o tema “ Dia de Luta em Defesa do Emprego” realizado na Praça do Mercado Municipal.

³ O roteiro de entrevista está disponível nos anexos no final da dissertação (Tratam-se de 15 trabalhadores, cujos nomes utilizados são fictícios e uma entrevista direta com o atual presidente do sindicato).

evangélicos, a fim de efetuarmos uma abordagem prévia sobre as diversas denominações a que pertencem, bem como outros aspectos de caráter sócio-econômico.

O intuito do levantamento foi de identificar o perfil destes trabalhadores evangélicos de forma mais específica, através do conhecimento da igreja que frequentam, do setor em que trabalham nas fábricas, da razão e tempo de participação no sindicato. Assim foi possível identificar as afinidades e conflitos nos discursos religiosos por um lado e político (militante) por outro, mas que entre nossos pesquisados aparecem lado a lado.

Paralelo às observações nas igrejas, acompanhamos algumas atividades organizadas pelo sindicato, tais como paralisações, reuniões, mobilizações nos portões das fábricas, almoços promovidos, o torneio de futebol no clube de campo da entidade. Neste período foram realizadas 16 entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores evangélicos, dirigentes, pastor, e trabalhadores não-evangélicos onde procuramos entender as motivações que os levam a se envolver com o sindicalismo.

Na organização do roteiro⁴ de entrevista procuramos dividir as questões em três grupos. Primeiramente aquelas sobre a participação no Sindicato: tempo de trabalho como metalúrgico, como conheceu o sindicato, frequência com que vai às reuniões, opinião sobre as reivindicações. Posteriormente, as relacionadas à filiação religiosa: se nasceu em lar evangélico, há quanto tempo e qual igreja frequenta, há amigos no trabalho que frequentam sua igreja. Por fim, as que apontam para o vínculo *ethos* religioso e ação política, no caso militância: na igreja discutem assuntos sobre trabalho, política, como seus irmãos de fé enxergam sua militância, dentre outras. A partir das entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores, foi possível traçar o caminho entre igreja e sindicato, bem como as experiências de conversão e seus desdobramentos no cotidiano dos trabalhadores.

No primeiro capítulo, fazemos uma reflexão sobre o papel da religião na sociedade, no sentido de entender como os signos religiosos permanecem presentes na sociedade independente de suas transformações. Daí resgatarmos alguns conceitos de Durkheim (2001) para quem as ideias coletivas, os agrupamentos e as representações, quando coletivas, antecedem o indivíduo de forma que imperam sobre eles. É esta ênfase no aspecto holista que nos interessa para pensarmos como, hoje, as mudanças no campo religioso

⁴O roteiro com todas as perguntas da entrevista semi-estruturada está anexado no final da dissertação.

brasileiro, mais especificamente a forma como os indivíduos enxergam a instituição igreja, mantêm relação com a sua proposta.

Considerando o protestantismo e seu traço de individualismo, no caso do pentecostalismo, esse é um dado que vem ganhando força no interior das igrejas, diferentemente daquela ideia orgânica da religião apontada por Durkheim (2001) como resultado de uma maior participação em movimentos sociais e políticos, rompendo a barreira religiosa e política.

Posteriormente passamos a Max Weber (1983), por ser o autor cuja obra abarca religião como um ponto de partida para se entender as relações sociais, os elementos culturais e o desenrolar do protestantismo na formação do capitalismo. A forma como analisa os diferentes *ethos* e suas afinidades com outras áreas da vida ajuda-nos a pensar as mudanças do campo religioso brasileiro e suas conexões como instâncias “secularizadas”, particularmente as políticas, entre elas o engajamento com a militância sindical.

No segundo capítulo adentramos na discussão Religião e Movimento Social no Brasil, refletindo sobre o percurso dessa relação construída ao longo do tempo com a Igreja Católica e sua ação nos anos de 1920 e 30 com um catolicismo mais “conservador” até os anos 1960 e 70 onde a Teologia da Libertação entra em cena com um enfoque teológico distinto ao considerar a pobreza não como alvo de caridade, mas como condição favorável ao sujeito como meio para a libertação destacamos também o trabalho do círculo dos padres operários em trono de D. Jorge Marcos, bispo da Diocese de Santo André figura proeminente na atuação dos padres junto aos trabalhadores metalúrgicos, cuja repercussão desse trabalho não se resumiu a região do ABC (Santo André, São Bernardo e São Caetano) . Surge assim um olhar novo sobre o que é ser igreja com ênfase no papel comunitário e participativo do cristão na sociedade ao articular fé e vida e, conseqüentemente, o engajamento com os movimentos sociais.

Nessa direção procuramos mostrar como o Protestantismo vem aderindo aos movimentos sociais e políticos, principalmente entre os pentecostais e neopentecostais, embora entre estes a participação em movimentos sociais mais reivindicativos tenha ganhado

impulso no final da década de 1970, embalados pela Teologia da Prosperidade⁵ – corrente nascida nos Estados Unidos e que chegou ao Brasil no final da década de 1970. Segundo essa proposta teológica, Deus criou o homem para ser abençoado neste mundo de modo que toda forma de miséria e sofrimento não deve ser aceita como condição de salvação num mundo futuro.

Sendo assim, o conforto material e o acúmulo de bens é sinal da graça divina. Porém, não como sinal de predestinação, a exemplo dos protestantes históricos, mas que cabe ao indivíduo buscar melhores condições de vida trabalhando e confiando que Deus assim agirá em sua vida.

Assim, a ênfase na atuação no presente deixa de ser uma prática reprovável por parte dos ministérios e passa a ser colocada como uma obrigação do “crente”, convocando o sujeito a agir no mundo presente.

No terceiro capítulo discutimos o protestantismo no Brasil em suas primeiras correntes, no caso o Protestantismo da Reta Doutrina (PRD) analisado por Rubem Alves (1979), em que é apresentada uma postura mais “conservadora” deste grupo religioso a partir das mudanças de orientação teológica na década de 1950 com a influência do Humanismo Cristão. Este último é uma doutrina católica embasada na obra do filósofo francês Jacques Maritain, para quem o cristão, enquanto membro da sociedade, não deve ser indiferente aos fins temporais da história humana; ele deve trabalhar com o povo para o crescimento desta História (VIGNERON, 1997).

Essas reflexões do que vem a ser cristão passam a ser questionadas entre alguns líderes protestantes na década de 50 que conheciam as teses humanistas, além da aproximação entre católicos e protestantes insatisfeitos com a postura da Igreja em relação aos problemas sociais. Resulta desse processo um trato diferente entre os protestantes em relação às questões políticas, que anos mais tarde se consolida (década de 90 até 2010) com a entrada dos pentecostais no poder em diversas instâncias. Assim, tomamos como exemplo as eleições

⁵ A Teologia da Prosperidade ou Confissão Positiva, teve sua origem nos Estados Unidos na década de 1940. Mas só se – consolidou como movimento doutrinário em 1970, quando o movimento carismático estadunidense passou a difundi-lo. Seu pioneiro foi o pastor Essek. M. Kenyon e o maior divulgador Kenneth Hagin. Alcançando outros países durante a década de 1970, entre eles o Brasil que teve como difusor o neopentecostalismo. (MARIANO, 2005)

de 2010, onde os evangélicos foram focados pelos candidatos e as temáticas consideradas “polêmicas”, dando tom do debate.

Por fim buscamos ver em que medida a identidade de trabalhador pode ser construída a partir da religião, visto ter sido um aspecto importante para a adesão à luta sindical por parte dos trabalhadores evangélicos. Estes entendem que a busca por melhores condições de trabalho relaciona-se com o princípio de justiça (legal e moral religiosa) que pode ser reivindicada via uma entidade “secular”.

No quarto capítulo trazemos a história do sindicato dos metalúrgicos destacando seus momentos importantes desde a fundação. Foi possível resgatar o período entre 1961 até o final da década de 80 a partir do livro “Matizes de uma luta” de R .A. Paino (2002) por se tratar da única obra que reconstrói a história do sindicato, em que são narrados episódios significativos da entidade, além de fotos das quais utilizamos algumas para ilustrar o capítulo.

Há também uma breve retomada da situação industrial durante a década de 90 por se tratar de um momento em que a cidade recebeu novas fábricas, como a Volkswagen com grande impacto sobre a mobilização operária e o movimento sindical. A partir daí surgiu uma oposição no interior do sindicato, fortalecendo as discussões políticas cujos desdobramentos se fazem sentir nos dias atuais, nas eleições sindicais. No quinto e último capítulo apresentamos as entrevistas com os trabalhadores⁶ evangélicos, não-evangélicos e dirigentes, mostrando as trajetórias em alguns casos de conversão ao protestantismo (pentecostalismo), bem como a adesão ao sindicato, contando suas trajetórias e como conheceram a entidade.

Dividimos em três partes o capítulo 5, tratando na primeira a relação Igreja, sindicato e militância evangélica, trazendo as trajetórias de trabalhadores de diversos setores, idades e tempo de filiação ao sindicato, mas todos com um ponto em comum: ser evangélico. Na segunda parte, trazemos a discussão sobre os evangélicos e a militância na visão dos dirigentes e trabalhadores não-evangélicos: Na terceira parte apresentamos as falas sobre o

⁶ As informações completas de cada trabalhador se encontram anexada no final da dissertação no questionário socioeconômico.

Partido dos Trabalhadores e os trabalhadores evangélicos na medida em que essa é uma questão que se coloca como obstáculo para alguns trabalhadores crentes:

Desta forma, identificamos como esse ser e fazer-se parte do sindicato, ao mesmo tempo em que se é evangélico, tem sido uma convivência tranquila, embora haja algumas resistências por parte de alguns evangélicos. Porém, no conjunto podemos considerar que é um grupo religioso que tem procurado os espaços “seculares” ao transitarem do púlpito à plenária.

CAPÍTULO I

O PAPEL DA RELIGIÃO NA SOCIEDADE

Este capítulo ocupar-se-á de uma breve retomada do papel da religião na sociedade, estudadas pela Sociologia, fundamental para a compreensão de como o elemento “sagrado” exerce importante lugar no desenvolvimento histórico.

Interessa-nos aqui as análises de Émile Durkheim e Max Weber, pela contribuição teórica sobre a temática, bem como as particularidades de enfoque que estes autores imprimem sobre a questão religiosa e suas implicações com as demais esferas da vida por se tratar de um momento em que se questiona a permanência da religião frente às demandas da sociedade contemporânea. A religião, para ambos os autores, contribui para a dinâmica social. Isto é, quando um indivíduo adere a um grupo religioso, a sua escolha tem repercussão em outras instâncias: economia, cultura, arte e política.

Durkheim, ao assinalar a natureza coletiva da religião, oferece-nos elementos para pensarmos a identidade religiosa construída no contato com o grupo, que lhe assegura uma função social no interior da comunidade, e por sua vez na sociedade – esta entendida como um complexo maior em que as partes que a compõem precisam estar bem amarradas. E sendo a religião um lócus, onde os laços de irmandade são diariamente estimulados pelos líderes, os ritos de passagens e os códigos de conduta doutrinários, é possível verificar em que medida a religião hoje, em meio a mudanças econômicas, políticas e culturais, responde às necessidades “espirituais” subjetivadas e, ao mesmo tempo, “concretas” dos sujeitos.

No caso de Weber, a religião, assim como toda escolha, está pautada numa ação racional. Não é por outra razão que quando se refere à análise da religião no Ocidente recorrem-se às análises weberianas, sobretudo quando se trata da relação que esta estabelece com outras áreas da vida. As diversas formas como a religião se manifesta no Ocidente em sua forma racionalizada, colocando Estado de um lado, e Igreja de outro (secularização), apresenta-se como a pedra de toque da modernidade. No entanto, assistimos hoje à manifestação de elementos religiosos, seja nas discussões políticas em macro e microesfera onde diferentes grupos religiosos expõem suas opiniões. É nesse sentido que agrupamentos religiosos considerados apolíticos como os pentecostais, que procuram se envolver com

assuntos “seculares” por vezes de natureza ideológica combativa como o sindicalismo, entre outros que envolvem a cidadania.

1.1 A religião na visão de Émile Durkheim

Para Émile Durkheim, os fenômenos sociais são de natureza coletiva. E tudo o que estimule essa efervescência coletiva adquire importância no sentido de garantir ao grupo uma sensação de pertença e coesão. Mas, essa coesão não se restringe a controle exclusivamente, mas sim como meio de agrupar, por exemplo, em sistemas religiosos, “micros”, que se coadunam dentro de um sistema maior que é a sociedade (SANCHIS, 2003, p. 37).

Tal apontamento não é fortuito no conjunto da obra durkheimiana, principalmente pela ênfase ao caráter estrutural que a religião apresenta. Daí essa relação da religião pelo social e vice-versa ser a razão pela permanência dos credos, mesmo em meio às transformações pelas quais passam o mundo.

Sendo assim, ao agrupar um número de pessoas a certa filosofia ou credo religioso, o que está em jogo para o autor é algo superposto aos homens. Nisto reside à força do mito, implícito nas filosofias religiosas que permanecem num eterno retorno de tempos em tempos na sociedade.

As representações coletivas atribuem muitas vezes às coisas às quais se referem propriedades que aí não existem sob nenhuma forma e em nenhum grau. Do objeto mais vulgar, podem fazer um ser sagrado e muito forte. Entretanto, ainda que puramente ideais, os poderes lhe são assim conferidos agem como se fossem reais; determinam a conduta do homem com a mesma necessidade que forças físicas [...]. Portanto, não é um delírio propriamente dito, porque as idéias que se objetivam dessa maneira fundam-se não certamente na natureza das coisas materiais sobre as quais se instalam, e sim na natureza da sociedade. [...] a força religiosa é apenas o sentimento que a coletividade inspira a seus membros, mas projetado fora das consciências que os experimentam, e objetivado. Para objetivar-se, fixa sobre um objeto que então se torna sagrado [...] o mundo do religioso não é um aspecto particular da natureza particular empírica: é superposto a ela” (DURKHEIM, 1983, p.284-285).

O mundo religioso está além da esfera empírica, numa alusão ao que podemos entender como sagrado por um lado, e mundo concreto por outro. Porém, essa dicotomia é

aparente, na medida em que os signos religiosos são construídos materializando os mitos a partir das crenças, que por sua vez se concretizam num mundo objetivo.

Nessa direção, Durkheim, observando a vida da sociedade australiana, toma um rito religioso em que ocorrem alguns frenesis entre os participantes. Trata-se de um ritual de passagem comum entre tribos que transitam entre o nomadismo por alguns meses e outros que permanecem no local por tempo indeterminado e, ao se encontrarem, realizam uma assembleia geral em que celebram com danças e evocações de espíritos, entrando em transe.

Uma vez que os indivíduos estão reunidos, emana da sua aproximação uma espécie de eletricidade que os conduz rapidamente a um grau rapidamente extraordinário de exaltação [...]. Compreende-se facilmente que, chegando a esse estado de exaltação, o homem não se conhece mais. Sentindo-se dominado, arrastado por uma espécie de poder exterior que o faz pensar e agir de maneira diferente que em tempo normal, tem naturalmente a impressão de não ser mais ele mesmo. Parece-lhe que se tornou um ser novo: as decorações com que se fantasiam, as espécies de máscaras com que cobre o rosto representam materialmente essa transformação interior, mais ainda do que contribuem para determiná-la. E como, no mesmo momento, os seus companheiros sentem-se transfigurados da mesma maneira e traduzem o seu sentimento através dos gritos, dos gestos, da atitude, tudo se passa como se ele tivesse realmente sido transportado para um mundo especial, inteiramente diferente daquele em que vive normalmente, para um meio totalmente povoado de forças excepcionalmente intensas, que o invadem e o transformam. Como poderiam experiências como essas, sobretudo quando se repetem a cada dia durante semanas, não lhe deixarem a convicção de que efetivamente existem dois mundos heterogêneos e incomparáveis entre si. Um é aquele no qual arrasta monotonamente a sua vida quotidiana: ao contrário, não pode penetrar no outro sem entrar imediatamente em contato com forças extraordinárias que o galvanizam até o frenesi. O primeiro é o mundo profano, o segundo aquele das coisas sagradas. Portanto, é nesses meios sociais efervescentes e dessa própria efervescência que parece ter nascido à idéia religiosa (DURKHEIM, 1983, p 269-274)

A descrição desse ritual traz um elemento importante, qual seja a funcionalidade do mito, que aparece como um rito de passagem necessário em que o mundo profano adentra o espaço do sagrado e vice-versa, alimentando a ideia de magia que por sua vez lança bases para a religião enquanto “empresa do sagrado” (SANCHIS, 2003, p. 42).

Durkheim, nas *Regras do Método Sociológico* (1987), apresenta o elemento religioso mais estático e linear. Diferentemente das *Formas Elementares de Vida Religiosa* (1983), a religião suporta uma dinâmica de movimento entre o sagrado e o profano que impulsiona a coletividade.

As categorias, que serviam antes de tudo para tornar o mundo inteligível, desdobram-se agora, sem perder este papel, em múltiplas funções entrelaçadas: a de conhecer, sem dúvida, mas também a de embasar e guiar a ação (a ética), e, mais, fundante ainda, a de motivar e impulsionar esta ação coletiva, pelo desafio permanente que elas dirigem às fontes de energia imersas nas profundezas da vida coletivas, as únicas capazes de dar origem a esta ação. A religião com efeito, não é

somente um sistema de idéias, é antes de tudo um sistema de forças. O homem que vive religiosamente não é somente o homem que representa o mundo de tal ou tal maneira, que sabem o que outros ignoram, é antes de tudo um homem que experimenta um poder que não se conhece na vida comum, que não sente em si mesmo quando não se encontra em estado religioso. A religião diz assim respeito à ação. (SANCHIS, 2003, p 41).

Esse aspecto mostra a religião como uma categoria social que transita entre o “imaginário” e o real. Isto é, ainda que pareça uma pseudo-concreticidade por tratar-se de mitos, não deixa de ser real, pois estabelece uma ponte com o “social concreto”, como no exemplo da tribo australiana, em que o autor destaca uma heterogeneidade ao dividir os mundos. No entanto, o próprio Durkheim reconhece no delírio inerente à religião o aspecto de legitimidade atribuído pela lei geral própria da humanidade (SANCHIS, 2003, p 43).

Objetar-se-á, entretanto, que também nesta hipótese a religião continua a ser um produto do delírio. Que outro nome, com efeito, pode-se atribuir à exaltação na qual se encontram os homens quando, em consequência de efervescência coletiva, acreditam-se transportados para um mundo totalmente diferente daquele que tem sob os olhos? [...] Mas, se por esta razão pode-se dizer que a religião não existe sem certo delírio, é preciso acrescentar que este delírio, se tem as causas que lhe atribuímos, é legítimo. Quanto ao mais, se chamamos delírio qualquer estado no qual o espírito aumenta os dados da intuição sensível projetando seus sentimentos e suas impressões nas coisas, talvez não exista representação coletiva que não seja delirante, em certo sentido as crenças religiosas constituem apenas caso particular de lei muito geral” (DURKHEIM, 1983, p. 283).

Desta forma, a religião, para Durkheim, constituir-se-ia numa particularidade inscrita num sistema maior regido por uma lei geral, de modo que todos os símbolos particulares, dentre eles os de ordem religiosa, tendem a desaparecer de tempos em tempos, principalmente em função da crise moral pela qual a sociedade está vulnerável (AMARAL, 2003)

Lembremos que, para Durkheim, a ideia de moral é fundamental para a manutenção da ordem estabelecida pela lei geral. Todavia, essa moral passa pela clivagem da razão e essa razão por sua vez se manifesta através das coletividades em suas diversas formas, como no caso da religião, que é recriada na humanidade como uma *condictio sine qua non*, que transpõe o tempo e as transformações da humanidade.

Portanto, há na religião algo de eterno destinado a sobreviver a todos os símbolos particulares nos quais o pensamento religioso se envolveu sucessivamente. Não pode haver sociedade que não sinta a necessidade de conservar e reafirmar, a intervalos regulares, os sentimentos coletivos e as idéias coletivas que constituem a sua unidade e a sua personalidade [...] Se hoje encontramos, talvez, alguma dificuldade para imaginar em que poderão consistir essas cerimônias do futuro é porque atravessamos uma fase de transição e de mediocridade moral [...] Os antigos deuses envelhecem ou morrem, e não nasceram outros [...] Mas esse estado de incerteza e agitação confusa não poderá durar eternamente. Virá um dia em que nossas sociedades conhecerão novamente horas de efervescência criadora, durante

as quais novos ideais surgirão, novas fórmulas aparecerão e, por certo tempo, servirão de guia para a humanidade; e nessas horas, uma vez vividas, os homens sentirão espontaneamente a necessidade de revivê-las de tempos em tempos, pelo pensamento, ou seja de conservar a sua lembrança por meio de festas que revivifiquem regularmente os seus frutos (DURKHEIM, 1983, p. 504-506).

Assim, mais do que uma discussão sobre os signos religiosos, a noção de fenômeno coletivo que Durkheim imprime sobre a religião é que nos interessa para entendermos a sua permanência na atualidade, sobretudo quando o conceito de “secularização” tem sido discutido pela sociologia da religião para explicar o fenômeno religioso.

Considerando a forma como as identidades religiosas estão sendo construídas hoje pelas agências religiosas, principalmente pela ênfase que se atribui à ideia de indivíduo, ao deixá-lo livre quanto à interpretação das normas doutrinárias, é que nos perguntamos como é possível pensar na religião como um sistema de crenças e práticas coletivas, uma vez que essas mudanças por vezes sugerem uma relativização do que venha a ser profano.

A flexibilização de alguns hábitos e costumes em algumas denominações cristãs antes impensados aparecem, em certos casos, como uma necessidade justificada pelas lideranças como consequência das transformações da própria sociedade que se moderniza. Em diálogo com o estudo de Durkheim, tentaremos resolver essa problemática. Trata-se de entender primeiro noção de holismo que aparece em suas obras, principalmente em relação às formulações sobre religião.

Ao construir um modelo metodológico para explicar a antinomia indivíduo-sociedade, Durkheim retoma a noção kantiana de dualismo⁷ “É evidente que as nossas paixões e tendências egoístas derivam da nossa constituição individual, enquanto a nossa atividade racional, quer teórica quer prática, depende diretamente das causas sociais” (DURKHEIM, 1983, p.302). Essas percepções distintas são importantes na medida em que a dupla existência vivida pelo homem, embora aparentemente antagônicas, ao final de seu percurso, está subsumida à moral e por sua vez ao social.

⁷ O dualismo kantiano não se baseia em princípios metafísicos, mas sim numa realidade pautada em duas faculdades antitéticas que se divide da seguinte forma: emoção, faculdade de pensar sob as diversas espécies do individual e a razão, faculdade de pensar sob as espécies do universal e impessoal. (Dumont, 2000)

Portanto, a moral passa a ser um termômetro social em que as escolhas dos sujeitos, quando relacionadas às emoções, por exemplo, correspondem à sua face individual, ao passo que as que se valem do uso da razão são de ordem eminentemente social. Entregue a si mesmo, o indivíduo cairia sob a dependência das forças físicas; se pode escapar, libertar-se e criar uma personalidade, é porque pôde se abrigar sob uma força “suis generis”, força intensa, pois resulta da coligação de todas as forças individuais; força inteligente e moral capaz portanto de neutralizar as energias ininteligentes e amorais da natureza: é a força coletiva (DURKHEIM, 1983, p.71).

É neste sentido que Durkheim elege a religião como fato social por excelência, pois a religião é um sistema de organização social, de comportamento individual e atribuição de valores à realidade. A religião é a adoração do indivíduo social em relação ao todo social, mas que ao longo do tempo tem dado sinais de abertura, ampliando a participação em movimentos sociais e políticos onde a ação do crente no mundo via igreja, embora “social”, tem adquirido contornos de um individualismo quando se afasta das prerrogativas teológicas rígidas.

Assim como as demais organizações sociais, as igrejas redefinem-se e se reestruturam frente às novas exigências políticas e sociais. Isto implica dizer que os sujeitos em seu interior também mudam, resultando dessa interação instituição/sujeito novos olhares sobre a vida.

Para Dumont (2000), nos primórdios do cristianismo já se via algumas características do individualismo moderno.

Algo do individualismo moderno está presente nos primeiros cristãos e no mundo que os cerca, mas não se trata exatamente do individualismo que nos é familiar. Na realidade, a antiga forma e a nova estão separadas por uma transformação tão radical e tão complexa que foram precisos nada menos de dezessete séculos de história cristã para completá-la, e talvez prossiga ainda em nossos dias. A religião foi o fermento essencial, primeiro, na generalização da fórmula e, em seguida, na sua evolução. (DUMONT, 2000, p.36)

Em sua tese, o indivíduo “designa ao mesmo tempo um objeto fora de nós e um valor”; de um lado está o sujeito que pensa e age presente em todas as sociedades e de outro o ser moral independente e autônomo, essencialmente não-social, portador de nossos valores supremos, e que se encontra em primeiro lugar em nossa ideologia moderna do homem e da sociedade (DUMONT, 2000, p.37). Desta forma, o individualismo ocorre quando o indivíduo constitui o valor supremo, enquanto o valor que está presente na sociedade é o holismo.

Comparando o cristianismo com as religiões indianas, Dumont (2000) sugere que a renúncia de mundo por parte dos ascetas indianos tem em comum com o indivíduo moderno o fato deles se preocuparem consigo mesmo, mas com uma diferença essencial: “nós vivemos no mundo social, ele vive fora deste, assim o renunciante indiano está fora do mundo enquanto nós somos indivíduos no mundo” (DUMONT, 2000).

Contudo, em Durkheim, a proposta é exatamente o elemento de solidariedade: ela vincula os indivíduos no interior de uma "igreja". Toda religião é, portanto, um lugar de memória e de identidade. Ao congregar as pessoas, ela lhes fornece um terreno e um referente comum no qual a identidade do grupo pode se exprimir. As crenças religiosas, enquanto "consciências coletivas", aglutinam o que se encontrava antes disperso (ORTIZ, 2001).

Em linhas gerais, esse apontamento ajusta-se ao protestantismo quando comparado ao catolicismo. Esta prática do individualismo mostrou-se muito mais presente no primeiro caso.

Com Calvino a dicotomia hierárquica chega ao fim o elemento mundano antagônico, ao qual o individualismo devia até então reservar um lugar, desaparece inteiramente na teocracia calvinista. O campo está completamente unificado. O indivíduo está agora no mundo, e o valor individualista reina sem restrições nem limitações. Temos diante de nós o indivíduo no mundo. (DUMONT, 2000, p. 40)

Essa discussão ajuda-nos a pensar como o protestantismo esteve mais aberto ao individualismo, e com isso seus desdobramentos na atualidade, principalmente em torno de questões “seculares” como têm ocorrido entre os pentecostais e neopentecostais, contrariando muitas vezes a doutrina, levando com isso as igrejas a reformular ou “conviver” com tais novidades que acentuam esse caráter do indivíduo no mundo de forma ativa.

1.2 A análise da religião em Max Weber

Entre os autores clássicos da sociologia, Weber foi quem mais se preocupou com o fenômeno religioso. Daí a Sociologia da Religião se debruçar sobre seus conceitos que em boa medida têm norteado estudos que buscam compreender as mudanças de orientação e comportamento dos indivíduos religiosos em relação a assuntos considerados “seculares” mais propriamente política e trabalho.

Para Weber, a sociedade moderna ocidental tem como particularidade a racionalidade; portanto, todas as suas instituições, sejam elas políticas, econômicas e culturais, são frutos desse processo. A fim de entender esse processo, Weber fez um estudo histórico comparativo entre os diferentes grupos religiosos de distintas civilizações por considerar que as peculiaridades das religiões, que formam o substrato da matriz cultural ocidental, exercem importante papel na origem do desenvolvimento dessa racionalização ocidental (MARIZ, 1997)

Diferentemente de Durkheim que concebia uma ideia evolucionista de sociedade, para Weber cada civilização tem sua história peculiar que evolui de forma única. Nessa perspectiva, Weber retoma as cinco religiões mundiais: Confucionismo, Hinduísmo, Budismo, Islamismo e o Cristianismo, tomadas como éticas religiosas, pois, ao entender seus percursos históricos, é possível encontrar as disposições subjetivas dos sujeitos e sua relação com os estilos de vida correspondentes a cada uma delas, isto é, os tipos ideais (DUMONT, 2000, p. 202).

Sua obra sobre religião é extensa. Dentre elas a que mais se destaca sem dúvida é a *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1920) em que o protestantismo é analisado em suas nuances e diferentes matrizes. Em que pese, a ação racional da religião é colocada como um aspecto que se coaduna com a racionalidade econômica do ocidente.

Ao comparar diferentes civilizações, Weber identifica o germe dessa ação racional ocidental nas religiões do Oriente Médio (zoroastrismo, islamismo, cristianismo, judaísmo) que têm por base a ideia de um deus supramundano, que para o autor teria uma analogia com o princípio de um rei único com sua burocracia racional desenvolvida no ocidente mais tarde (WEBER, 2004. p. 371).

Na obra “*A psicologia das religiões mundiais*” (1946), Weber coloca que o indivíduo é sujeito norteado por valores que por sua vez orientam suas ações a partir de racionalidades condicionadas por esses mesmos valores. Assim, sua motivação em fazer sociologia está justamente na rejeição às ideias de objetividade, coerção do social sobre o subjetivo, desconsiderando inclusive a possibilidade de haver papéis sociais institucionalizados ou mesmo ação coletiva (MARIZ, 2003, p.71). Todavia, não rejeita a ideia de que todo indivíduo está inserido num contexto e que estabelece uma relação direta com a sociedade em que vive.

Diante dessa consideração, mesmo refutando o materialismo histórico como teoria explicativa dos fenômenos da desigualdade social, Weber não deixa de incluir a relação classe social/tipo de religião em suas análises, enquanto afinidades eletivas: como no caso da magia e sua estreita ligação com o campesinato; entre as classes médias citadinas, sobretudo entre os comerciantes e artesãos e as profecias éticas; entre a burguesia e o proletariado e a indiferença religiosa, embora a primeira tenha se identificado ao protestantismo ascético em suas origens e o segundo, em casos de ameaças de expoliação, tenha aderido a religiões salvacionistas.

Por outro lado, no caso das teodiceias, nota-se a preocupação do autor em relacioná-las às condições sociais de seus agentes, tal como aparece na dicotomia teodiceia da felicidade, dos ricos e felizes, demandando por legitimação, e a do sofrimento, dos pobres e infelizes demandando por salvação. Mesmo no caso do hinduísmo, Weber relaciona o sistema de castas à que seria a mais eficiente teodiceia jamais produzida pela humanidade, à doutrina do Karma (PIERRUCCI, 2000, p. 67).

Weber leva-nos a entender as religiões enquanto aparelhos fornecedores e mantenedores de valores, cujo direcionamento e ordenamento de uma sociedade e de uma cultura são tributários de uma ética religiosa. Estas são as linhas gerais do processo e, ao mesmo tempo, as mais fundamentais do roteiro geral seguido por Weber, a de entender o termo ética econômica de uma religião: “[...] refere-se aos impulsos práticos de ação que se encontram nos contextos psicológicos e pragmáticos das religiões” (WEBER, 1964, p. 309).

A religião nesses moldes tende a institucionalizar-se. Entretanto, não cabe à religião um papel condicionante exclusivamente na ética econômica, sendo apenas um dos elementos que a influencia. Nesse vasculhar histórico, sociológico e psicológico, torna-se manifesta a questão do ascetismo mágico na interpretação do autor discutida no âmbito da glorificação do sofrimento, bem como do prestígio das punições. Weber comenta:

A anunciação e promessa da religião dirigiram-se naturalmente, as massas dos que necessitavam de salvação. Elas, e os seus interesses, passaram ao centro da organização profissional para a “cura da alma” que, na verdade, ali se originou. Mágicos e sacerdotes passaram a ter como atribuição a determinação dos fatores a serem responsabilizados pelo sofrimento, ou seja, a confissão dos pecados. (WEBER, 1964, p. 315)

Colocado isto, fica-nos a questão: E religião o que seria então? Qual sua função na vida humana? Entendemos que para Weber a religião seria alguma forma explícita e,

portanto, reconhecível, de crença e prática, com doutrina e ética peculiares a determinado grupo social. Cumpre-nos lembrar que o autor não qualificava o profetismo como sendo um movimento de caráter político e econômico, uma vez que não considerava a realidade das classes sociais diferenciadas, segundo o modelo explicativo marxista. Isto fica muito claro quando da crítica à noção weberiana de teodíceia (PIERUCCI, 2000, p. 126).

[...] se a religião cumpre funções sociais, tornando-se passível de análise sociológica, tal se deve ao fato de que os leigos não esperam da religião apenas justificações capazes de livrá-los da angústia existencial da contingência e da solidão, da miséria biológica, da doença, do sofrimento ou da morte. Contam com ela para que lhes forneça justificações de existir como de fato existem, ou seja, com todas as propriedades que lhe são socialmente inerentes (BOURDIEU, 1974, pp. 48-49).

Faz-se mister refletir sobre este ponto uma vez que Weber faz considerações importantes que explicam o caráter de teodíceia da religião, visto que a questão do sofrimento e da legitimidade contraditória entre abastados e não-abastados encontra respaldo no mito do salvador; assim, o princípio de universalidade do pecado apresenta-se como a raiz das desgraças. De sorte que podia se explicar e justificar a injustiça e o sofrimento com base na ideia de pecado, que por ora se coloca como próprio do indivíduo, ou como anterior a ele, como é o caso do mito do pecado original de Adão e Eva.

O pecado é uma falta de harmonia com Deus com nosso ser, com outras pessoas e com a criação. A falta de harmonia ou comunhão com Deus é fundamental e todas as outras têm raízes aqui. Contudo, esta falta de comunhão não tem raízes temporais. Ela não é parte do nosso ser, nem tem raízes numa queda original. Foi assim que com a racionalidade das concepções de mundo a teodíceia do sofrimento encontrou barreiras em se afirmar. Dentro desta ótica os abastados, embora não almejassem a salvação, necessitavam de um aval para usufruírem dos deleites oriundos de suas fortunas, como mérito; enquanto que as camadas pobres, por sua vez, clamavam por salvação futura, num mundo onde não houvesse mais pranto nem dor como lenitivo ao sofrimento presente (MARIZ, 2003, p. 86).

Neste contexto:

[...] A teodicéia do sofrimento pode ser colorida de ressentimento. Mas a necessidade de compreensão pela insuficiência de nosso destino neste mundo não tem, em geral, o ressentimento como um elemento básico e decisivo. Sem dúvida, a necessidade de vingança teve uma afinidade especial com a convicção de que os injustos se saem melhor neste mundo, apenas o inferno lhes está reservado no outro. A benção eterna está reservada para os pios; os pecados ocasionais, que, afinal de contas, os pios também cometem, deve portanto ser expiados neste mundo. Não obstante, podemos ver facilmente que nem mesmo esse modo de pensar, que surge

ocasionalmente, é determinado pelo ressentimento, e que não é de forma alguma, o produto de camadas oprimidas socialmente (WEBER, 1964, p. 319)

Outra relação apontada pelo autor diz respeito ao duplo direcionamento da religião, isto é, psíquico e social, uma vez que aos valores correspondem valores não exclusivamente voltados para o mundo, ou como na linguagem weberiana *ascese intramundana*, mas “[...] foram considerados como consagrados e divinos devido ao valor intrínseco dos respectivos estados por eles provocados” (WEBER, 1946, p.321).

Assim, as religiões, seja do ponto de vista psicológico seja social, são criadas a partir de uma cadeia de relações dos indivíduos consigo mesmos e dos indivíduos entre si, no espaço da igreja, que se expressa através de uma corporeidade comunitária, onde aparece um importante elemento, isto é, os carismas, cuja relação aqui estabelecida parte de um carisma individual para a relação eu-tu (MENEZES, 2003, p. 154).

Nesse ínterim, o papel do líder carismático com qualidades excêntricas e inerentes é fundamental para a manutenção da comunidade na medida em que o líder, fazendo uso dos seus “poderes”, desperta os carismas individuais estabelecendo assim uma rede de carismas que dão forma à instituição igreja. A influência sobre os fiéis não se limita à orientação espiritual e sim a todos os campos da vida. Daí a necessidade de se criar novos líderes quando estes já não mais atendem aos anseios dos fiéis.

Esse é um traço identificável nas chamadas religiões de salvação, que nos leva a pensar as doutrinas religiosas de salvação a que Weber se refere, isto é, as duas concepções – o renascimento e a redenção – em que no primeiro caso é considerada a camada que o adotou; enquanto que a redenção, como escapismo do sofrimento, significou uma imagem do mundo racionalizada.

Não as idéias, mas os interesses material e ideal governam diretamente a conduta do homem. “As „imagens mundiais“ criadas pelas” idéias“determinaram os trilhos pelos quais a ação foi levada pela dinâmica do interesse. „De que“ e „para que“ o homem desejava ser redemido e, não nos esqueçamos, „podia“ ser redemido, dependia da imagem que ele tinha do mundo. (WEBER, 1964, p.325)

Estamos frente a uma hipótese que coloca a racionalidade moderna em cena visto que tomam o mundo irracional, bem como suas concepções quanto aos modos de vida – e busca racionalizá-los como pedra de toque da modernidade:

Além disso, os elementos irracionais na racionalização da realidade foram os loci para os quais a irrepresível busca da posse de valores sobrenaturais pelo intelectualismo foi forçada a se retirar. Isso ocorreu principalmente na medida em que mais destituído de irracionalidade o mundo parece ser. A unidade da imagem primitiva do mundo, em que tudo era mágica concreta, tendeu a dividir-se em conhecimento racional e domínio racional da natureza, de um lado, e em experiências “místicas do outro” (WEBER 1964, p. 325)

Complementando a proposta, é relatada no texto a relação da religião com demais áreas da vida, onde o racionalismo próprio da hierocracia – fruto da preocupação com o culto e o mito ou da cura das almas – ao dominar a religião, visou não só objetivar e administrar os valores religiosos, mas sobremaneira controlar a atribuição exclusiva dos bens religiosos aos sacerdotes. Nesse ínterim, as regras e os regulamentos, incorporados pela religião via, determinação burocrática, esteve intimamente relacionada à camada influente da sociedade que a ordenou.

Da perspectiva abordada pelo o autor, os guerreiros – à qual se dirigia a profecia do Islã, por exemplo – apontam para um lócus onde os interesses mundanos, ou e bem quiser seculares, sobressaíam ao misticismo; em contrapartida, os camponeses por sua vez mantiveram sua ligação com a natureza e a magia, os oráculos. Já as camadas cívicas, ainda que diversificadamente, sempre tenderam para um racionalismo prático em sua conduta, levando ao estreitamento da regulamentação ética da vida – via tradicionalismo – com o racionalismo tecnológico e econômico ocidental (PIERUCCI, 2000, p. 126).

Mais um ponto relevante que se persegue nesta reflexão diz respeito à profecia religiosa, e suas categorias a que Weber classifica como profecia exemplar e emissária.

[...] a primeira mostra o caminho da salvação pela vida exemplar, habitualmente por uma vida contemplativa e apático - extática. A segunda dirige suas exigências ao mundo em nome de um deus. Naturalmente, essas exigências são éticas; e têm, com frequência, um caráter ascético preponderante. (WEBER, 1964, p. 328)

É com base nesses pressupostos que Weber apresenta-nos como a religião orienta a conduta humana, mais precisamente no que toca as camadas cívicas que por sua vez favorecem os terrenos para as religiões que voltam suas atenções para este mundo, isto é, as “religiões intramundanas”:

[...] Nessas condições, a atitude religiosa preferida pôde tornar-se a atitude do ascetismo ativo, da ação desejada por Deus e alimentada pelo sentimento de ser „instrumento“ dele, e não a posse da divindade ou a entrega interior e contemplativa a Deus, que aparecia como o valor supremo das religiões influenciadas pelas camadas de intelectuais requintados. No Ocidente, a atitude do ascetismo ativo conservou, repetidamente, a supremacia sobre o misticismo contemplativo e êxtase

orgiástico ou apático, embora esses últimos tipos tenham sido bem conhecidos. (WEBER, 1964, p. 328)

Para Weber, a concepção de um Deus ativo, pregada pela profecia emissária, dominou as religiões do Oriente Médio e Irã, como derivadas dessas no Ocidente; enquanto que a profecia exemplar, a qual defendia a concepção de um ser extático e supremo, mantiveram sua influência no Hinduísmo e no Confucionismo. Neste processo, nota-se que as experiências salvacionistas foram articuladas com elementos de ordem supra-humanas ou imanente de Deus em face das influências de tais concepções determinadas historicamente:

[...] Estes comentários pressupõe que a natureza dos desejados valores sagrados foi fortemente influenciada pela natureza da situação de interesse interno e o correspondente modo de vida das camadas dominantes e, assim, pela própria estratificação social. Mas o inverso também ocorre: sempre que a direção da totalidade do modo de vida foi racionalizada metodicamente, foi profundamente determinada pelos valores últimos na direção dos quais marchou à racionalização. Esses valores e posições foram, assim, determinados religiosamente. Sem dúvida não foram sempre, nem exclusivamente, decisivos; mas foram decisivos na medida em que uma racionalização ética predominou, pelo menos no que se relaciona com a influência exercida. Em geral, esses valores religiosos também foram, e com freqüência de forma absoluta, decisivos. (WEBER,1964, p. 330)

Sendo a religião criação e ao mesmo tempo criadora de relações entre os indivíduos na sociedade, e por isso formadora de comunidades – como é caso das Igrejas. Os particularismos religiosos, bem como as qualificações dos homens, evidenciam-se na história da religião. Feitas as considerações teóricas, procuramos ver em que medida a religião influencia diversas áreas da vida orientando ações, mesmo quando estas se referem a esferas “seculares”.

CAPÍTULO II

RELIGIÃO E MOVIMENTO SOCIAL NO BRASIL

Vivemos em sociedades modernas e laicizadas, mas o poder nunca está inteiramente esvaziado do seu conteúdo religioso, que se mantém presente, reduzido e discreto de modo que é da natureza do poder alimentar, sob uma forma manifesta ou oculta, uma verdadeira religião política. É tomada a ideia de sagrado e profano, lembrando de relance o mitólogo Mircea Eliade, que trabalha essa temática. Há uma oposição entre o profano e o sagrado que, retomando a ideia de Marx, o poder estatal, e a religião são, na sua essência, de natureza semelhante, mesmo quando o Estado se separou da Igreja e a combate. “O Estado triunfa sobre a sociedade civil da mesma maneira que a religião vence o mundo profano” (BALANDIER, 1980).

Para tratar de um jogo de linguagem entre os campos religião e política, consideraremos as últimas cinco décadas do século XX. Percebemos uma efervescência no que se refere à movimentação no campo religioso. Assim, a partir dos anos 30, surgem gerações de cristãos que articulam o discurso sobre política a partir da fé. Vale dizer que, na história do cristianismo, sempre houve essa tentativa (BRITO, 2009. p. 99).

Podemos lembrar a obra de Eckhart de Hochheim⁸, que desenvolveu uma mística cristã insistindo na via negativa; quer dizer “Deus está vivo, precisamos negar nossas fantasias e representações sobre Deus”. Nota-se uma postura religiosa orientada pela racionalidade, isto é, para uma desmagificação, ou desencantamento de mundo, na medida em que para Eckhart o lugar privilegiado para o encontro com Deus é o mundo da vida (BRITO, 2009, p. 67).

Nos últimos anos, houve uma reviravolta no comportamento religioso no Brasil, principalmente a partir do processo de redemocratização do país, momento em que se amplia a participação de diversos grupos religiosos, entre eles os protestantes pentecostais em função da sua expansão. T tamanha transformação não se limita à mudança de “credo”, mas se

⁸ Teólogo e Filósofo Dominicano, mais conhecido como Mestre Eckart.

refere à questão do comportamento dos religiosos, em relação aos problemas sociais, que reclamam uma ação do Estado, envolvendo-se cada vez mais em movimentos sociais e instâncias de luta coletiva como as ONGs, os sindicatos entre outros.

Segundo Machado (2006), historicamente no Brasil há uma linha tênue entre religião e política, mas com a participação da Igreja Católica, salvo algumas incursões da Igreja; o Brasil para Cristo na década de 1960 que não lograram êxito. No caso da Igreja Católica, a presença na vida política intensificou-se nos anos de 1930, com a Ação Católica, até a Teologia da Libertação da década de 1960, ponto alto em que a Igreja convocou a população oprimida, principalmente os trabalhadores e estudantes para lutar contra o governo militar.

Esse envolvimento da Igreja Católica com a política significou compromissos com as camadas e setores dirigentes e parte da intelectualidade, artistas, filósofos e literatos que emergiram no cenário cultural brasileiro no final dos anos de 1920, com expressividade até os anos de 1940. Entre eles podemos destacar Jackson de Oliveira e Alceu Amoroso Lima, ambos em torno da revista *A Ordem* e do Centro Dom Vital⁹ (ALVES, 1979, p. 102).

Dom Leme, um dos criadores do Centro D. Vital, que fazia oposição aos movimentos sociais e políticos da época, através da Revista *A Ordem*, procurou estabelecer um diálogo entre a igreja, o Estado e a sociedade política, a fim de recuperar a participação da instituição no campo político, perdido durante a Proclamação da República¹⁰ (OLIVEIRA, 1985).

⁹ A atuação da revista *A Ordem*, marcadamente política coloca a religião como epicentro da organização social balizada pela matriz da ordem. A plataforma política de Jackson de Figueiredo que consiste então em organizar uma elite espiritual que deveria por direito teológico conduzir a vida nacional. Assim sua tarefa se resume em criar instituições que formem a partir do culto da ordem novos quadros capazes de intervir, em nome do catolicismo e em consonância estrita com as diretrizes da Igreja, em todas as dimensões da realidade brasileira. (Revista de Estudos da Religião, número IV, São Paulo, 2006)

¹⁰ De acordo com o decreto 119 de 7 de fevereiro de 1890, a Igreja Católica adquiriu personalidade jurídica e se viu apartada do Estado, perdendo os atributos e privilégios até então garantidos pelo padroado. (Cf. ACMSP. Documentos em fase de catalogação: O episcopado brasileiro ao clero e aos fieis da Igreja do Brasil. São Paulo: Typ Salesiana a vapor do Lyceu do Sagrado Coração, 1890; ACRJ. Série CP046: Reclamação do episcopado brasileiro dirigida ao Ex.mo Sr. chefe do Governo Provisório. TYP. de G. Leuzinger & Filhos, Ouvidor 31-6158-90.

A década de 30 foi fundamental para a Igreja Católica no Brasil, justamente porque nesse momento surge o programa da doutrina social católica, com propostas que nortearam em boa medida a sociedade, principalmente no que toca a questão assistencial e trabalhista.

A retomada do espaço político perdido durante o advento da República veio no governo de Getúlio Vargas, pois a Liga Eleitoral Católica (LEC) ampliou seu raio de ação conseguindo reformas constitucionais expressivas, tanto para o clero como para a população. Exemplos disso são as discussões feitas em torno da legislação trabalhista, sindical e, sobretudo, o direito de mobilização da classe operária por meio do ensino religioso garantido pelo Estado (SOUZA, 2002, p. 145).

Nesse momento chega ao país a Ação Católica, movimento que ganharia relevância nos anos posteriores, no seio da Igreja. D. Hélder Câmara, teve importante papel na ACB que mais tarde daria lugar a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil).

A Ação Católica foi resultado das mudanças de orientação política-doutrinária no Vaticano apresentada pelo Papa Leão XIII. Através da encíclica *Rerum Novarum*, de 15 de maio de 1891, esta última carta enviada a todos os bispos discutia as condições de vida dos trabalhadores, a situação de miséria destes e a relação patrão e empregado num contexto de liberalização econômica (MANOEL, 1999). Assim, o clero passaria a dar mais visibilidade a questões de cunho social dando origem a chamada Doutrina Social da Igreja – um conjunto de reformas no interior da igreja com a finalidade de reconquistar o espaço “secular”, além de ser uma estratégia de contenção do avanço comunista, principalmente entre os trabalhadores rurais e urbanos.

A igreja nesse período por meio de suas lideranças procurou manter uma postura consensual com o governo. Até 1943, a relação entre ambos caminhou no sentido de uma política que buscava a harmonia social entre os assalariados urbanos. Por exemplo, a igreja evocou a necessidade da regulamentação das relações trabalhistas em uma organização corporativa e das instâncias hierárquicas convenientes a um trabalho voltado para diferentes intervenções culturais (MANOEL, 1999).

Nesse ínterim, o interesse da igreja em relação aos trabalhadores urbanos passa a ganhar impulso se consolidando com a formação da Ação Católica e de seu desdobramento,

a Juventude Operária Católica (JOC), movimentos vinculados aos Círculos operários (DIEHL, 1990, p. 230).

Os chamados profetas da Ordem liderados por Jackson de Oliveira aproximavam-se do pensamento conservador antirrevolucionário europeu da época, enquanto os intelectuais católicos da década de 60, por sua vez, resgatavam um discurso militante, em função da afinidade com a teoria marxista, e evocavam a postura combativa da igreja representada pela corrente da Teologia da Libertação, a quem os grupos excluídos encontravam respaldo para lutar contra o repressivo regime militar (DIEHL, 1990)

Segundo Berger (2001), a ordem religiosa foi construída como resultado de vários conflitos, tanto internos (diferentes ordens religiosas católicas na relação com a Santa Sé, assim como dissidências nas seitas protestantes) quanto externos, conflitos que se tornaram mais ou menos evidentes no processo de secularização. Lembra-nos ainda que as legitimações religiosas surgem da atividade humana, mas, no momento em que se cristalizam em valores religiosos específicos, convertem-se numa tradição religiosa autônoma e nesse momento podem influir na vida cotidiana e às vezes transformá-la radicalmente.

É importante frisarmos que o ambiente em que se deu a formação da Ação Católica foi o momento em que surgia a noção de um cristianismo renovado que tivesse maiores contornos de politização por parte do clero, onde já não mais se aceitava uma igreja subserviente e sim mais aparelhada do ponto de vista ético e burocrático. Tal modelo foi realizado especialmente pelo movimento ultramontano¹¹, ou pela romanização. Deste modo, a igreja procurou intervir nas ordens seculares com o argumento de construir o reino no mundo moderno.

É fundamental entender que o modelo de cristianismo renovado estava totalmente envolvido na política, no sentido da utilização do Estado para seus fins, ou seja, influenciar a sociedade. E como a postura da igreja ia ao encontro do conservadorismo varguista em sua luta, sobretudo em relação ao comunismo e o marxismo, era mister clericalizar a fé do povo. Daí o papel dos padres da Ação Católica ter logrado êxito junto ao

¹¹ Teve suas origens na França na primeira metade do século XIX, se refere à doutrina política da Igreja Católica que defende a autoridade da Santa Sé Romana na figura do Papa.

governo, porém com toque de paternalismo, endossando as formas tradicionais de dominação (LESBAUPIN, 1980, p. 78).

O Catolicismo brasileiro não se mostrou historicamente homogêneo. A década de 1930 foi caracterizada por uma religiosidade formal descolada das questões sociais por falta de autonomia, que era em si um impedimento para qualquer tipo de engajamento de caráter mais combativo em função da aproximação do clero com o governo.

Vale dizer que o catolicismo brasileiro das décadas de 1920 e 30 pouco propiciou em termos de promoção e práticas para a cidadania em face da predominância de relações hierárquicas num todo orgânico que promovia práticas conservadoras e autoritárias num contexto social excludente (STEIL, 1987). Mas a década de 1950 significou o divisor de águas para a Igreja Católica no país. E mais uma vez a intervenção da Ação Católica foi fundamental na construção da orientação dos fiéis, bem como a CNBB e mais tarde com a criação das Ceb^s¹² (Comunidades Eclesiais de Base).

Momento em que se acirrou a luta da Igreja contra a ditadura militar, 1964-1985, diferentemente daquela política clerical de 1930; agora a igreja viu-se impelida a mudar o que parecia imutável. Dessa forma, o surgimento de movimentos religiosos emancipadores passou a ser pauta da agenda da Igreja Católica em diversos países da América Latina, em especial no Brasil (PEREIRA, 2002, p. 132).

Entretanto, a Ação Católica não aconteceu num vácuo, lideradas por atores com inspiração divina; tampouco houve uma mudança estrutural profunda que tivesse provocado uma revolução na própria instituição. Houve, sim, um grupo de leigos e parte da hierarquia eclesial que estavam propondo uma nova leitura do que era ser cristão, o que inevitavelmente trouxe profundas consequências para sua ação religiosa enquanto católicos (ALVES, 1991).

¹² Uma definição simples e consistente de CEBs pode ser lida em Prandi & Souza: (1996), pp. 69 ss: As Ceb^s se definem em razão de três termos: 1) comunidade: aglomerado de pessoas unidas por laços de solidariedade, compondo uma identidade geograficamente definida (os membros das CEBs são, antes, integrantes de uma vizinhança); 2) eclesial : de ecclesia (assembleia , igreja), portanto , congregação de fiéis que é parte componente da Igreja Católica; 3) de base: apesar de identificadas com as camadas populares e definidas no discurso teológico como comunhão do povo pobre e oprimido em comunidade, as CEBs se dizem de base de um ponto de vista sociológico, por apresentarem as características de assembleia estável de fiéis, que formariam assim a Igreja local.

Pensando numa linha de interação entre agência e estrutura, a Ação Católica é um exemplo fundamental dos novos espaços alcançados pelos atores sociais no final da década de 50 no Brasil. Esse movimento ilustra como os atores leigos e religiosos chamados de católicos radicais ou de esquerda católica foram importantes nessa guinada de orientação religiosa, e como souberam se mover na rígida estrutura religiosa, utilizando recursos existentes nessa própria estrutura, pese a organização autoritária e a centralização que continuavam a prevalecer na hierarquia eclesiástica (ROMANO, 1979, p. 248). É ainda uma ilustração do surgimento de elementos renovadores e com matizes modernizadores, mesmo numa esfera religiosa conservadora, colocando em evidência a sua complexidade.

Consideramos que os valores religiosos, no caso, em específico religiosos renovados por um grupo de leigos, e um setor da Igreja que naquele momento propunham uma nova concepção teológica para a prática religiosa católica, foram determinantes para um tipo distinto de engajamento na esfera social, que partia do questionamento do que era ser cristão no final da década de 50 no Brasil (ALVES, 1979, p. 140).

No Brasil, a ACB foi criada já em 1920. A JUC, em 1930, como parte da ACB. Seu fim era cristianizar a elite. No final da década de 1940, era, porém, mais autônoma e passou a ter envolvimento com o movimento universitário e com a esquerda. Após 1947, a ACB organizou-se segundo as profissões. No final dos anos 1950, experimentou certa radicalização que a levou, mais tarde, à ruptura com a hierarquia. Em 1959, assumiu a ação política como parte de seu compromisso evangélico. Em 1960, sai o documento *Algumas Diretrizes de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro*¹³ onde se critica o capitalismo como causa do subdesenvolvimento (AZZI, 1978, p, 198).

Os anos 60 marcam um período de tensão política nos países da América Latina, com a tomada do poder por governos ditatoriais. Oro (1998) destaca o papel do episcopado católico no Brasil que passou a denunciar as estruturas produtoras de desigualdades sociais e as práticas de tortura engendradas pelo governo militar.

Após o declínio da JUC, em 1961, a Ação Popular deu continuidade aos trabalhos tornando-se uma das três maiores organizações de esquerda com aproximadamente 3.000 membros, dos quais alguns eram líderes na educação popular, no trabalho sindical e na

¹³ (Lima, 1960, p. 84-97)

organização camponesa. Ela era fortemente marcada pela origem humanista-cristã. A Ação Popular via a revolução como o único meio de resolver os problemas da sociedade e pregava o estabelecimento de um regime socialista, e se pretendia, a vanguarda, mobilizar a massa pela educação para conduzi-la à luta revolucionária. Sua afinidade com o marxismo a distinguia de outros movimentos católicos. Algumas noções da Ação Popular, como seu humanismo, sua ênfase na liberdade e na participação e suas críticas duras ao socialismo burocrático tornaram-se precursoras de posturas que, nos anos 70, manifestaram-se na Igreja popular (ALVES, 1991, p. 167).

Depois do golpe, o movimento foi posto na clandestinidade e passou por uma radicalização tal que o levou à luta armada. Finalmente, a partir de 1973, passou a fazer parte do PC do B. Abandonou com o tempo suas origens cristãs num caso paradigmático de secularização, onde o político é desacoplado do religioso, ainda que não se trate do fenômeno em seu nível sistêmico, e sim apenas da mentalidade e da ação. O legado da Ação Popular e não só dela foi o instalar na mentalidade católica uma ideia, uma forma específica de representar o mundo e a vida, as relações humanas e a ação (PETRINI, 1984, p. 213).

Segundo Mainwaring (1989), a Ação Popular antecipou a ideologia dos intelectuais da Igreja popular das décadas de 70 e 80. Não havia uma relação causal direta entre a AP e a Igreja Popular, mas a AP realmente estabeleceu uma tradição de humanismo radical dentro do catolicismo brasileiro que continuou depois de o próprio movimento ter abandonado suas origens católicas.

Assim, nos anos 70, já está em ascendência uma reflexão em nível da teologia que se tinha denominado “Teologia da Libertação”. Nessa fase, estamos diante do ativismo religioso, que passa a ser assumido por intelectuais, lideranças políticas e sociais. Surge, no mundo católico, a Igreja Popular, que dá origem às pastorais populares, por exemplo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Surge também a pastoral ecumênica, em muitos lugares cognominados de ecumenismo libertário. Uma das referências que esse ecumenismo teve é, sem sombra de dúvidas, a opção preferencial pelos pobres (ORO 1997, p. 98).

A opção preferencial pelos pobres significaria apostar que as camadas populares, num processo crescente de organização, iriam, finalmente, virar a mesa e, que quando as camadas populares chegassem ao ponto que se desejava, os cristãos estariam lá junto com elas. É nesse contexto que surge, no mundo protestante, os evangélicos que,

embora sendo conservador na teologia, politicamente eram progressistas (GUTIERREZ, 1996. p. 230)

Assim, a relação da Igreja com os movimentos sociais no Brasil, no caso do Catolicismo, não ocorreu de forma homogênea, justamente porque a própria instituição viveu momentos distintos em seu trato com as questões sociais. No entanto, no que toca a questão da Igreja com os trabalhadores, é possível identificarmos até mesmo no Catolicismo conservador da década de 30 uma preocupação por parte do clero em defender os Direitos do trabalhador (DIEHL, 1990, p. 69).

2.1 A batina vai a greve: clero e o movimento operário no ABC.

A região do ABC (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano) conhecida pela concentração de empresas metalúrgicas e pelo movimento operário nas décadas de 70 e 80, foi palco da atuação de padres ligados a Doutrina Social da Igreja que se aproximaram dos trabalhadores apoiando suas reivindicações de melhores condições de trabalho (redução da jornada de trabalho, melhores salários).

Contudo a região ainda não possuía uma Diocese. Daí o trabalho conjunto entre as prefeituras das três cidades e do padre José Bibiano vigário da Paróquia do Carmo, em Santo André para a sua criação sob o argumento de que a região possuía 320.000 habitantes que eram atendidos por doze paróquias, no documento enviado ao cardeal-arcebispo, D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, a comissão alegava ter infra-estrutura adequada para receber a nova Diocese, como a igreja Matriz do Carmo para ser sede, a casa em frente a Praça do Carmo para residência episcopal e a Cúria Diocesana, além da soma de três milhões de cruzeiros para a manutenção das obras diocesanas, dinheiro obtido de doações das três prefeituras, industriais e comerciantes (MARTINS, 1994).

Em 13 de agosto de 1954 foi criada a Diocese de Santo André, sob os cuidados do bispo D. Jorge Marcos de Oliveira, que tomou posse no mês seguinte a sua criação, com trinta e oito anos, e uma experiência em trabalho comunitário nas favelas do Rio de Janeiro após sua ordenação em 1940, foi designado para lecionar e dirigir as Obras das Vocações, tornando-se em seguida assistente da Ação Católica. (MARTINS, 1994)

Quando ainda seminarista D. Jorge Marcos passou a estudar a Doutrina Social da Igreja demonstrando interesse, além de leituras sobre Adam Smith, Stuart Mill e Marx. Martins (1994) reproduzindo as palavras de D. Jorge sobre o homem, aos poucos começou a perceber o homem “Não como elemento que simplesmente produz porque precisa de um salário para levar sua vida, mas também um homem que tinha direito a todas as exigências da dignidade humana, sobretudo como filho de Deus” (D. Jorge Marcos).

Em 1946, com trinta e um anos, D. Jorge foi nomeado bispo por Pio XII. Bispo auxiliar do sucessor do Cardeal Leme, D. Jaime de Barros Câmara, trabalhou nas favelas do Rio de Janeiro até a sua nomeação para a Diocese de Santo André. Um bispo que acreditava na possibilidade de uma filosofia cristã, segundo a concepção de Jacques Maritain, que não só no debate intelectual dos grandes problemas da época, mas também na sua resolução prática. E, indicado, justamente, para uma região que na idéia da Igreja era o foco do comunismo corrupto, do comunismo ameaçador. (MARTINS, 1994, p. 63)

A aproximação entre o bispo e o operariado, se deu logo de início a sua chegada em Santo André ao ver a situação em que se encontravam os trabalhadores as necessidades que estavam passando, mas o que mais chamou sua atenção foi o número de migrantes Nordestinos e de Minas que vinham trabalhar na cidade, as condições precárias das famílias, sobretudo das crianças e principalmente o uso da violência contra os trabalhadores em suas manifestações, acusados de comunistas.

A partir de então D. Jorge passou a atuar na assistência as famílias dos trabalhadores, criando a Associação Lar Menino – Jesus, recolhendo os filhos dos trabalhadores dando alimentação, educação e orientação religiosa, para os trabalhadores D. Jorge Marcos buscou conhecer mais das suas necessidades e entender suas reivindicações. (MARTINS, 1994)

Com a iniciativa de D. Jorge Marcos outros padres vieram para a região do ABC diferentemente do início do seu trabalho em que o numero restrito de padres dificultava o trabalho junto as famílias.

As notícias sobre a ação pastoral de D. Jorge entre os operários foi, também, responsável pela chegada, na diocese, dos padres-operários, em 1961. Um assistente geral da Congregação Filhos da Caridade veio ao Brasil, em 1960, ver se havia espaço, no país, para a atuação dos padres – operários. Esteve em várias cidades e em todos os lugares lhe indicavam que a diocese do ABC era o local mais adequado. (MARTINS, 1994, p. 65)

Vinculado ao trabalho assistencial estava à evangelização do operariado, no entanto para D. Jorge Marcos não bastava à anunciação do evangelho simplesmente, uma vez que as necessidades dos trabalhadores estavam ligadas a realidade cotidiana, Daí a ênfase na

participação diária com os trabalhadores em suas manifestações, greves, promovendo reuniões e debates sobre os direitos dos trabalhadores que D. Jorge Marcos entendia ser imprescindível naquele momento para o trabalho da Pastoral, seguindo assim a Doutrina Social da Igreja.

Desde a sua chegada à região, D. Jorge recomendava aos padres da diocese que procurassem “se aproximar mais do povo”. Era intenção de D. Jorge, ainda, que os padres da diocese usassem o *clergyman*, como uma forma de romper o afastamento e o impacto provocado pela “batina”. Havia a preocupação de ser um “homem qualquer”, igual aos “outros”, e a batina impedia a aproximação com o povo, dificultava o contato. Mas na realidade, foi somente durante a realização do Concílio Vaticano II que D. Jorge conseguiu que o clero de Santo André usasse o *clergyman*. Antes disso, os padres eram vistos de batina nas passeatas, nas greves, participando de piquetes, para espanto de todos e indignação de muitos, tanto da direita quanto da esquerda política (MARTINS, 1994, p. 65)

O trabalho da “pastoral operária” durou toda a década de 60, mas foi na década de 70 que novos desafios surgiram ao clero, consequência do chamado “milagre econômico” a região do ABC recebeu um alto número de montadoras automobilísticas, mas com isso também o arrocho salarial, aumento das horas extras trabalhadas gerando descontentamento nos metalúrgicos.

Dom Jorge Marcos, que acompanhava a luta dos trabalhadores, via naquela situação momento oportuno para colocar em prática os ensinamentos da Doutrina Social, mas como ele mesmo enfatizava com ações que considerava o trabalhador como um cidadão cujos direitos deveriam ser garantidos pelo patronato.

No caso da Igreja *particular* da Diocese de Santo André, a Doutrina Social dava uma visão ao operariado que consistia em reconhecê-lo como uma “pessoa humana”, como “filho de Deus” com uma série de “direitos”: direito ao trabalho, a uma justa remuneração, direito a distribuição das vantagens decorrentes do trabalho, ou seja, direito à saúde, à medicação, à alimentação, à moradia, à condução, à assistência médica, à constituição da família, à educação. Na realidade, a Igreja em Santo André reivindicava, para o trabalhador, os direitos de cidadão. O que era surpreendente, para muitos, era o fato de que não só o bispo e os padres dissessem isso nos púlpitos como também, fossem às praças públicas e às portas de fábrica acompanhar os trabalhadores em suas reivindicações (MARTINS, 1994, p.68)

Com essa atitude D. Jorge e o círculo de clero, que apoiava os trabalhadores passaram a ser vistos por alguns setores da sociedade como agitadores e coniventes com o “comunismo”, sobretudo entre a ala mais conservadora da Igreja, porém o “Bispo Vermelho” como passou a ser chamado pelos trabalhadores não se intimidava. (MARTINS, 1994)

Na medida em que o bispo ia adquirindo a confiança dos trabalhadores, também aumentava seu papel político nas negociações entre patronato e empregado nas

greves, não se limitando a região do ABC, mas em outras cidades como Campinas, São Carlos entre outras.

Mas, se por um lado D. Jorge despertava simpatia em muitos trabalhadores, por outro entre alguns dirigentes sindicais principalmente, aqueles ligados ao Partido Comunista, o envolvimento do bispo com a causa operária estava ligado exclusivamente aos interesses da Igreja, que por sua vez via o comunismo como inimigo, não contendo esforços para eliminá-lo.

Sendo assim, deixar a liderança nas negociações ao encargo de D. Jorge, representava para o movimento sindical um perigo, no entanto o próprio D. Jorge Marcos deixava claro que apenas representava os operários nas negociações, mas que a decisão final quem tomava era dos trabalhadores.

D. Jorge afirma que sempre foi contra a idéia de ser visto como *protetor dos operários* que impusesse a sua vontade e a sua visão, pois sempre achou que a decisão deveria ser dos operários. Afirma que não exercia “muita influência”, apenas “eu ombreava com eles”, e que sempre procurou “animar tudo aquilo que havia de bom nos operários”. Com muita insistência, repetidas vezes, D. Jorge procurou deixar a imagem de um relacionamento, com os operários, que respeitava a autonomia dos movimentos operários, que deixava a liderança dos movimentos reivindicatórios para os operários, reservando para si o papel de “intermediário”, de “correio”, entre os operários, os sindicatos e os patrões (MARTINS, 1994, p. 70)

Para D. Jorge, o que deveria ser enfrentada era a violência usada pelas forças policiais contra os trabalhadores uma vez que suas reivindicações eram justas, e à Igreja cabia a função de apoiar o “rebanho” dando-lhes assistência material e espiritual, incluindo a participação ativa junto aos trabalhadores.

E, de fato, D. Jorge se “ombreava com os trabalhadores em um sentido: enfrentando a repressão policial. Em um período em que as greves e movimentos reivindicatórios eram reprimidos com a violência policial, mais uma vez D. Jorge e alguns padres tiveram que enfrentar, ao lado dos operários, os cassetetes e as coronhas das armas dos policiais. Além das greves, o bispo de Santo André e padres da diocese participaram de algumas campanhas importantes, que mobilizaram a classe operária da região, como a campanha pelo abono de Natal, pelo décimo terceiro salário, pelo salário-família e pelas Reformas de base, estas nos anos de 1962 e 1963. Nessas campanhas, a Igreja dispunha de sua capacidade de mobilizar a população operária, através da convocação feita nas paróquias. Os padres comprometidos com as lutas operárias iam, com a autorização de D. Jorge, para todas as paróquias e nas missas avisavam das reuniões e das concentrações populares. (MARTINS, 1994, p. 70)

Se, por um lado a iniciativa dos padres ligados a D. Jorge despertava elogios em parte do Clero, de outro havia um grupo que fazia oposição ao seu trabalho, inclusive no interior da Diocese de Santo André, pois muitos padres se recusavam a ajudar na assistência

aos trabalhadores, proibindo a organização de grupos ligados a JOC em suas paróquias, recusando as inovações litúrgicas que surgiam.

Numa dessas tentativas de boicote, D. Jorge foi denunciado ao DOPS, por um padre ligado a grupo articulado por políticos da região (prefeitos, deputados federais e estaduais e alguns vereadores), representantes das grandes indústrias e alguns membros do clero. (MARTINS, 1994)

As pressões dos empresários e políticos para pôr fim, ao trabalho de D. Jorge Marcos, ganharam notoriedade na mídia uma vez que a fama do “Bispo Vermelho” se espalhou por todo o país, Jornais como *O Estado de São Paulo* publicou uma reportagem em que eram mencionados os nomes de alguns prefeitos, inclusive o de Santo André, onde eles apoiavam a transferência do bispo para outra cidade. Dias depois a notícia foi desmentida pelos próprios prefeitos citados. (MARTINS, 1994).

Essa reação era motivada, principalmente, pelo espaço que o bispo abria para a discussão de temas e problemas relacionados com os trabalhadores e com a situação política e econômica da sociedade brasileira. Segundo um dos depoimentos, o ponto crítico da tensão entre os setores da classe burguesa e o bispo era “a pregação proletária” na Catedral do Carmo, local freqüentado pela elite econômica da sociedade santoandreense. A “burguesia” de Santo André não aceitava, também, as conferências e debates organizados pelos grupos ligados a D. Jorge, como, por exemplo, o congresso sobre a encíclica *Mater et Magistra* (MARTINS, 1994, p. 76)

Começava a se desenhar, nesse momento uma nova forma de ser Igreja Católica na região do ABC, mais especificamente em Santo André devido ao trabalho de D. Jorge Marcos que passou então a ser chamado de o Bispo Vermelho pela atuação junto aos trabalhadores metalúrgicos, cujos desdobramentos se fizeram sentir nos anos subseqüentes, e que teve continuidade com D. Cláudio Hummes bispo sucessor de D. Jorge Marcos em 1975 que juntos marcaram o período de renovações no pensamento Social da Igreja Católica em relação ao seu papel humanitário.

Assim nos anos 1980, temos algumas mudanças significativas no campo religioso. Tanto as pastorais populares como as igrejas tradicionais entram em crise ante a emergência dos pentecostais tradicionais que começou a ganhar mais adeptos em função dos esforços dos seus líderes, que assumiram o compromisso no trabalho evangelístico, lançando campanhas missionárias que percorriam os estádios de todo o país, principalmente a Igreja Universal do Reino de Deus e as Assembléias de Deus. Há uma mudança de paradigmas na

sociedade. Já nos anos 90, entram em cena os neopentecostais¹⁴ na cena pública do país; na realidade esse dado configura-se desde a movimentação da Constituinte.

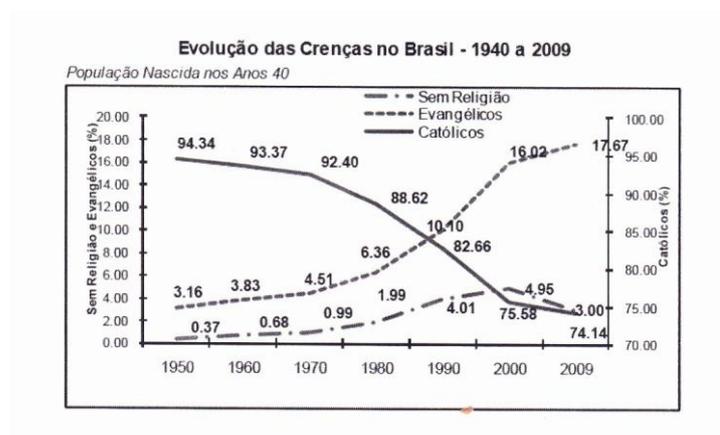


Gráfico1. Evolução das crenças no Brasil - 1940 a 2009. Novo Mapa das Religiões, Fundação Getúlio Vargas - 2011.

Isso requer uma compreensão sobre a mudança de orientação entre os protestantes que passaram então a figurar na cena pública e política nacional, tomando parte em diversas instituições, conforme discutiremos no capítulo a seguir.

¹⁴Paulo Siepierski faz uma análise do trânsito religioso conhecido como neopenteostalismo, mas que, posteriormente, designa mais precisamente como pós- pentecostalismo.

CAPÍTULO III

EVANGÉLICOS E POLÍTICA NO BRASIL: SUPERANDO FRONTEIRAS

3.1 Meu Reino não é deste mundo: protestantismo da reta doutrinária e política.

Os estudos sobre a implantação do protestantismo¹⁵ no Brasil apontam algumas dificuldades quanto à aceitação do novo credo nos primeiros anos, em boa medida pela presença da Igreja Católica já estabelecida e que gozava da condição de religião oficial do Estado.

Para colocar essa discussão no que nos interessa, a relação entre pentecostais e política faz mais sentido quando pensamos nas características do protestantismo aqui instalado, uma vez que as diferentes matrizes teológicas interferem na forma como os indivíduos se relacionam com as questões consideradas seculares. Segundo Mendonça e Velasques (1990), tipologicamente há duas categorias de protestantismo: o de imigração e o de missão. No Brasil o primeiro a se instalar foi o de imigração onde se destacam os luteranos com a chegada de um grupo de imigrantes alemães em 1824, na cidade de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

No caso do protestantismo de missão, este foi trazido pelos missionários norte-americanos no final do século XIX e tinha por finalidade propagar a sua fé e de formar, portanto, um rebanho de fiéis brasileiros. São representantes dessa corrente a igreja Congregacional, Presbiteriana, Metodista, Batista e Episcopal (MACHADO, 1996).

Estas denominações constituíram a base do pentecostalismo brasileiro, pois a Congregação Cristã no Brasil (1910, em São Paulo) e a Assembleia de Deus (1911, Pará) são frutos da dissidência das Igrejas Batistas e Presbiteriana (*IDEM*, 2006).

¹⁵ O termo Protestantismo comporta diferentes matrizes teológicas e culturais e estão associadas a esferas sociais específicas, Daí sua análise não poder se pautar na definição de um bloco homogêneo de forma que podemos pensar em “protestantismos”, principalmente no caso do Brasil.

Do ponto de vista do envolvimento deste grupo com questões sociais e políticas, Mendonça (1990) aponta para o forte denominacionalismo do protestantismo de missão coeso internamente, mas com pouca presença na sociedade de modo que não representava ameaça ao Estado na disputa pelo poder. Uma das razões, segundo o autor, está na forma como o protestante calvinista concebe o mundo.

A religião protestante repousa na fé e prática individuais e independentes, em boa parte, dos sacramentos, pelo menos a que foi trazida pelos missionários norte-americanos. É mais uma religião da mente convencida e do coração aquecido, cujos reflexos se dão na ética individual. É uma religião que não pré-dispõe para movimentos de rebeldia de massa. Outro aspecto está na histórica tolerância religiosa dos protestantes e sua tendência para formar sociedades voluntárias que, para funcionar, tinham necessariamente de se registrar como sociedades civis sujeitas às leis do país, o que era bem diferente do que acontecia com a Igreja Católica, que chegara junto com o conquistador e colonizador e tinha, por essa razão, direitos difíceis de contestar (MENDONÇA, 1990, p. 76).

Seria um equívoco não mencionarmos os apontamentos de *Protestantismo e Repressão* (ALVES, 1979) por diversas razões, mas principalmente pela forma como é tomada a análise desta corrente no Brasil e sua relação com as demais esferas sociais. Para fins metodológicos, o autor divide o protestantismo em três categorias: **PRD (Protestantismo da Reta Doutrina)**, o mais relevante no conjunto da obra, caracterizado pela ênfase nas formulações doutrinárias que devem ser entendidas como verdades inquestionáveis pelo fiel, como condição para participação na igreja; **Protestantismo do Sacramento**, em que o aspecto emocional e litúrgico ocupa lugar privilegiado e, por fim, o **Protestantismo do Espírito**, que, diferente dos anteriores, explora a subjetividade de forma mais intensa através do êxtase.

É, pois, oportuno registrar que o protestantismo de que fala Alves (1979) denominado por ele como *Protestantismo da Reta Doutrina* é um tipo ideal, cujo comportamento conservador o distanciava das questões de embate com o governo.

A ênfase na dimensão da caridade como prática comum no protestantismo de missão afasta-se de uma ética social por entendê-la como meio de salvação. O Protestantismo que analisamos nunca articulou, espontaneamente, uma ética social. O seu problema é outro: preocupa-se com a salvação da alma. Por isto a questão da transformação do mundo sempre lhe pareceu um desvio perigoso. A sua ética é individual e não social. Ela indica as marcas do comportamento do crente, adequado a sua condição de salvo; descreve os traços do caráter perfeito; delimita as fronteiras além das quais o indivíduo não deve ir, sob pena da disciplina eclesiástica e da perdição eterna. A ética social, portanto, não é uma parte essencial deste

universo protestante. O protestante pode dizer tudo o que deve ser dito sem se referir uma vez sequer à necessidade de transformação do mundo (ALVES, 1979, p. 216).

Nesse sentido, prioriza-se a transformação da alma do “crente” e não a do mundo, na medida em que pobreza, como indica Alves (1979), é entendida como um problema social de caráter estrutural, decorrente da condição de pecador do homem que por sua vez adquire dimensão social.

Uma das características que se vai verificar com a análise do PRD (Protestantismo da Reta Doutrina) é a postura mais “conservadora”, quando se pensa no envolvimento com as questões políticas devido à estrutura de pensamento dos seus líderes que se manifesta no agir dos fiéis.

Segundo ainda este autor, estava, pois, em curso um processo inusitado em face das particularidades cultural e ideológica do protestantismo, quando comparado com o catolicismo e sua articulação com o contexto sócio-político. Em outras palavras, o “protestantismo” equaciona valores mais flexíveis em termos de controle na vida do fiel ao entender que a salvação é pessoal. Sendo assim, o modo como esses valores são vivenciados no protestantismo opera numa lógica individualista.

Logo, a igreja não exerce controle sobre a vida do fiel, do mesmo modo que não se coloca como a agência capaz de conceder a salvação. Entende que é seu papel anunciar o evangelho e todos os serviços a ela associados como o rito do batismo, o ensino bíblico (catecumenato), a realização de cultos, entre outros.

Para Alves (1979), essa ideia de indivíduo é apontada como uma das razões porque o protestantismo poderia suscitar uma ruptura com as ordens sociais tradicionais no Brasil, ao contrário da Igreja Católica que procurava estimular nos fiéis uma postura consensual, principalmente em relação às questões políticas. É sobre esse ponto, evidentemente, que se constrói a tensão mais forte entre a ideologia protestante e a católica, visto que o catolicismo é tido como sinônimo de atraso na concepção protestante.

O problema social assim se resolve ao nível da religião, pois é a religião a última instância explicativa das condições de uma determinada sociedade. A melhor sociedade possível será aquela em que todos forem protestantes. Uma sociedade protestante será livre, democrática e rica. Será livre e democrática porque o “livre exame” e a própria organização política das igrejas protestantes o exigem. Será rica porque o senso de responsabilidade individual, exigido pela doutrina da mordomia, e a benção de Deus sobre aqueles que se submetem à sua vontade, produzirão o máximo de bem-estar econômico (ALVES, 1979, p. 232)

Assim, o protestantismo da Reta Doutrina elegeu o catolicismo como um de seus inimigos; completavam sua lista o Modernismo ou Liberalismo por negar a possibilidade de um conhecimento absoluto. No entanto, a ideia de liberalismo, como aponta o autor, nada tem a ver com a ideologia liberal; o mundanismo é outro ponto que aparece, na medida em que nega a moralidade da disciplina; por último, o evangelho social que retira da pregação evangelística o toque divino, colocando-a como um programa de transformação social do mundo (ALVES, 1979)

Uma das questões que mais se sobressaem na análise de *Protestantismo e Repressão* (1979) é a relevância de se considerar as características do Protestantismo da Reta Doutrina em suas nuances e manifestações externas construídas em cima de um discurso articulado que culmina num saber. Como se pode perceber, o PRD (Protestantismo da Reta Doutrina) estabelece o aperfeiçoamento da conduta do fiel como princípio, movimento que se inicia pela conversão, de modo que uma vez convertido as atitudes se ajustam às exigências do programa doutrinário.

Isso reflete a visão que o protestante tem sobre os problemas sociais e conseqüentemente das possibilidades de mudança em suas estruturas, principalmente a questão da pobreza. Em outras palavras, esse é um problema que não pode ser superado com a intervenção social da igreja, pois a esta compete a cura da alma e somente através da reforma moral é que a sociedade terá dias melhores. Dessa forma, o PRD (Protestantismo da Reta Doutrina) secundarizava o papel político da igreja ao limitar-se ao trabalho espiritual de modo que tudo que viesse a questionar essa posição seria considerado inimigo (ALVES, 1979).

Foi assim até a década de 1950, quando algumas mudanças trouxeram implicações sociais profundas no pensamento religioso brasileiro tanto católico quanto protestante, cujas conseqüências se fizeram sentir nas diferentes correntes surgidas durante esse período e nas já estabelecidas (IDEM, 1979).

Nesse momento começa a se desenhar um discurso ecumênico no interior da igreja, do lado católico, pela influência do humanismo cristão principalmente o francês; já do lado protestante, pelo questionamento da rigidez e disciplina moral estipulada pela cúpula da igreja (ALVES, 1979).

Nos líderes protestantes, esse cenário social-político-teológico, até o fim da década de 1970, provocou debates acirrados em torno do poder com conseqüências

desastrosas para alguns deles. Na Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), de 1950 até o golpe, existiram pessoas que expressavam severas críticas à política nacional e à instituição (SOUZA, 1998:35). Jovens, seminaristas e alguns pastores defenderam, até 1964, o ecumenismo, o envolvimento da igreja em questões sociais, o fim de proibições morais-comportamentais e reformas eclesiásticas como a ordenação feminina. Posteriormente, esse grupo foi expulso devido às modificações no funcionamento eclesiástico (WATANABE, 2005)

Não se deve pensar, no entanto, que essa forma diferenciada de ver o mundo tenha encontrado apoio por todos os fiéis. Na realidade, aos que cobravam da igreja uma postura mais combativa sobre o poder temporal estava reservado o espaço acadêmico, partidário e outras organizações que anos mais tarde se manifestaria na luta contra a ditadura militar.

No meio desses expulsos, alguns encontraram na academia espaço intelectual e de sobrevivência. Ingressos em cursos de pós-graduação do exterior e ideologicamente próximos aos progressistas católicos brasileiros começaram estudos conjuntos financiados por organismos católicos (por exemplo, a CEHILA) e ecumênicos. Em conjunto com católicos, fizeram reações duras à ditadura militar e defenderam, mediante o ecumenismo, um imaginário revolucionário para construção do "reino de Deus" na terra (WATANABE, 2005, p. 20)

Foi, então, o momento que surgiu novos valores, mais especificamente os de justiça e igualdade entre os protestantes com conotações políticas e norteadores de ações que no PRD (Protestantismo da Reta Doutrina) não se encaixavam. Poder-se-ia, então, argumentar que o protestantismo brasileiro não apresenta homogeneidade sobre a visão do papel político da igreja, situação que se acentuaria na década de 90, com a expansão do pentecostalismo que provocou mudanças nesse pensamento mais “conservador” até então discutido.

3.2 Identidade pentecostal e política

Em geral, as análises sobre o pentecostalismo chamam a atenção para a ênfase ao autocontrole moral e emocional que os fiéis expressam no cotidiano. Em alguns casos, atribui-se a esse comportamento mais rígido a origem do distanciamento das tensões políticas. Rolim (1985) aponta a semelhança entre a matriz norte-americana protestante e o

pentecostalismo no que se refere ao proselitismo religioso e à rigidez moral que por sua vez leva a certo atavismo político.

Dada a própria importância da conduta pessoal na construção da identidade pentecostal, as análises do pentecostalismo costumam tocar na moralidade familiar destes grupos com alguns pesquisadores interpretando a ênfase nesta temática como sinal de alienação política (ROLIM, 1985; D'EPINAY, 1970). Os pentecostais, por várias décadas no Brasil, foram considerados distantes das questões políticas em seus diversos segmentos. No entanto, a preocupação do grupo com os problemas sociais esteve presente desde a chegada dos primeiros missionários ao país num plano mais assistencial do que político (MACHADO, 1996).

Segundo Aquino Júnior (2008), a relação entre religião e política é um fato historicamente verificável, visto que a teologia cristã comporta em sua estrutura de revelação e fé elementos políticos. Dessa maneira uma configuração do religioso opera segundo uma lógica de deslocamento de fronteiras e ressignificação ou redescrição de práticas. O efeito mais marcante destes dois processos é o de que o aprofundamento da experiência religiosa como algo pessoal, individual, íntimo se dá ao par com uma desprivatização ou publicização do religioso.

No contexto do pós-Segunda Guerra, reinou soberana uma episteme, fundada num dualismo entre espaço público e vida privada, política e religião, profano e sagrado. Mesmo entre correntes de pensamento crítico do liberalismo, este dualismo colocava-se com força: estava reservado à religião um papel subordinado na configuração da sociedade contemporânea (CASANOVA, 1994)

Em matéria de especificação deste papel no campo político, a episteme liberal definia três grandes linhas normativas: (i) primeiramente, a de que os assuntos e convicções religiosas dizem respeito à esfera privada dos grupos, e indivíduos, mantendo aí sua legitimidade ainda quando envolvendo práticas exóticas ou repulsivas a uma mentalidade moderna e letrada (CASANOVA, 1994)

Em seguida, sendo a religião um assunto privado, e em vista de assegurar a liberdade necessária para que decisões de caráter público sejam implementadas visando à justiça, ou o bem-estar do maior número, duas outras linhas normativas são requeridas: (ii) a neutralidade do estado (tomado como sinônimo do espaço público) diante das disputas pela verdade das questões religiosas das demandas por proteção ou favorecimento feito por grupos e instituições religiosas ao estado; e (iii) a separação entre igreja e estado, no sentido de autonomia institucional de um

domínio em relação ao outro sob o amparo de algumas garantias constitucionais como liberdade de consciência e culto, e independência das autoridades civis e políticas em relação à autoridade eclesiástica (BEYER, 1994, p. 189)

Este quadro se reproduziu amplamente. O modelo ocidental de democracia e economia liberal seduziu elites nacionais ciosas de alcançar a independência, ou o desenvolvimento. Mas, aos poucos, foi se acumulando uma evidência contrária às expectativas, à eficiência do marco conceitual e institucional liberal da politização do catolicismo e do protestantismo latino-americanos nos anos 1970 e 80, mas, sobretudo, do crescimento vertiginoso dos pentecostais, mais precisamente no Brasil, cuja área de abrangência envolve principalmente as capitais do país (GOMES, 1990).

Esse crescimento ocorreu principalmente na periferia das metrópoles, onde a ineficiência do estado em oferecer serviços públicos, como saneamento básico, segurança pública, favorecem o trabalho das igrejas pentecostais que ali se alojam, e exercem por vezes o papel do estado, através de seus projetos e programas sociais voltados para a população local “As igrejas pentecostais chegam aonde a Igreja Católica não entra. E estimulam a incorporação de pessoas à sociedade através de diferentes redes de sociabilidade” (IDEM, 1990).

Esta desprivatização da religião que leva a uma força social e política é, a nosso ver, importante, se estamos pensando na relação religião e política. Se há de fato alguma volta aqui, para efeito de nossa discussão, é a da religião à esfera pública; uma penetração ou reabertura dos espaços públicos institucionalizados ou não à ação organizada de grupos e organizações religiosas, como é o caso do atual pentecostalismo brasileiro e não tanto um reavivamento da adesão religiosa, que teria quase desaparecido e regressaria à esfera da cultura (PIERUCCI, 2000, p. 79).

Diante dessas colocações, citemos o seguinte princípio para abordar o pentecostalismo:

Trata-se tanto de um fenômeno sócio-religioso mundial quanto de um movimento alternativo na vida e missão da Igreja cristã. Partimos de uma premissa básica: o pentecostalismo é, antes de tudo, um *movimento* religioso e não uma “denominação” ou organização religiosa. Embora existam comunidades religiosas autodenominadas “pentecostais” e grupos religiosos conhecidos como “carismáticos”, no seio do protestantismo e do catolicismo, é o caráter de *movimento* que os dinamiza e produz suas expressões orgânicas e visíveis (MORANTE, 1996, p.49)

Consideraremos brevemente alguns pontos levantados por Mariano (2005), uma vez que os pentecostais tornaram-se, após a redemocratização, um *player* político importante e, com isso, atores co-responsáveis, portanto, pelos desdobramentos futuros de nossa democracia:

O campo religioso brasileiro sofreu profundas transformações nas últimas décadas. A consolidação da liberdade religiosa, a pluralização do campo religioso, o enfraquecimento do poder religioso da Igreja Católica e a redemocratização do Brasil contribuíram decisivamente para transformar as relações dos grupos religiosos entre si e com a política partidária e o Estado. A acelerada expansão numérica dos evangélicos constitui fator dos mais relevantes para compreender parte das mudanças ocorridas recentemente nos campos religioso e político brasileiros (MARIANO, 2005, p.1)

Neste debate,

A ampliação da oferta religiosa e a competição entre as diferentes religiões, notadamente nos casos, em que uma religião estabelecida historicamente mantinha quase um monopólio da adesão, e procurava falar em nome da sociedade como um todo, gerou uma busca por assegurar espaços de representação política, por parte dos grupos religiosos emergentes, traduzidas quer em disputas eleitorais, quer no investimento de recursos públicos em iniciativas educacionais, filantrópicas ou mesmo em demandas internas das organizações religiosas (BURITY, 2008. p. 32)

Esses indicadores apontam para uma crescente oscilação e indecibilidade da fronteira religião/política, pois, nas condições em que as demandas são apresentadas, acabam quase sempre em processos inconclusos, reversíveis e sujeitos a polêmicas que se arrastam por anos a fio, acionando frequentemente o sistema judiciário. Igrejas ou organizações civis e políticas publicam manifestos, apóiam abertamente candidatos a cargos eletivos, organizam manifestações de rua. O poder executivo conclama organismos religiosos a atuarem diretamente de forma subsidiária ou substitutiva na implementação de programas sociais em áreas como educação, saúde ou geração de emprego e renda (em moldes que vão das parcerias às políticas de desinvestimento estatal na área social, que transferem a organismos privados a oferta e gestão de serviços de interesse público).

Organizações da sociedade civil crescentemente se autodefinem como um “terceiro-setor”, público e não-estatal, com pretensões de interferir diretamente nas decisões políticas e nas práticas de mercado, e contam os organismos religiosos entre os que compõem este setor (NOVAES, 2002). Diante disso, segue:

As igrejas pentecostais e neopentecostais não crescem, portanto por serem repositórios passivos de indivíduos carentes, e desajustados, em estado de “anomia”, ou coisa que o valha, a despeito da difusão dessa imagem por um sem-número de reportagens e até por velhas teorias sociológicas, Crescem aceleradamente porque trabalham muito e sabem explorar, em seu benefício institucional, os contextos socioeconômico, político, cultural e religioso onde estão inseridas. Crescem porque aproveitam, eficientemente, as oportunidades advindas da ampliação da liberdade e do pluralismo religiosos, da rápida e maciça difusão dos meios de comunicação, da urbanização e da destradicionalização cultural, da abertura política e da redemocratização do país. Crescem porque, ao lado disso e do ativismo militante da parte considerável dos fiéis, sobretudo do sexo feminino, esforçam-se em oferecer respostas mágico-religiosas- às vezes em deliberada continuidade com elementos da religiosidade popular – para fiéis e virtuais adeptos interessados em superar, pela via ou com ajuda religiosa, problemas decorrentes do agravamento, nas últimas décadas,

das crises sociais e econômicas, do aumento exponencial da violência, da criminalidade e da insegurança (MARIANO, 2005, p 72).

Mariano (2005) destaca em seus estudos uma diversidade no pentecostalismo brasileiro, e uma expansão diferenciada entre as denominações.

Apesar do crescimento institucional do pentecostalismo brasileiro ser muito desigual – isto é três igrejas – Assembléia de Deus, Congregação Cristã no Brasil e Universal do Reino de Deus que juntas concentram 74% dos pentecostais, isto é 13 milhões de pessoas. Isso permite atribuir o êxito eleitoral da Assembléia de Deus e da Igreja Universal, resulta, em parte de seu peso demográfico. Tãmanha reviravolta no comportamento dos pentecostais remonta aos meados dos anos 1980, numa estratégia competitiva e de inserção social, várias igrejas pentecostais trocaram, repentinamente, o lema quietista “crente não se mete em política” pelo jargão corporativo “irmão vota em irmão”, baseado, tal como o mote anterior; não obstante a guinada radical, em interpretações bíblicas. Os expoentes desse ideário defenderam, num tom arrivista e triunfalista, que os evangélicos deveriam deixar de ser “cauda” para se tornar “cabeça” (MARIANO, 2005)

3.3 O voto “sagrado”: a importância dos evangélicos nas eleições

A politização do pentecostalismo brasileiro provocou mudanças significativas na estrutura partidária nacional, uma vez que a participação dos evangélicos ganhou forças no final da década de 1980 e início de 1990, quando da atuação dos seus representantes parlamentares no Congresso Nacional. Porém, foi durante as eleições presidenciais de 1989 que os evangélicos passaram a dar maior relevância para as questões políticas, como demonstraram ao dar amplo apoio à candidatura de Fernando Collor de Melo do Partido da Restauração Nacional (PRN) (MACHADO, 2006).

O contexto político passa então a fazer parte da agenda das igrejas que veem a possibilidade de ampliar o número de representantes na esfera legislativa. Conforme apontam os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Machado (2006), foram eleitos naquele ano 44 deputados federais evangélicos. Esse crescimento representou 69% em relação à legislatura seguinte.

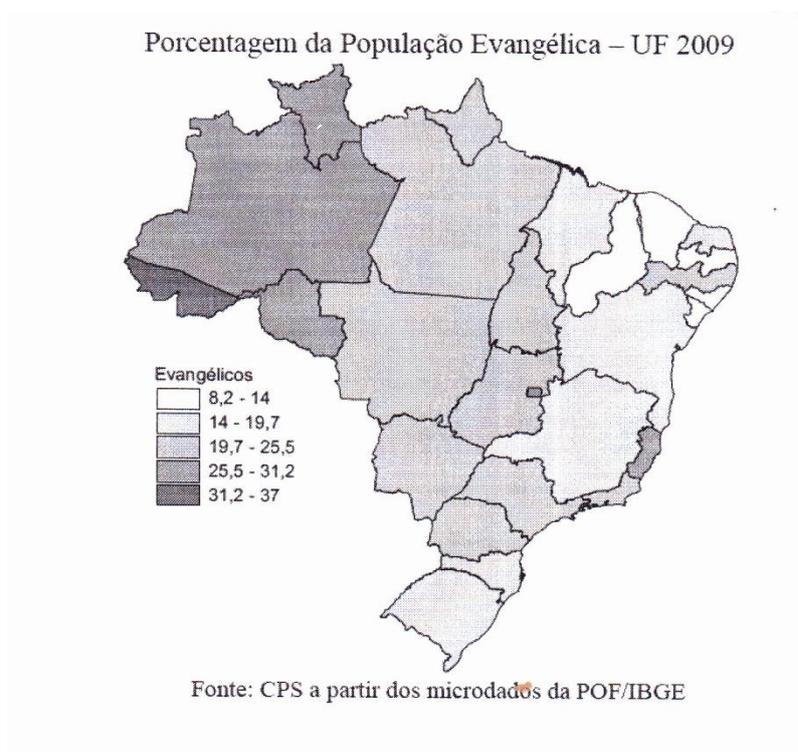
Na distribuição das cadeiras entre os parlamentares evangélicos¹⁶, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) obteve maioria, sendo 14 representantes nacionais. A

¹⁶ Os representantes das demais denominações ficaram com algumas cadeiras ficando assim a composição Comunidade Evangélica um, Congregação Cristã No Brasil um, Metodista um, Presbiteriana dois, Igreja do

partir de então os evangélicos passaram a figurar no cenário político nacional, elegendo nas campanhas posteriores representantes de diversas igrejas, inclusive as de corrente neopentecostal, embora a Igreja Universal do Reino de Deus, segundo Freston (1993, p.96), classificada como neopentecostal, já estivesse no cenário político anteriormente.

Entre as demais igrejas neopentecostais encontram-se Igreja Internacional da Graça de Deus (1980), Cristo Vive (1986), Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (1976), Comunidade da Graça (1979), Renascer em Cristo (1986), Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo (1994). Entre estas apenas a Comunidade Sara Nossa Terra com representação política (MARIANO, 2005, p.35)

Para explicar o sucesso das candidaturas evangélicas nas últimas eleições é necessário entender a expansão dos grupos evangélicos no país, com expressivo aumento dos pentecostais.



Mapa 1. Porcentagem da população evangélica por unidade federal. CPS/FGV- 2011.

A utilização da mídia, em especial a radiofonia, foi privilegiada, em função do seu raio de alcance num país de ampla dimensão geográfica como o Brasil. No entanto, a

Evangelho Quadrangular dois, Luterana três, Batista Renovada quatro, Assembléia de Deus sete, Batista oito. (Freston, 1993)

utilização do rádio por parte das igrejas evangélicas teve início na década de 1950, para fins evangelísticos como o programa *a Voz do Brasil para Cristo*, apresentado pelo pastor Manoel de Melo da Igreja o Brasil para Cristo. Já nos anos 60 surgia o missionário David M. Miranda, fundador da Igreja Deus é Amor com o programa *a Voz da Libertação* que vai ao ar até os dias de hoje (MARIANO, 2005).

Mas se naquele momento o uso do rádio era para fins evangelísticos exclusivamente, nos anos de 1980 e 1990 as rádios, agora pertencentes às igrejas, passaram a ser utilizadas nas campanhas pelos candidatos, que podiam expor suas plataformas e programas políticos para a comunidade evangélica (FRESTON, 2006).

Além do rádio, o espaço na televisão comprado por algumas denominações em emissoras de destaque nacional propiciou a alguns candidatos maior oportunidade de se fazerem notórios. Freston (2006) lembra-nos da candidatura bem sucedida de Francisco Silva, o deputado federal mais bem votado no Estado do Rio de Janeiro em 1994 – era dono de uma estação, FM evangélica no Rio de Janeiro. Ressalta também outras candidaturas bem sucedidas naquele ano em diferentes regiões, como a do senador Iris Rezende, a deputada federal Lídia Quinan por Goiás, a senadora Benedita da Silva pelo Rio de Janeiro e a inesperada disputa do segundo turno por São Paulo do recém convertido Francisco Rossi (FRESTON, 2006).

Nas ondas do rádio, e da televisão, os candidatos evangélicos apresentavam-se esclarecendo dúvidas dos eleitores muitas vezes em programas ao vivo. E ao que as estatísticas indicam esse mecanismo surtiu efeito em meio ao eleitorado evangélico (IDEM, 2006)

É nesse contexto que igrejas como a Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça, Renascer em Cristo adquiriram visibilidade na mídia e na política em eleições futuras, como as de 2002, tendo um recuo em 2006 em função do envolvimento com escândalos políticos, principalmente entre parlamentares da IURD, mas voltando em 2010 a obter resultados favoráveis na representação no Congresso Nacional¹⁷.

¹⁷ Nas eleições de 2010 foram eleitos setenta e três parlamentares evangélicos setenta deputados e três senadores, equivalente a 12,5% da composição total do Congresso Nacional, sendo vinte e dois, Assembléia de Deus (Ministério Belém e Madureira), quatorze Igreja Batista, sete Igreja Universal do Reino de Deus, oito Igreja

Com o lema “irmão vota em irmão” enfatizado pelas lideranças das igrejas os fiéis passaram a votar em candidatos evangélicos, independente de serem ou não de suas denominações. E com o uso do televangelismo essa prática tornou-se mais eficaz (MARIANO, 2005).

Mariano (2005) atenta para o fato dos neopentecostais privilegiarem a televisão em relação ao rádio. O televangelismo exige maciços investimentos para a aquisição de emissoras, e nesse segmento se destacam a Igreja Universal do Reino de Deus e a Renascer em Cristo. A rede Record, comprada por Edir Macedo no final da década de 1980, garantiu a IURD amplo espaço em rede nacional. Embora a programação religiosa seja exibida nas madrugadas, a televangelização é responsável por parte considerável das conversões.

No caso da Igreja Renascer em Cristo, fundada pelo casal Estevam Hernandes Filho e a bispa Sônia Haddad Hernandes, o sucesso das conversões está intimamente ligado ao televangelismo da Rede Gospel, uma vez que a programação 24 horas no ar se resume a pregações, transmissão ao vivo de cultos, exibição de clipes e bandas gospel que visam principalmente um público jovem. Para isso lançam mão de uma linguagem *teen* e programas que abordem temas como o uso de drogas, política, esporte entre outros.

O uso da mídia pelos evangélicos nos últimos anos tem colaborado não apenas para a evangelização, mas tem sido um importante aliado na orientação de vida dos fiéis, entre eles o papel e lugar do evangélico na política.

O recurso midiático entre os pentecostais é uma experiência trazida dos E.U.A, porém com algumas distinções em relação ao financiamento e manutenção destas no ar. No entanto, em termos políticos, a pós-redemocratização em 1985 foi fundamental para o aumento de cadeiras na esfera legislativa, e executiva entre os evangélicos, sobretudo para os pentecostais que nas eleições de 1986 elegeram 32 parlamentares, entre eles 18 de vertente pentecostal, em sua maioria adeptos da Assembleia de Deus (FREESTON, 2006). Nas eleições posteriores o número de parlamentares evangélicos cresceu consideravelmente, com 51

Presbiteriana, três Quadrangular, três Internacional da Graça, um Sara Nossa Terra, um Mundial do Poder de Deus, um Congregação Cristã no Brasil, um Maranata, um Renascer em Cristo, um Nova Vida, um Brasil para Cristo, um Comunidade Shamá, um Cristã Evangélica, um luterano, seis sem denominação confirmada. Reportagem de 09/10/2010 (<http://terramagazine.terra.com.br>)

parlamentares, sendo 49 deputados federais e três senadores (FREESTON. 2001: FONSECA. 2002: 126; MARIANO. 2005.)

Além desses elementos, o uso da mídia pelas igrejas, em suas diversas formas (impressa, televisiva e audiovisual), contribuiu, sobretudo, para a projeção de candidatos muitas vezes desconhecidos pelos próprios evangélicos, mas que recorreram aos programas de suas respectivas igrejas para angariar votos.

O televangelismo neopentecostal, porém, não configura pura reprodução tupiniquim dos ministérios eletrônicos norte-americanos. Pois lá, segundo Assman (1986:16), os programas são personalistas e relativamente autônomos em relação às denominações. Aqui inversamente, eles estão inseridos numa estratégia de crescimento denominacional. Além do que, diz Freston (1993:135), a TV evangélica americana é lucrativa e financiada pelos telespectadores, enquanto no Brasil os programas são custeados por igrejas (leia-se crentes), editoras, gravadoras (MARIANO, 2005, p. 46)

A experiência da Rede Gospel de televisão e a candidatura do cantor gospel Marcelo Aguiar¹⁸ a deputado federal pelo Estado de São Paulo é um bom exemplo de como o uso da mídia pode projetar um candidato evangélico, de modo que angarie votos suficientes para obter uma cadeira no legislativo.

“Quando me elegi vereador por São Paulo, vinha de uma bem sucedida carreira como cantor sertanejo, como cantor gospel, e minha trajetória no meio político pareceu-me à época o caminho natural de alguém que se preocupava com o ser humano. O apoio dos eleitores evangélicos, da Igreja Evangélica Renascer em Cristo, em especial, que teve uma participação fundamental nas minhas campanhas, e o do meu partido, o PSC, fizeram-me ver que eu estava certo. Hoje agradeço pela confiança em mim depositada por 98.842 eleitores de todo o Estado de São Paulo, em especial, 53 mil eleitores só da capital de São Paulo”, agradeceu Marcelo.

Outra bem sucedida campanha tem sido a do candidato Marcelo Bezerra Crivella re-eleito em 2010 e o pastor da Igreja Universal do Reino de Deus. Atualmente filiado ao Partido Republicano Brasileiro (PRB), elegeu-se para seu primeiro mandato como senador pelo Rio de Janeiro em 2002 – naquela ocasião pelo Partido Liberal (PL) obtendo 3.243.289 votos. Defensor dos valores da família e da igreja, a imagem do bispo-candidato foi fundamental para que o eleitorado evangélico do Rio de Janeiro o elegeisse. Com aparições nos programas da emissora, exibição de vídeos de sua missão na África onde atuou por seis

¹⁸ Marcelo Aguiar (PSC- SP) eleito Deputado Federal pelo estado de São Paulo em 2010 já atuava como vereador na Câmara Municipal dos vereadores na última legislatura em São Paulo, membro da Igreja Renascer em Cristo apresenta o programa diário “Última Palavra” na Rede Gospel de televisão junto com Priscilla Cestari, além do Programa Questão de Cidadania na Rede Gospel de Rádio frequência 90,FM- SP, onde discute questões de cidadania, política e religião. (www.vereadormarceloaguiar.com.br/)

anos, o *lobby* político do candidato foi sendo construído sem dicotomias entre o homem de fé, o cidadão e o candidato. Além do mais, a atividade de cantor gospel e escritor de temas teológicos já o faziam conhecido entre os membros da IURD (MACHADO, 2006).



Foto 1. Marcelo Crivella e esposa visitando o projeto social Canã, mantido pelo Deputado e Bispo. Disponível no site <http://universouniversal.files.wordpress.com/marcelocrivella.png>

Soma-se a essas características o fato do Rio de Janeiro ter sido o berço da Igreja Universal do Reino de Deus, além de ser o terceiro maior Estado em número de evangélicos¹⁹, pois em 2002 a população que se declarava evangélica era de 3.240.289 habitantes equivalente a 20% da população total, destes 395.299 declaravam-se membros da Igreja Universal (*IDEM*, 2006).

O Rio de Janeiro é um caso interessante nessa relação evangélicos-política, pois há candidaturas bem sucedidas em todas as esferas do poder (MACHADO, 2006). Machado destaca algumas características que contribuem para que os pentecostais ajustem-se no campo político com maior facilidade.

¹⁹ Dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/populacao/Brasil/

Os pentecostais se destacam, pois são os grupos evangélicos mais competitivos e com maior capacidade de transferir influência da esfera religiosa para a esfera política. Esse sucesso nas disputas eleitorais é resultado, entre outras coisas, de um rápido processo de formação de lideranças e uma intensa socialização dos fiéis, e expressa, sem dúvida, uma revisão na concepção de política e cidadania (MACHADO, 2006, p. 22)

A capacidade de organização resulta na formação de lideranças devido a uma intensa socialização, e nesse sentido um dos aspectos que propicia essa socialização está no fato de os eleitores evangélicos se concentrarem em sua maioria entre a camada dos setores populares com os templos nas regiões mais desassistidas pelo Estado (MACHADO, 2006).

A relação pobreza e avanço evangélico pentecostal é um dos aspectos da expansão identificada com o discurso de salvação e possibilidade de transformação da situação financeira, embalados pela Teologia da Prosperidade.

“Com o propósito de superar precárias condições de existência, organizar a vida, encontrar sentido, alento e esperança diante de situação tão desesperadora, os estratos mais pobres, mais sofridos, mais escuros e menos escolarizados da população, isto é, os mais marginalizados – distantes do catolicismo oficial, alheios a sindicatos, desconfiados de partidos e abandonados à própria sorte pelos poderes públicos -, têm optado voluntária e preferencialmente pelas igrejas pentecostais. Nelas, encontram receptividade, apoio terapêutico-espiritual e, em alguns casos, solidariedade material”. (MARIANO, 2005, p. 12)

Diante desse quadro podemos pensar se seria essa “falta de instrução” motivo que os tornam “presas fáceis” pelos candidatos evangélicos para se elegerem.

Os eleitores dos setores populares são apontados na literatura especializada como aqueles que, apresentando baixos níveis de “informação, envolvimento político e capacidade de conceituação política”, estariam mais propensos ao voto clientelista, não informado e errático. Eleitores que trabalham ou vivem juntos votam mais provavelmente nos mesmos candidatos. Indivíduos em situação social semelhante têm mais probabilidade de interagir, vivendo juntas, e em condições externas equivalentes, as pessoas provavelmente desenvolvem necessidades e interesses semelhantes, tendem a ver o mundo da mesma maneira e a dar interpretações parecidas a experiências comuns. Mais ainda: na decisão de votar em determinado partido ou candidato, parece mais importante a influência do “líder de opinião”, que se comunica com cada eleitor dentro de seu grupo do que os instrumentos formais de campanha política através dos meios de massas (CASTRO, 1992, p. 15-18)

De acordo com Machado (2006), os valores religiosos, ao serem compartilhados nas redes de sociabilidade que se constroem dentro das igrejas, influenciam o voto de acordo com o peso das lideranças locais, que aconselham seus fiéis a votarem nos candidatos que representam a denominação, ou em alguns casos até de outras, desde que estes compartilhem do mesmo segmento religioso.

Essa hipótese torna-se pertinente quando nos lembramos da capacidade de mobilização política da IURD nas disputas eleitorais da década de 1990, e do comportamento eleitoral de seus adeptos, que canalizaram seus votos para os

candidatos da própria Igreja. Em 1994, só no Rio de Janeiro, a Igreja elegeu três deputados federais e estaduais, no pleito seguinte conseguiu ampliar para quatro os seus representantes na Assembléia Legislativa, e para cinco o número de deputados estaduais (MACHADO, 2006, p. 29)

Esse fato não é exclusividade da IURD. Nas últimas eleições tem sido prática comum a candidatura de pastores, bispos e obreiros, principalmente nas igrejas Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Batista, entre outras. Se por um lado, a politização dos pentecostais demonstra a pluralização do campo político brasileiro, por outro a forma como alguns temas são tratados entre os candidatos durante a campanha, e após serem eleitos, sugere um “corporativismo” político-evangélico, sobretudo quando se abordam questões como aborto, legalização das drogas e liberalização do casamento e relação homoafetiva (MARIANO, 2005).

Diante destes desafios, há diferentes opiniões entre os pesquisadores que se identificam entre os políticos evangélicos em determinados aspectos: um clientelismo e fisiologismo explícito e a adesão às plataformas políticas de direita (PIERUCCI, 1989; MARIANO & PIERUCCI, 1992; FRESTON, 1993).

Mas para que os parlamentares evangélicos, a maioria dos quais dedicados “despachantes de igrejas”, possam influir mais diretamente nos destinos nacionais pelo jogo político *stricto sensu*, além de multiplicar sua representação, precisam unir-se num bloco suprapartidário e supradenominacional. Quer dizer, têm de superar as rivalidades entre suas igrejas e os antagonismos de seus partidos. Isso na prática pelo menos no momento parece que não lhes demandaria grande esforço. A viabilidade de sua união numa bancada (como ocorreu, aliás, na Constituinte) para aprovar projetos de seu interesse depende tão – somente da natureza dos projetos em pauta. Cumpre dizer que os projetos de seu interesse pouco ou nada têm a ver com reforma da previdência social, reforma fiscal e política e político-partidária, saúde, educação, privatização de estatais, funcionalismo público, reforma agrária, proteção do meio ambiente, ciência e tecnologia. Seu corporativismo costuma ser prontamente mobilizado quando se trata de defender questões de interesse imediato das igrejas que o elegeram, como a defesa, sempre intransigente, de privilégios fiscais e a oposição ferrenha a projetos de lei que estabeleçam ou impliquem penalidades à poluição sonora dos cultos. Defesa que se estende às questões próprias de ou consentâneas a seu ideário religioso, de cunho moralista, favorável à censura, oposto a permissividade sexual e a liberalização comportamental, sobretudo feminina. (MARIANO, 2005, p. 236)

O apoio das igrejas, do corpo sacerdotal, a mídia evangélica (rádio, televisão, internet) e outros elementos têm sido apontados como as principais razões do sucesso dos evangélicos no jogo político. Uma das tônicas desse desempenho é a vinculação dos candidatos evangélicos a partidos que levantam a bandeira cristã enfatizando temas como os valores da família entre outros que se aproximam da postura cristã em geral.

Apesar da presença frequente dos evangélicos nos últimos anos na política, não há um partido específico que represente os interesses desse grupo levando-os a se filiarem a diversos partidos, de diferentes matizes ideológicas, como no caso da última eleição para presidente em que parte dos eleitores evangélicos apoiaram a candidata Dilma Rousseff²⁰ após esclarecimentos sobre sua posição em torno do aborto, sendo este, talvez, o assunto mais polêmico durante a campanha (BORGES, 2007).

Dada a importância do eleitorado evangélico que vêm avançando no Brasil, e já soma 34 milhões, os partidos já existentes estão afinando seus programas de governo com esta parcela da população, que por sua vez tem aproveitado esses espaços para se engajar e pleitear cargos eletivos.

A formação de um partido evangélico tem encontrado barreiras devido à heterogeneidade do campo protestante brasileiro, mais precisamente entre os pentecostais que divergem entre si em alguns pontos. Um exemplo foi na eleição de 2010, em que a cúpula da Assembleia de Deus ligada à Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil²¹ (CGADB), corrente majoritária, que tem por líder o pastor José Wellington Bezerra da Costa, demonstrou apoio a José Serra (PSDB), ala que conta com dez milhões de fiéis, repetindo o feito de 2002 (*Folha de São Paulo*, Agosto, 2010).

No caso da Assembleia de Deus (Madureira) que tem seis milhões de membros, a candidata Dilma Rousseff (PT) foi quem teve o apoio, encabeçado pelo trabalho do deputado Federal e líder da igreja pastor Manoel Ferreira (PR-RJ), coordenador evangélico da campanha de Dilma (*Jornal Estadão*, 06/11/2009).

²⁰ O apoio a candidata Dilma Rousseff, por parte do eleitorado evangélico ficou bastante dividido, sobretudo, em função da questão do aborto em que a oposição a Dilma divulgou informações afirmando que a candidata era favorável, ponto que foi esclarecido durante a campanha em que Dilma mostrou-se contrária a legalização do aborto.

²¹ A organização ministerial da Assembléia de Deus é ramificada, mas que compõem uma rede. Cada ministério possui um a igreja sede que supervisiona as congregações dependentes. A primeira igreja sede a ser formada foi a de São Cristovão, no Rio de Janeiro que ficou conhecida como Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil (CGADB). A década de 1980 foi marcada por cisões, sendo a de 1989 a de maior expressão, assim nascia no Rio de Janeiro novamente o Ministério de Madureira- que passou a ser chamado de Convenção Nacional das Assembléias de Deus –Madureira (CONAMAD)



Foto 2. Dilma Rousseff em visita a um templo da Assembleia de Deus. Jornal Estadão, 2010.

O divisor de águas entre as duas alas da Assembleia de Deus girou em torno de temas de ordem “moral”, do ponto de vista religioso. No entanto, para os fiéis do ministério (Belém), o posicionamento de Dilma Rousseff de que era favorável a descriminalização do aborto e a legalização da relação homoafetiva, que circulou pela mídia, aproximou-os do candidato Serra no primeiro turno (Blog²² Pastor José Wellington. 29/10/2010).

No caso do ministério Madureira, esses assuntos tiveram peso da mesma forma como no outro ministério; porém, a relação com o PT entre os fiéis da A.D Madureira é diferente, haja vista o fato de terem votado em Lula na campanha de 2006. A candidata teve de negociar com os evangélicos prometendo deixar esses assuntos a encargo do legislativo numa relação de barganha de bens religiosos que adquiriram valor político (ORO & MARIANO, 2010).

A relevância dessas questões levaram a decisão do pleito para o segundo turno e mais uma vez a corrida pelo eleitorado evangélico se acirrou entre José Serra e Dilma Rousseff. E as Assembleias de Deus continuaram divididas. Porém, o ministério Vitória em Cristo do pastor Silas Malafaia aproximou-se de Serra após ter tirado o apoio manifestado a Marina da Silva (PV), sob o argumento de que sendo ela uma evangélica não poderia se esquivar de assuntos como a legalização das drogas, a relação homoafetiva e o aborto, pois,

²² <http://www.pastorjosewellington.com>

segundo Marina, devemos respeitar o princípio laico, daí não ter se beneficiado da sua identidade evangélica para angariar votos (*IDEM*, 2010).

A candidata Marina Silva, desde o início da campanha se colocou aberta ao diálogo sobre a legalização do aborto e das drogas, alegando a realização de um plebiscito popular em que o povo pudesse escolher, por se tratar de um tema complexo de natureza filosófica, ética e moral e não especificamente religioso. Outras razões apontadas por Marina Silva é o fato do assunto da forma como está sendo colocado ser limitado. Sendo assim carece de informação. Daí a realização de um plebiscito provocar o debate e a disseminação de informação, promovendo a participação ampla e não apenas de alguns segmentos da sociedade civil.

Porém, para alguns líderes religiosos como Silas Malafaia, e uma ala da Assembléia de Deus, o fato de Marina Silva ser evangélica e não se colocar contrária a legalização do aborto e das drogas contradiz seus preceitos religiosos tornando-a alvo de críticas e, portanto não confiável para receber o voto de um evangélico. Desta forma no dia 28/09/2010, Silas Malafaia divulgou em carta²³ a retirada de apoio a candidata Marina Silva. **NÃO VOTO MAIS EM MARINA E DIGO POR QUÊ.**

Pior do que o ímpio é um cristão que dissimula. Eu queria entender como uma pessoa que se diz cristã, membro da Assembléia de Deus, afirma que se for eleita presidente do Brasil vai convocar um plebiscito para que o povo decida se aprova ou não o aborto, ou se aprova ou não o uso da maconha. Marina precisa aprender com a ex-senadora Heloísa Helena, católica praticante e pertencente a um partido ultraradical. Heloísa Helena declarou peremptoriamente: “Sou contra o aborto!” Na audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, deu um verdadeiro show, não apenas à luz de questões religiosas, como também científicas. Ela mostrou a desgraça, a mazela, e uma das coisas que mais aborrecem a Deus: a força dos poderosos contra os indefesos. Ao propor plebiscito, Marina está “jogando para a torcida”, para ficar bem com os que são contra e com os que são a favor. SAI DE CIMA DO MURO, MINHA IRMÃ! QUE PLEBISCITO COISA NENHUMA! O povo brasileiro não tem todas as informações necessárias para decidir esta questão de maneira isenta. Temos toda a mídia a favor dessa nojeira do aborto. Com certeza vão jogar pesado para influenciar. Cultivar uma vida cristã significa ser radical. Radical contra o pecado, contra esse sistema mundano dirigido pelo diabo. Como diz a Bíblia, não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação do vosso entendimento (Romanos 12.2). A palavra de Marina como cristã teria de ser apenas isto: “Sou contra o aborto e a legalização da maconha”. Como faltaram convicção e firmeza em suas declarações, uma vez que o cristão tem de “mostrar a cara” posicionando-se de forma categórica contra o pecado, Marina perdeu meu voto. Já que não tenho tantas opções, votarei em Serra

²³ Disponível no site do Programa Vitória em Cristo, apresentado e dirigido pelo Pastor Silas Malafaia. http://www.vitoriaemcristo.org/_gutenweb/_site/gw-inicial/

para presidente. Em suma, mudar por manipulação é ignorância. Mas mudar por adquirir conhecimento é inteligência. Não mudei meu voto para presidente da República por interesses mesquinhos e pessoais. Tenho compromisso com Deus, a Sua Palavra e a Igreja, e não posso omitir-me diante de uma decisão tão importante para a nação. Não vou macular a minha consciência para agradar ninguém. A verdade é que Marina não nega suas raízes petistas. (Pastor Silas Malafaia)

Entre as acusações de Silas Malafaia, a candidata do PV, as origens políticas de quando ainda era do PT (Partido dos Trabalhadores) persistem e se manifestaram em sua postura quanto aos temas legalização do aborto e das drogas. Mesmo com a retirada do apoio de Malafaia e seus seguidores a candidata Marina Silva ficou em terceiro lugar nas urnas com 19.636.359 milhões de votos, assegurando o terceiro lugar. Com este resultado, Marina Silva ficou fora da disputa no segundo turno e reassumiu seu cargo de Senadora

A Igreja Universal do Reino de Deus é um caso diferenciado, uma vez que sua relação com o PT tem sido mais amistosa desde a eleição de 2002, quando apoiaram Lula nos dois turnos, movendo esforços na articulação para colocar José Alencar do PRB (Partido Republicano Brasileiro) na vice-presidência da República partido que abriga os políticos da Iurd, entre eles Marcelo Crivella e Paulo Vitor. Feito que se repetiu em 2006 e 2010. Se a questão do aborto surgia como problema para a candidata Dilma Rousseff e a Assembleia de Deus, com a IURD não foi obstáculo, uma vez que o próprio líder da igreja Bispo Edir Macedo é favorável à prática do aborto, em determinadas circunstâncias. Edir Macedo publicou no dia 28 de setembro de 2010 nota em seu blog²⁴ sobre a “perseguição a candidata”:

DILMA É VÍTIMA DE MENTIRAS ESPALHADAS PELA INTERNET

Recebi recentemente um e-mail, destes que em princípio parecem ter o nobre intuito de nos alertar para algo grave. A mensagem dizia que a candidata à Presidência da República, Dilma Rousseff, teria afirmado: “Nem mesmo Cristo querendo, me tira essa vitória”. O spam, com texto pobre, dizia: “Após a inauguração de um comitê em Minas, Dilma é entrevistada por um jornalista local...” Como as informações eram muito vagas (um comitê em Minas; um jornalista local), saí em busca de algo mais consistente, como um vídeo da suposta declaração ou ao menos uma gravação em áudio, mas não encontrei nada. Assim, tive certeza que se tratava de mais uma mentira. Se os cristãos fossem tão ágeis e eficientes para usar as ferramentas modernas da comunicação na pregação do Evangelho, assim como parecem ser para disseminar boatos, certamente muitas almas seriam ganhas para o Senhor Jesus. Quem pensa que está prestando algum serviço ao Reino de Deus, espalhando uma informação sem ter certeza de sua veracidade, na verdade, está fazendo o jogo do diabo. O Senhor Jesus não precisa de advogados, nem de assessores de comunicação que saiam em “defesa” de Seu Nome. Ele precisa de verdadeiros cristãos, que

²⁴ Mensagem publicada no Blog do Bispo Edir Macedo em 28 de setembro de 2010. <http://bispomacedo.com.br/blog/page/31/>

entendam, vivam e puguem a Verdade. Devemos observar que pessoas mal intencionadas têm procurado confundir muitos cidadãos com mentiras mal elaboradas, a fim de atrapalhar o trabalho sério de alguns candidatos. Pense nisto. Nestes dias que antecedem as eleições, devemos observar se a plataforma dos candidatos em quem pretendemos votar, não pode vir a prejudicar a Igreja. Use seu voto de forma consciente e responsável. (MACEDO, 2010, p.31)

Dispondo do poder de influência, os parlamentares evangélicos conhecidos começaram a mediar o debate entre a candidata e as igrejas, a exemplo do também ocorrido entre os católicos. Segundo Oro (2010), em recente artigo sobre religião e política no Rio Grande do Sul e no Brasil, ao acionar a intervenção dos políticos evangélicos e das lideranças católicas, Dilma Rousseff beneficiou-se do carisma destes que exercem influência sobre os fiéis.

Num primeiro momento, Dilma ficou na defensiva, acuada pelo crescente poder de católicos e evangélicos conservadores na esfera pública, tentando esquivar-se e defender-se de acusações e boatos religiosos. Em seguida, a petista pôs a “tropa de choque” de deputados e senadores evangélicos para atuar na rua, na mídia eletrônica e nos templos para, conforme o senador batista Walter Pinheiro, “desdizer as baixarias lançadas contra Dilma na internet e impedir que a eleição vire uma guerra santa”²⁵. A tropa evangélica era composta, entre outros, por Manoel Ferreira (PR/RJ), Magno Malta (PR/ES), Marcelo Crivella (PRB/RJ), Everaldo Pereira (PSC), Walter Pinheiro (PT/BA), Gilmar Machado (PT/MG), Wasni de Rouri (PT/DF), Eduardo Cunha (PMDB/RJ), Filipe Pereira (PSC/RJ), Benedita da Silva (PT/RJ), Anthony Garotinho (PR/RJ), Robson Rodovalho (PP/DF), empenhados na missão de resgatar a aliada da avalanche de acusações, asseverou Pinheiro, fizemos. “declarações públicas e ações de marketing, “falamos com padres católicos, com líderes de várias religiões”, “fomos a quase todas as capitais e “distribuímos quase 40 milhões de cópias da mensagem de Dilma sobre religião”²⁶ Outro exemplo significativo do reforço religioso na campanha petista foi o socorro dado por Frei Betto, que apoiou Marina no primeiro turno, assegurando, em texto publicado na Folha de São Paulo, que ela “é pessoa de fé cristã, formada na Igreja Católica”²⁷ (FOLHA DE SÃO PAULO, 2010 apud ORO & MARIANO, 2010, p. 29)

Esse concerto entre a candidata Dilma e as lideranças exigiu algumas concessões da petista, sobretudo em relação ao III Programa Nacional de Desenvolvimento Humano (III PNDH)²⁸ em que Dilma prometeu não promover nenhuma iniciativa que afrontasse os valores da família. Além disso, a PL 122/2006²⁹ gerou controvérsias entre os evangélicos, que se manifestaram contrários à lei e exigiram que esta fosse revista.

²⁵ *Folha de S. Paulo*, 8 de outubro de 2010.

²⁶ *Folha de S. Paulo*, 9 de novembro de 2010.

²⁷ *Folha de S. Paulo*, 10 de outubro de 2010.

²⁸ O III Programa Nacional de Direitos Humanos, atualizado pelo Decreto 7.177, de 12 de maio de 2010. Trata-se de um programa onde estão estipulados os direitos e prerrogativas sobre diversos assuntos que envolve a questão dos direitos humanos: educação, religião, liberdade de expressão entre outros.

²⁹ Projeto 5003/2001 que mais tarde tornou-se Projeto de Lei 122/2006 em que caracteriza qualquer modo de discriminação ou preconceito a orientação sexual, de gênero, sexo e identidade como crime.

Como podemos perceber, os evangélicos estão adentrando espaços anteriormente considerados “seculares”, e no campo político o vínculo identitário deste grupo transpõe as diferenças teológicas, quando se trata de questões que ferem os valores de ordem divina³⁰, como costumam justificar.

As novas identidades religiosas emergem num contexto de pluralismo de valores na experiência religiosa e nas formas de interpretar os sinais dos tempos, de se situar no mundo. O que as torna novas não é um conjunto comum de atributos, mas uma circulação de temas e práticas marcados pela experiência do deslocamento de velhas formas de identificação (inclusive as que muito recentemente se haviam apresentado como alternativas) e pelo difícil e nunca garantido aprendizado da vivência plural, da negociação entre o eu/nós e o outro/eles. O certo é que se pode narrar a história desta transição no campo religioso tanto quanto no campo que chamaríamos secular se a fronteira entre ambos e se a existência de outras formas de agrupamento não aconselhasse relativizar esta pérola do discurso moderno que é a oposição entre religião privada e secularidade pública. (BURITY, 1997. p. 177)

A manutenção da identidade cristã (evangélica) é peça-chave no caminho para os candidatos a cargos eletivos que são evangélicos. E na medida em que as igrejas são acionadas como espaço de busca de votos, estas são introduzidas num movimento político externo ao que estão acostumados na igreja, isto é, o poder eclesiástico.

Assim é que os olhares sobre as diversas formas de envolvimento político dos evangélicos em instâncias como o sindicalismo dão indícios dessa mudança que tem se operado no protestantismo brasileiro. O processo de identificação pode ocorrer de várias formas, seja pela proximidade das residências, pelos jogos de futebol dos finais de semana e, sobretudo, pela confissão religiosa dos sujeitos envolvidos. A aproximação aos iguais nesse caso ocorre pela via religiosa entre os trabalhadores pentecostais, filiados ao Sindicato dos metalúrgicos de São Carlos e Ibaté.

Por isso a análise dessa construção identitária não pode furtar-se a considerar que a religião, enquanto categoria social assume nesse espaço relevância, na medida em que tem sido o liame entre a Igreja e o sindicato para os operários evangélicos das fábricas filiadas ao Sindicato. No entanto, trata-se de entender o sentido atribuído pelos sujeitos no que toca a religião e o trabalho para que possamos então pensá-las de que forma se relacionam, levando-

³⁰ A Igreja Universal do Reino de Deus é exceção nesse ponto, pois como já pudemos ver o posicionamento de seu líder e fundador Bispo Edir Macedo, principalmente em relação ao aborto difere das demais denominações, sendo favorável a descriminalização de tal prática em certas circunstâncias.

se em conta as mudanças pelas quais o pentecostalismo brasileiro tem passado, sobretudo, quando se trata de questões políticas e seus desdobramentos.

A construção da identidade coletiva implica autorreconhecimento e reconhecimento dos outros. E em se tratando de uma identidade operária, esse reconhecimento depende de uma constante afirmação da pessoa do operário e do valor de seu trabalho (BILHÃO, 2008). Nesse sentido, percebe-se que uma identidade social se estabelece no jogo entre semelhanças bem como nas diferenças. Porém, no caso em questão, esse jogo marcadamente diz respeito à valorização da religião na vida desses trabalhadores tanto quanto pelo valor que fazem do trabalho.

Primeiramente gostaríamos de pensar a questão trabalho, visto que a relação entre a igreja e o sindicato passa pela clivagem deste, mais precisamente pela forma como esses trabalhadores entendem a atividade do trabalho. E ao pensarmos que estamos trabalhando com homens de confissão protestante, pode-se, num primeiro momento, pressupor que a ideia de que fazem do trabalho está vinculada à descrita por Weber na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

Para Weber, a sociedade era composta de partes cuja constituição depende fundamentalmente do indivíduo. As relações entre esses indivíduos seguiriam suas quatro formas de ação social (racional orientada a fins, racional orientada a valores, afetiva, tradicional). Essas relações acabariam por caracterizar a sociedade como um todo, à medida que fossem incorporadas à legislação, à constituição, à religiosidade e outras manifestações culturais, legais, valorativas e administrativas dessa sociedade.

Dessa forma, nas sociedades cujo pano de fundo religioso era o protestantismo cristão, por exemplo, Weber pôde identificar elementos que justificassem o desenvolvimento do que ele chamou de espírito do capitalismo a partir da ética protestante. Essa ética, essencialmente asceta, levava os indivíduos da sociedade a atuar em seus papéis de trabalho (em suas divisões de trabalho social) de forma a sempre buscarem a acumulação e a eficiência e evitarem o desperdício ou a preguiça. Assim, as sociedades inicialmente protestantes puderam experimentar um crescimento econômico e mesmo um melhoramento dos níveis sociais, entre outros fatores (BIONDI, 2000)

O sentido weberiano de trabalho, como podemos ver, está imbricado na questão religiosa, principalmente entre os protestantes. No entanto, para os nossos

entrevistados, essa relação de trabalho, enquanto “*vocacio*” que leva o sujeito a trabalhar sem questionar a maneira, como é organizada a produção, não está presente.

O maior engajamento dos pentecostais com as questões sociais vem acompanhado do crescimento destes no país, sobretudo a partir da década de 1990. Muitos são os fatores que favoreceram a expansão do grupo, entre eles destacamos a redemocratização do Brasil, o uso da mídia para o proselitismo, o enfraquecimento do catolicismo; justamente por ser esse o momento em que vários segmentos da sociedade buscaram um espaço na política nacional em seus variados setores (MARIANO, 2005).

Embora o pentecostalismo tenha chegado ao país no início do século passado com as denominações Congregação Cristã no Brasil (1910) fundada pelo italiano Luis Francescon, e Assembleia de Deus (1911) pelos missionários suecos Daniel Berger e Gurnar Vinglen, um traço característico de ambas era justamente uma postura apolítica³¹. Todavia, essas duas vertentes tidas como as pioneiras do segmento pentecostal em território nacional tomaram caminhos distintos, no que tange a participação na esfera política (OLIVEIRA, 1985)

Como podemos ver essas são as igrejas da chamada primeira onda do Protestantismo no Brasil, uma vez que o Pentecostalismo sociologicamente analisado não apresenta homogeneidade. Daí a classificação recorrer a critérios históricos (periodização) entre distinções teológicas e comportamentais (FREESTON, 1993, p. 83).

Na chamada segunda onda estão as Igrejas chegadas a partir da década de 1950 com influência do movimento da *International Church of the Fourquare Gospel*. Dois missionários norte-americanos fundaram em São Paulo a Cruzada Nacional de Evangelização. Surge então a Igreja do Evangelho Quadrangular (1953) e a Brasil Para Cristo (1955). Posteriormente a Deus é Amor (1962) e a Casa da Bênção (1964) – esta última com sede em Minas Gerais.

Finalmente nos anos 70 e 80 fundaram-se as igrejas da terceira onda conhecidas como neopentecostais. Entre elas encontra-se a Igreja Universal do Reino de Deus

27. A Congregação Cristã segundo parecer oficialmente emitido por seu órgão deliberativo máximo (Conselho de Anciãos), manifesta-se de maneira expressamente reprobatória quanto ao ingresso de seus ministros em quaisquer atividades políticas, o que não se aplica, todavia, a sua membresia a qual, aliás, compete o integral cumprimento de seus deveres civis, entre eles o voto (não conduzido).

Já nas Assembleias de Deus a situação mudou, uma vez que atualmente é uma das denominações com maior número de vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais e senadores no país com forte atuação na Bancada evangélica no Congresso Nacional.

(1977), Igreja Internacional da Graça (1980), a Comunidade Sara Nossa Terra (1976) e Renascer em Cristo (1986) (MARIANO, 2005)

Essas três vertentes, ainda que componham o quadro do protestantismo brasileiro, diferenciam-se em muitos aspectos do protestantismo histórico, tanto teologicamente como nos hábitos e costumes cotidianos. Esse é um ponto importante, considerando que esse grupo, por vezes estigmatizado de apolítico, à medida que aumentou em número, paralelamente mudou a postura em relação às questões de ordem social considerada atemporal.

O pentecostalismo brasileiro foi se desenvolvendo e distanciando-se da influência de suas matrizes norte-americanas e, sobretudo, do protestantismo histórico, envolvendo-se em campos sociais considerados seculares. Assim, ao abandonar algumas práticas ascéticas, passou a ser alvo do reconhecimento social (MARIZ, 1997, p.189)

Por reconhecimento social entende-se, no caso, a aceitação destes grupos religiosos por parte das instituições e entidades laicas regimentalmente falando como movimentos sociais e partidos políticos. Contudo, é preciso lembrar que essas instituições das quais falamos nunca fizeram objeção à participação de religiosos. Mas com o pentecostalismo com suas características distintas do protestante histórico em relação ao ascetismo *extramundo* corroborou para um maior “assédio” dessas entidades em tê-los em seu meio.

Entretanto, essa mudança foi gradual e paulatina, no que toca ao envolvimento com a atividade política dos fiéis pentecostais, salvo no caso da O Brasil para Cristo, a primeira a fazer incursões políticas na década de 1950 e 60 ao concorrer com dois candidatos a deputados estadual e federal. Mas foi principalmente com a Igreja Universal do Reino de Deus, que esse quadro mudou e então a relação com a política passou a ser bandeira de muitas Igrejas pentecostais (MARIANO, 2005).

Essa nova orientação em relação à participação política foi eivada pelo discurso da Teologia da Prosperidade, marca registrada das igrejas da terceira onda, e nesse sentido é que podemos pensar a inserção desse grupo em outras esferas da política, como os movimentos sociais, entre eles o sindicalismo.

De acordo com Paiva, a afinidade eletiva entre religião e política só é possível no momento em que há transcendência na vivência da religiosidade. Vale dizer, no momento em que a esfera religiosa promove a participação, baseada fundamentalmente nos valores

religiosos que a norteiam, ela está dando o passo que possibilita vivenciar a religião no cotidiano, o que vem sendo enfatizado aqui como religião no mundo (PAIVA 1985)

Esse é um ponto de partida para se entender o caminho do pentecostalismo no Brasil, na sua relação com a política, sendo essa última considerada atemporal. A autora atribui relevância no papel da religiosidade no percurso ascense *intramundo*. No caso do pentecostalismo em suas vertentes, mais precisamente do neopentecostalismo, que assumiu nos últimos anos o compromisso com assuntos de ordem secular, essa característica é importante, na medida em que a ação no mundo passa pela clivagem e discurso institucional religioso. O pensamento germinal desse novo *ethos* remonta a teologia da prosperidade e com isso o engajamento na esfera social mais ampla tornou-se comum nas igrejas evangélicas (CAMPOS, 2008, p. 137).

A grande mudança de orientação aconteceu no final dos anos 1990 com duas grandes tendências convergentes. Em primeiro lugar a participação do pastoreado com um envolvimento distinto, que acabou despertando um questionamento a respeito do que era ser cristão. Num segundo momento, parte da hierarquia eclesiástica reclamava a urgência do posicionamento da Igreja diante da desigualdade social do país, e da crise econômica, propondo uma nova conceituação teológica a fim de alcançar essa transformação. Assim, essas duas tendências trouxeram consigo os novos atores, cuja conciliação entre prática religiosa e questionamento afinou-se e deu essa nova configuração ao pentecostalismo brasileiro (ALMEIDA, 1996)

O neopentecostalismo, como podemos ver, foi o responsável pela mudança de postura do protestante brasileiro. No entanto, denominações como as Assembleias de Deus da primeira onda também mudaram seu comportamento em relação às questões seculares e, principalmente, sobre a atividade parlamentar e os movimentos sociais.

Para Mariano, os eventuais benefícios que o pentecostalismo pode propiciar aos fiéis não possuem potencial para transformar as culturas, as economias e as estruturas sociais e políticas dos países latino-americanos. Segundo o autor, o movimento pentecostal, mais especificamente o neopentecostalismo, está cada vez mais aculturado e domesticado, uma vez que, para conquistar as massas, as igrejas neopentecostais dos estratos populares dessectarizam-se, romperam com o ascetismo contracultural e se acomodaram progressivamente à sociedade e à cultura de consumo. Mudanças consideráveis com efeitos mais visíveis têm consistido em torná-las cada vez menos um retrato negativo dos símbolos de nossa brasilidade. Tal abertura ao mundo descortina novas possibilidades de participação social (incluindo a militância sindical e partidária), de conquista e exercício da cidadania por

esses religiosos. Ainda que a base dessa mudança seja de fundo proselitista, os efeitos se fazem sentir interna e externamente (MARIANO, 1999).

No plano interno, a mudança de orientação se dá na maneira como o corpo ministerial das Igrejas tem se posicionado em relação às questões sociais, por exemplo, a participação dos fiéis em movimentos de contestação, como é o caso do sindicato. E nesse sentido há um avanço, pois a representação que fazem dessa organização já não é pura e simplesmente de conflito no sentido negativo, mas sim de uma instância necessária e legítima por representar o direito do trabalhador.

Pensamos que nesse ponto é necessário analisar um pouco mais detidamente o significado dessas proposições, observando sua inserção no contexto de transformação do valor do trabalho no pensamento ocidental. Daí as mudanças no estatuto do trabalho e de quem trabalha ser fundamental para entendermos a inserção desses religiosos na luta sindical.

O primeiro passo é diferenciar “labor” e “trabalho”, por isso retomarmos a teoria de Hannah Arendt (1989). Refere que o trabalho não está necessariamente contido no repetitivo ciclo vital da espécie. É através do trabalho que o homem cria coisas extraídas da natureza, convertendo o mundo num espaço de objetos partilhados pelo homem. O primeiro é um processo de transformação da natureza para satisfação das necessidades vitais do ser humano. E o segundo, um processo de transformação da natureza para responder àquilo que é um desejo de ser humano, emprestando-lhe certa permanência e durabilidade histórica (ARENDR. 1989)

Logo a Revolução Industrial seria, para a autora, o momento em que o valor do trabalho artesanal, aquele realizado pelo *homo faber*, passou a ser confundido e ao mesmo tempo substituído pelo resultado do labor, produtos do trabalho dos operários decorrentes da produção em massa e da divisão da produção que permitiram, em última análise, a própria substituição do artífice pelo operário e que, conseqüentemente, levaram este último a uma valorização social até então inédita (BILHÃO, 2008)

Tais abordagens nos são importante, na medida em que para um operário evangélico o sentido do trabalho aproxima-se em certo grau da ideia acima descrita, justamente porque faz essa separação entre labor e trabalho, entendendo o labor como uma dádiva individual ou privada; em contrapartida, o trabalho é entendido como uma atividade

coletiva, isto é, considera o trabalhar algo útil, no sentido de favorecer a todos através da troca desses serviços.

Nisso reside a grandeza do trabalho para o protestante contemporâneo. No entanto, não podemos confundir essa visão com um utilitarismo simplesmente, pois, quando se trata do questionamento quanto às condições de trabalho, esses são reticentes em defender seus direitos, quando os mesmos se unem para lutar por situações melhores para a categoria.

O trabalho adquire novo sentido entre os evangélicos, de modo que a relação entre religião e trabalho não se ajusta como afinidades eletivas exclusivamente como na teoria weberiana. Tampouco, o trabalho tem a função punitiva descrita na Bíblia.

Isso confirma um traço característico da pluralidade religiosa contemporânea, qual seja a profusão de elementos temporais na Igreja suscitando um posicionamento destas sobre os acontecimentos sociais. “E à medida que há o estreitamento entre Igreja e “mundo”, no caso do trabalhador a religião não se descola do trabalho e passa a compor esse complexo contexto que é a” classe trabalhadora” (FERNANDES, 1998, p 205).

No caso do Brasil já vimos como esta relação esteve presente com a atuação da Igreja Católica, principalmente com a Teologia da libertação. Entretanto, hoje essa característica é percebida em meio ao protestantismo, especialmente no pentecostalismo. Entre os protestantes históricos houve resistência por parte de algumas denominações durante a ditadura, mas de maneira bem discreta, pois os ministérios eclesiais procuravam se esquivar da política. Daí o estigma de que crente é apolítico ou alienado. Mas, os tempos mudaram e com ele os evangélicos foram levados a rever alguns princípios (MACHADO, 2006)

É interessante pensarmos que essa interação com os movimentos sociais ocorre entre um grupo, cujo próprio protestantismo histórico considerava “simples” em função do distanciamento das letras, como costumam chamar, isto é, por não se envolverem em estudos teológicos mais elaborados e priorizarem a ação do espírito; em linguagem teológica por serem do espontaneísmo espiritual e não do conhecimento (*IDEM*, 2006).

Mas pensarmos o envolvimento dos operários evangélicos com o sindicalismo não se resume à relação religião e trabalho; outras variantes surgem nesse ínterim ligadas à Igreja em certa medida, mas que corroboram para o fortalecimento dos operários no interior

do sindicato, como os jogos de futebol de final de semana entre eles, a proximidade das residências, os encontros promovidos tanto pelo sindicato, como pela Igreja.

Há nesse caso iniciativas que incentivam a participação na militância. Por exemplo, o sindicato organiza torneio de futebol como meio de agregar os trabalhadores. No caso dos operários evangélicos, estes montam suas equipes para disputar o campeonato, ao mesmo tempo em que se reúnem todo final de semana para jogar na chácara que a Igreja possui nos arredores da cidade de São Carlos, espaço que também usam para a realização de acampamentos de carnaval e Páscoa, encontros de casais, entre outros eventos. Percebemos com isso que a sociabilidade entre eles ocorre nos diversos espaços da Igreja, no trabalho e no sindicato (BURITY, 2008)

Thompson, (2002), ao analisar a formação da classe operária inglesa, mostra-nos como no fazer-se classe vários elementos se coadunam. E no que toca ao lugar da religião o autor descreve como o protestantismo histórico, no caso o Metodismo, foi importante nas lutas operárias no período de 1790 a 1832.

Em sua abordagem sobre a origem da classe operária ele inclui a dimensão cultural no capítulo “*Cristão e Demônio*” a partir da religiosidade da experiência dos trabalhadores subalternos. Fugindo de obscurecer a atuação dos trabalhadores no seu “fazer-se”, Thompson aborda a dissidência religiosa após a Revolução Gloriosa. A dissidência assumiu formas diversas em diferentes meios sociais, lutando pela liberdade religiosa e pelas liberdades civis. Algumas dissidências atraíam classes em prosperidade; outras, os pobres.

Thompson aborda-as como experiências de disciplinarização, fermento para a discordância religiosa e política contra o governo e a situação política. Para Thompson (2002) p.36), “muitas vezes sentem-se nela os germes adormecidos do radicalismo político”.

Sobressaindo o metodismo como força social, “uma religião para os pobres”, submetidos a uma severa disciplina que atraía pedreiros, mineiros, operários e foi “indiretamente responsável por um aumento na autoconfiança e capacidade de organização do operariado,” servindo com modelo de organização, o metodismo proporcionou não só as formas de reunião, coleta regular de subscrições em dinheiro e cédulas tantas vezes por organizações sindicais e radicais, como também uma experiência de organização centralizada eficiente” (THOMPSON: 2002 p.44)

No segundo volume da obra, “*A maldição de Adão*” (2002), após ele ver no metodismo uma base inicial para as organizações radicais e sindicalistas, em que o operariado sentia-se mais confiante e capaz de se organizar, Thompson entra no cotidiano dos operários e analisa experiências de grupos de trabalhadores inseridos no quadro do desenvolvimento

capitalista. Têm-se com detalhes experiências das condições de vida dos trabalhadores no contexto da Revolução Industrial.

Em Thompson a categoria religião assume importância na medida em que há em seu interior uma força de organização, e por isso agrega poder de reivindicação. Não podemos deixar de lado o fato de que o autor está analisando o Metodismo, corrente inglesa do protestantismo histórico, cuja rigidez doutrinária, ao invés de obstar o engajamento no movimento dos trabalhadores, naquele momento corroborou para que os operários se unissem e levassem a cabo a luta contra a opressão.

Essa característica combativa entre os Metodistas assemelha-se ao que hoje estamos vendo entre os pentecostais e neopentecostais, sobretudo em relação ao poder de organização de que dispõem vinculados a um novo discurso de agir no mundo ao invés de fugir deste (BIRMAN, 1996, p. 205). Dessa forma, pensamos na forma de organização entre os trabalhadores evangélicos atuantes no sindicato, em suas articulações que têm se manifestado no cotidiano do trabalho em que os valores religiosos os unem e consequentemente têm despertado o interesse pela entidade sem, contudo, abdicar da sua identidade religiosa.

CAPÍTULO IV

UNI-VOS TRABALHADORES DE SÃO CARLOS “O SINDICATO E SUA HISTÓRIA”

A história do Sindicato se confunde com a da cidade de São Carlos em virtude do potencial industrial do município e região. A variedade no ramo já na década de 1920 chamava a atenção do empresariado nacional e internacional. Exemplo disso é o fato de no ano de 1950 a cidade ter uma população de 36.082 habitantes, sendo 4.518 trabalhadores da indústria de transformação (PAINO, 2002)

Segundo Devescovi (1987), a atividade industrial em São Carlos passa a ser desenvolvida na cidade a partir da última década do século XIX, quando para ali se dirigiram imigrantes, não apenas em função das fazendas de café, mas também atraídos pelas atividades urbanas que a economia cafeeira fomentava. Na cidade, comerciantes e pequenos industriais se estabelecem.

Entre as fábricas da cidade destacava-se a fábrica Lápis H. Fehr Ltda, propriedade do imigrante suíço Germano Fehr inaugurada em 1926, a primeira do gênero no país. Em 1930, com a fusão entre a Johann Faber empresa alemã que queria se instalar no Brasil e a Lápis Ferh a cidade passou a ser a maior produtora de lápis e derivados, no país hoje conhecida como Faber Castell.

No mesmo período outra importante empresa era a Indústria Giometti, do ramo metalúrgico; produzia grampos, pregos e peneiras. No setor de tecelagem existia a Tecelagem São Carlos, fundada pelo imigrante turco Miguel Abdelnur, e a esta se somava a Tapetes São Carlos de propriedade da família alemã Rosel que chegou ao Brasil em 1951.

O contexto fabril dava à cidade uma característica fortemente operária. No entanto, no ano assume visibilidade com a mobilização dos trabalhadores da Indústria Pereira Lopes, maior fábrica da região central do Estado responsável pela fabricação dos refrigeradores Climax, que contava então com 1.500 trabalhadores.

As condições de trabalho na I.P.L eram consideradas de extrema precariedade, baixos salários, extensa jornada de trabalho, precárias instalações com a inexistência de

refeitório, sanitários inadequados e descaso com as leis trabalhistas (PAINO, 2002, p.12). Os metalúrgicos ainda não possuíam até aquele momento um órgão representativo. A aproximação dos interessados em reverter o quadro deu-se paulatinamente, uma vez que o empresariado raramente era questionado sobre as condições de trabalho. Ademais muitos deles possuíam relações com a política da cidade, sobretudo com cargos importantes como o de vereador entre outros da vida pública são-carlense.

Entre os empregados da I.P.L um grupo passou a idealizar a fundação de um sindicato dos trabalhadores metalúrgicos para representar os trabalhadores nas negociações com a empresa em suas reivindicações sobre melhores condições de trabalho. Decididos então a fundar um sindicato dos metalúrgicos na cidade, o primeiro passo foi dado, com o apoio da Igreja Católica no início da década de 1960, devido à presença de adeptos da Teologia da libertação no clero.

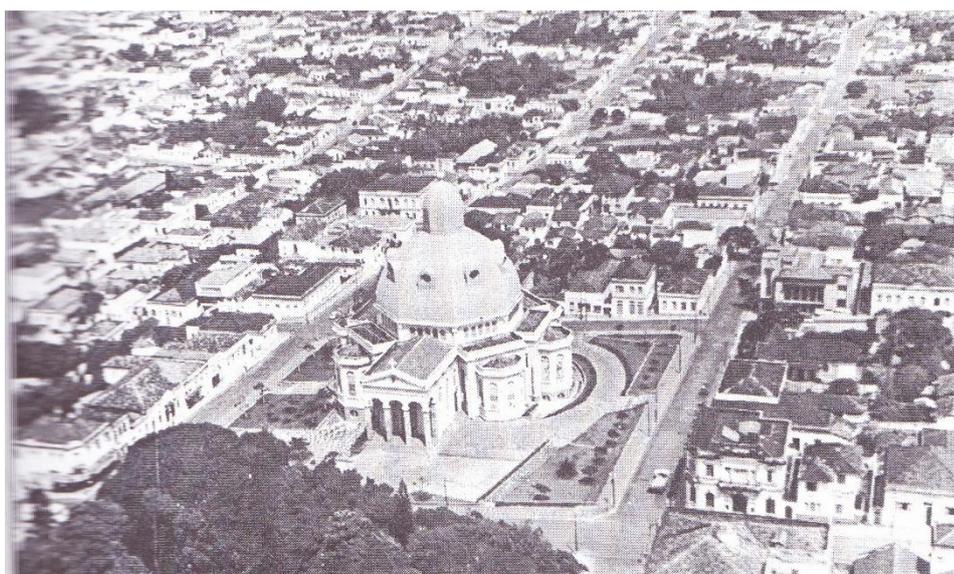


Foto 3. Vista aérea da Catedral de São Carlos em 1961. Foto de José João empresa Foto Arte. Extraído de PAINO, 2002.

Contudo, faltava-lhes um local onde pudessem se reunir para discutir a proposta sem que os patrões soubessem. Inicia-se, então, a relação da Igreja Católica na história do sindicato na cidade, com a atuação do padre Antonio Tombolato, considerado sensível às questões sociais em função da sua trajetória ainda quando estudante de Teologia em São Paulo pela sua participação em projetos nas favelas do Vergueiro e da Vila Prudente.

Essa experiência com movimentos sociais despertou em Tombolato o interesse pela causa operária. Transferido para a catedral da São Carlos, em 1960, para atuar na área

social, teve papel importante junto aos trabalhadores metalúrgicos ao ceder os porões da Catedral para as reuniões de organização do sindicato, sem despertar, inicialmente, a desconfiança do patronato (PAINO, 2002, p.24).

Nesse ínterim, outros padres simpatizantes da causa operária, entre eles Arlindo Zanotti e Antonio Desan, aproximaram-se de Tombolato. Entretanto, quando o bispo Dom Ruy Serra deu-se conta de que o envolvimento dos padres com os trabalhadores estava começando a irritar o empresariado, transferiu Zanoti e Desan para outras cidades, e Tombolato foi deslocado para a paróquia de Vila Isabel na periferia da cidade, no intuito de neutralizar sua ação entre os operários.



Foto 4. Pe Antonio Tombolato, conhecido como o protetor dos trabalhadores de São Carlos por ter cedido os porões da Catedral para as primeiras reuniões. Extraído de PAINO, 2002.

Os fiéis, não entendendo o porquê da transferência, questionaram Dom Ruy que alegou ser um desígnio divino a ida de Tombolato para aquele bairro. No entanto, essa atitude foi decisiva para a vida do pároco e dos moradores daquele bairro, entre eles muitos trabalhadores das indústrias da cidade.

[...] A pretensão de Dom Ruy Serra era de que Tombolato não iria suportar os angustiantes problemas daquela paróquia e deixaria São Carlos pedindo transferência para outra localidade. Dom Ruy não teve forças para se livrar de Tombolato como fez com outros dois padres, porque tudo estava sendo acompanhado pelo bispo operário Dom Jorge Marcos de Santo André. (PAINO, 2002, p.21).

As investidas do empresariado apoiado pelo Bispo não lograram êxito. Enquanto os metalúrgicos iam se organizando, novos personagens importantes surgiam entre eles, como Leonardo Pedro Bertuzze Pasian, um ativista da igreja e propagador do cristianismo que começou a ajudar o padre Tombolato nos trabalhos sociais na Vila Isabel. Este ativista leigo trabalhava na Prominas Brasil, uma das metalúrgicas da cidade na qual trabalhava Antonio Cabeça Filho, que já possuía grande liderança entre os trabalhadores, e gerenciava o setor de produção, onde se concentrava o maior número de funcionários (Fundação pró-memória de São Carlos e Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos, 1984).

Passian entrou em contato com Cabeça Filho e ambos procuraram o padre Tombolato para traçarem um programa de trabalho no sentido da fundação do sindicato dos metalúrgicos. Foi convidado também o operário Aldo Milaneto que conhecia o operador de máquinas Manfredo Formigoni sendo estes últimos trabalhadores das S.A Giometti.

A partir dessa iniciativa os quatro resolveram primeiramente fundar a associação dos metalúrgicos, e posteriormente levá-la à condição de Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material de São Carlos, em maio de 1961 (PAINO, 2002, p. 22). Esse fato ocorreu antes da transferência de Tombolato para a paróquia da Vila Isabel, o que possibilitou o acesso dos trabalhadores ao porão da Catedral onde deliberaram as primeiras medidas para a fundação do sindicato. As reuniões dos operários eram acompanhadas pelos patrões que reprimiam as tentativas de organização.

Como a I.P.L pertencia à família, influente na cidade, muitos foram os fatores que a favorecia no sentido de arrefecer a organização dos metalúrgicos. No entanto, trabalhadores engajados em movimentos reivindicativos em outras fábricas que estavam trabalhando na cidade passaram a participar das reuniões.

Aldo Milaneto, Cabeça Filho, Pasian e Formigoni, apoiados diretamente pelo padre Tombolato, cuja ação era vista como subversiva pelo empresariado que procurava neutralizá-lo, resolveram procurar a Secretaria da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado de São Paulo para expor a situação e assim viabilizar a criação do sindicato (PAINO, 2002, p. 25).

O secretário na época (1961) era Benedito Godoy que dias depois veio a São Carlos para orientá-los em todos os procedimentos necessários para a fundação da Associação

Profissional dos Trabalhadores Metalúrgicos da cidade estágio que antecedia a instituição sindical.

Com isso, o grupo saiu da clandestinidade e o Edital de Convocação de fundação foi publicado no jornal da época Diário do Povo, edição de 05 de maio de 1961.

“EDITAL- AOS TRABALHADORES METALÚRGICOS E MECÂNICOS DE SÃO CARLOS – ASSEMBLÉIA GERAL PARA FINS DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL³². Fazendo uso dos direitos de livre associação profissional garantidos pelo artigo 159 da Constituição Federal de 1946, e na conformidade com o artigo 511 da Consolidação das Leis do Trabalho, convocamos, em nome da Comissão Promotora da Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Carlos, a todos os metalúrgicos, mecânicos interessados para se reunirem em Assembléia Geral no dia 7 de maio do corrente ano, às 15 horas, na sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de São Carlos, à Rua Bento Carlos, 691, a fim de se tratar da seguinte ORDEM DO DIA. (a)-Discussão e resolução em torno da iniciativa de constituição da Associação Profissional dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico;(b)-Eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e respectivos suplentes, que regerão os destinos da associação.(c)-Eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e respectivos suplentes, que regerão os destinos da associação.Tratando-se da constituição de nossa entidade da classe, para fins de estudo, defesa e coordenação dos nossos interesses profissionais, conclamados a todos os trabalhadores metalúrgicos a fim de atenderem à presente Convocação. São Carlos, 4 de maio de 1961. Pela Comissão Promotora: a) Leonardo Pedro Bertuzze Passian – Antonio Cabeça Filho – Aldo Milanetto.”

Assim em sete de maio de 1961 foi fundada em São Carlos a Associação dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico da cidade. No entanto a esse foi só o começo da luta por melhores condições de vida para os metalúrgicos que enfrentariam a oposição do patronato por longos anos principalmente os da I.P.L. (PAINO, 2002)

A fundação da Associação movimentou a cidade, principalmente a imprensa, que nesse momento ficou dividida entre o apoio e o combate. Outros segmentos apoiavam os metalúrgicos, em especial os estudantes da Universidade de São Paulo (USP) que discutiam no centro acadêmico estratégias de aproximação com os trabalhadores a fim de engrossar à oposição frente ao empresariado.

Após a fundação havia o problema do local de reuniões, uma vez que com a transferência do Padre Tombolato para a Vila Isabel estes já não podiam mais se encontrar no porão da Catedral. As atividades passaram a ser desenvolvidas no Sindicato da Construção

³² Edital lançado no Jornal Diário do Povo em 05/ 05/1961. Disponível no acervo do Sindicato.

Civil e Mobiliário, conseguido por um professor da USP na época. Mas o grupo não pode ficar por muito tempo devido às pressões que o patronato estava fazendo sobre o então presidente Sabino Pomponio que teve que pedir ao grupo que deixasse as dependências (PAINO, 2002)

No dia 15 de junho saíram do sindicato e mais uma vez estavam sem sede. Para que a Associação não desaparecesse, Cabeça Filho levou o mobiliário doado pela Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado de São Paulo para sua residência, situada na Rua Riachuelo, 569, uma casa de três cômodos, sendo uma sala na qual foi transformada em sede da Associação.

A primeira reunião na nova sede deu-se no dia 20 de julho de 1961, onde foi indicado um nome para representar a Associação no III Congresso Nacional dos Metalúrgicos realizado em Belo Horizonte entre os 26 e 29 do mesmo mês. (PAINO, 2002, p. 28).



Foto 5. Casa de Cabeça Filho, transformada em sede da Associação em 1961, Foto de José João, empresa Foto Arte: Extraído de PAINO, 2002.

A associação atingiu grandes proporções em pouco tempo, mesmo com a oposição do empresariado não. Em 06 de agosto de 1961, três meses após ter sido criada, a Associação contava em 1.184 sócios. Nesse dia foi realizada uma assembleia geral dos trabalhadores na sede do Sindicato dos Bancários, único com instalação física na cidade na época para discutir a transformação da Associação Profissional em Sindicato (PAINO, 2002, p. 30).

Os reflexos da expansão da organização atraíram o interesse de outros sindicatos existentes na cidade de várias categorias, e culminaram na criação do Pacto de Unidade Intersindical. Fato registrado pelo Jornal Diário do Povo que estampava na capa a seguinte chamada em (17/08/1961) “MOVIMENTAM-SE OS DIRIGENTES SINDICAIS”.

“Na data de ontem (16/08/1961) reuniram-se no Sindicato dos Bancários de São Carlos, sito à Avenida São Carlos 2.112, os dirigentes sindicais locais, para preparar uma série de reivindicações dos trabalhadores de São Carlos, no que se refere às mais diversas áreas da administração pública estadual, já que o governador Carvalho Pinto iria visitar São Carlos no dia 20” (JORNAL DIÁRIO DO POVO, 17/08/1961).

O apoio da Federação Estadual dos Metalúrgicos foi fundamental para que o grupo ganhasse visibilidade. Não podemos esquecer que o contexto político nacional, com a renúncia do presidente Jânio Quadros e a posse de seu sucessor João Belchior Marques Goulart, dificultou este processo. Os sindicatos foram inesperadamente incitados a se posicionarem e se colocaram ao lado da defesa da Democracia (PAINO, 2002)

Uma greve geral foi decretada pelos trabalhadores através de piquetes, exigindo com isso a investidura de Jango na Presidência. A associação elaborou um manifesto com a assinatura dos sócios como moção de apoio a Jango. O momento de agitação e mobilização política foi oportuno, para os metalúrgicos que conseguiram o reconhecimento de vários setores da sociedade São-carlense, e assim a posterior fundação do Sindicato. Ademais, a fundação do Sindicato deu-se alguns anos anteriores à instauração da ditadura militar de 1964, de modo que novas lutas vieram durante os anos de repressão (PAINO, 2002, p. 42)



Foto 6. Cabeça Filho recebendo a carta sindical em 25/04/1962. Foto de José João, empresa Foto Arte: Extraído de PAINO, 2002.

Com o Sindicato devidamente homologado após a carta de reconhecimento da entidade entregue em 25 de abril de 1962, os trabalhadores continuaram a se organizar com a criação de uma Central Sindical na cidade, representando os metalúrgicos, ferroviários, entre outras categorias: estudantes, religiosos etc. O movimento sindical crescia em São Carlos (PAINO, 2002, p.43).

Porém, os trabalhadores, ainda que organizados em entidades sindicais, precisavam de um órgão burocrático que viabilizasse as reivindicações em âmbito legal, daí a necessidade de um posto da Justiça do Trabalho na cidade. Assim foi criado em novembro de 1962 a Junta de Conciliação e Julgamento, da Justiça Federal do Trabalho em São Carlos. Com isso, as entidades sindicais puderam trabalhar em conjunto com a Justiça no sentido de garantir os direitos do trabalhador São-carlense (PAINO, 2002, p. 98).

Amparados legalmente, o sindicato passou a atuar livremente. Enquanto o número de trabalhadores que procuravam filiar-se aumentava, o empresariado por sua vez procurava o apoio de políticos contrários às reformas de base propostas pelo governo João Goulart. Assim, defendiam o discurso de Carlos Lacerda da U.D.N acusando Jango de ser comunista (PAINO, 2002, p. 100).

Essa polarização – trabalhadores versus empresariado – em São Carlos intensificou-se no ano de 1963, em função das greves organizadas pelos trabalhadores das empresas Giometti e I.P.L. Soma-se a isso o fato de ter sido esse um ano de eleições municipais em que o empresariado apoiava o vereador Romualdo Pozzi, representante do PRP (Partido de Representação Popular) que, segundo panfletos distribuídos pelos estudantes da Escola de Engenharia da USP na época, afirmavam ser o PRP um partido de afinidades com o nazi-fascismo (PAINO, 2002, p. 101).

Pozzi era ligado ao grupo político de pereira Lopes e também era um dos componentes da Ação Integralista Brasileira, que disputava as eleições com o nome de PRP- Partido de Representação Popular, ao qual pertenciam membros da família de Pedro Alfredo Maffei, aquele mesmo que tumultuou o comício de Donato e Ivete Vargas, sendo atingido e ferido supostamente pela deputada com um copo no rosto, com um copo no rosto no palanque em setembro de 1958. O PRP – Partido de Representação Popular – vinculado à Ação Integralista Brasileira, ao qual Pozzi pertencia como político e amigo de Plínio Salgado que o fundou, era um movimento partidário de inspiração nazi-facista que pugnava pelo Estado autoritário e nacionalista. Alguns ideólogos do integralismo davam a essa corrente político-filosófica um fundo racista ao defenderem a supremacia da população branca

brasileira sobre negros, mestiços e judeus. O lema de Plínio Salgado era “Deus, Pátria e Família”³³

Essa expansão e apoio dos diferentes segmentos da sociedade São-carlense foi importante, pois o sindicato, principalmente o dos Metalúrgicos, foi perseguido e os trabalhadores sofreram repressão violenta durante a ditadura.



Foto 7. Manfredo Formigoni, Cabeça Filho e Aldo Milanetto. Foto de José João, empresa Foto Arte: Extraído de PAINO, 2002.

Episódios violentos entre 1963 e os primeiros meses de 1964 foram recorrentes na cidade, principalmente no mês de março de 1964, em função da greve organizada pelos trabalhadores que alcançou proporções inesperadas até mesmo pelos trabalhadores. Jornais da cidade noticiavam a movimentação (PAINO, 2002, p. 118).

“A greve dos operários em indústrias metalúrgicas, que também prossegue em todo o Estado, com fundas repercussões na vida econômica de nossa cidade, alcançou aqui ontem, o seu primeiro grande triunfo. Uma das indústrias locais, reconhecendo a justiça da causa defendida pelos trabalhadores, seus colaboradores, resolveu assinar acordo em separado, determinando o retorno de seus operários ao trabalho. O Sr. Núncio Cardinalli, um dos diretores da importante empresa Núncio Cardinalli S.A., compareceu à sede dos Metalúrgicos e completou os entendimentos para assinatura do acordo, na base de 120% (cento e vinte por cento) sobre os salários de março do ano passado, fixados em Cr\$23.900,00 cruzeiros. Procedido o acordo, os operários acompanharam a pé o seu digno empregador, sob calorosos aplausos de mais de trezentos grevistas, que se concentravam à porta do sindicato. O Sr Núncio Cardinalli mostrou-se visivelmente comovido com a manifestação de apreço que lhe foi prestada. O retorno ao trabalho foi imediato, em ambiente de franca cordialidade.

³³ Panfleto distribuído em 1963, pelos estudantes da Escola de Engenharia da USP de São Carlos em manifesto a candidatura do Sr Romualdo Pozzi. Disponível no acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos.

O gesto de Núncio e Ernesto Cardinalli causou funda impressão nos meios operários de São Carlos”. (Jornal, A Cidade, /03/1964)

Apesar do apoio dos trabalhadores por todo o país, o presidente João Goulart foi deposto pelo golpe militar em primeiro de abril de 1964, e então o país passou ao comando do general Humberto de Alencar Castelo Branco dando início à ditadura militar.

Inaugura-se então um cenário de repressão sobre todo o país com prisões em série seguidas de torturas, supressão dos direitos políticos, censura aos meios de comunicação. Em São Carlos a situação não foi diferente e o movimento sindical foi um dos primeiros a sofrer repressão, tendo como seus líderes: Antonio Cabeça Filho, Manfredo, Formigoni e Benedito Carlos Pereira, presidente do sindicato dos bancários. Foram presos no dia 31 de março de 1964. Esse acontecimento foi noticiado, provocando a revolta dos trabalhadores.

“Presos Cabeça Filho, Manfredo Formigoni e B. C. Pereira: incomunicáveis. Por determinação do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS) foram presos ontem em nossa cidade, pelo Dr. Raul Novais de Souza Campos, Delegado de Polícia local, os chefes sindicais comunistas, conhecidos e contumazes agitadores Antonio Cabeça Filho e Manfredo Formigoni (do Sindicato dos Metalúrgicos) e Benedito Carlos Pereira (do Sindicato dos Bancários) Os referidos agitadores foram recolhidos ao xadrez da cadeia local, onde se encontram incomunicáveis. Sabe-se que em todo Estado de São Paulo foi executada igual medida, a fim de impedir que agitadores comunio-sindicalistas possam ativar suas manobras e badernas, em virtude da delicada situação político-militar que se registra em todo País” (JORNAL O CORREIO DE SÃO CARLOS, 02/04/1964)

Os demais setores que apoiavam os trabalhadores sofreram ataques de parte da imprensa da cidade que defendia o empresariado, como num trecho do artigo que se segue publicado no Jornal de Pereira Lopes referente à Igreja Católica: “O Sr Dezan utiliza-se da boa fé dos católicos, pregando abertamente o comunismo, contrariando pensamentos superiores da Igreja” (JORNAL PEREIRA LOPES, 02/06/1964).

Após a prisão dos sindicalistas, a população tomou conta da Praça Coronel Salles para ver como diziam, através dos vitrôs da delegacia, os comunistas presos pela “gloriosa e redentora revolução”. Cabeça Filho, Benedito Pereira e Formigoni foram soltos no dia dois de maio de 1964 (PAINO, 2002, p. 136).



Foto 8. Manifestação dos trabalhadores sendo contida pelo policiamento. Foto de José João, empresa Foto Arte:
Extraído de PAINO, 2002.

A partir de então passaram a ser vigiados pela polícia. Durante três meses tiveram suas vidas controladas pelos órgãos de segurança, que iam às suas casas todos os dias entre duas ou três da madrugada, e os levavam à Delegacia de Polícia, onde informavam sobre as atividades diárias. Ficavam detidos até as 19 horas, e depois eram liberados (PAINO, 2002, p. 137).

O Sindicato teve suas atividades proibidas e as portas lacradas no dia 31 de março pela polícia, sendo reaberto semanas depois. No entanto, os documentos arquivados entre eles, correspondências trocadas entre os sindicalistas do resto do país e de alguns países, bem como os aparelhos de barbearia e dentário, estavam sob o domínio da polícia (PAINO, 2002, p. 137).

Foram tomadas as medidas em relação aos cargos públicos dos vereadores (suplentes) considerados “subversivos”. Sem hesitação, toda a Câmara de vereadores aderiu ao golpe e foram caçados os direitos políticos dos suplentes: Benedito Carlos Pereira (PSP), Manfredo Formigoni (PR), Newton Fonseca de Andrade (PTN) e José Roberto A. Paino (PTN).

Com o desmantelamento dos partidos de esquerda durante a ditadura militar, outros meios de resistência foram engendrados. Os políticos afastados pelo golpe decidiram realizar uma reunião clandestina para discutir uma alternativa para os trabalhadores. Cabeça

Filho não pode participar em função de sua prisão. Estavam nesta ocasião partidários da Frente Popular Nacionalista e militantes dos partidos de esquerda (PAINO, 2002, p. 138).

Com a promulgação do AI- 2, em 1965, que se instituiu o bipartidarismo, alguns desses políticos aderiram ao Movimento Democrático Brasileiro, que mesmo sendo produto da ditadura aparecia naquele momento como uma alternativa para aqueles que queriam re-estabelecer os princípios democráticos.

Trabalhadores, políticos e religiosos identificados com a oposição ao regime começaram então a se organizar politicamente. Assim, o M.D.B, pelo seu diretório estadual, organizou um comício na Praça Coronel Salles no dia dez de novembro de 1966 – o primeiro comício após o golpe de Estado (PAINO, 2002, p. 141).

O movimento sindical reorganizou-se. Em 1968, com o agravamento da situação dos trabalhadores do Frigorífico São Carlos do Pinhal, devido ao atraso do salário dos 460 empregados, que ficaram quatro meses dependendo da doação de mantimentos para alimentar suas famílias, e incentivados pelas lideranças de Cabeça Filho e José Pereira Augusto, organizaram uma passeata que aconteceria no dia nove de agosto para sair da frente do Sindicato dos Metalúrgicos seguindo para o centro da cidade (PAINO, 2002, p. 144).

Sabendo da participação de Cabeça Filho e José Pereira Augusto, forças policiais invadiram a sede do sindicato vestidos a paisana e levaram Cabeça Filho até a delegacia para ser persuadido a desistir da passeata. Houve discussão e o sindicalista manteve sua posição. Durval Chinez, outro jovem trabalhador do frigorífico, e Manfredo Formigoni foram presos também, enquanto José Pereira Augusto foi pego na sede do sindicato da alimentação onde era presidente, sendo todos encaminhados para Descalvado (PAINO, 2002, p. 144).

Com os líderes sindicais presos, as forças policiais pensaram ter contido a passeata. No entanto, os trabalhadores, junto com seus familiares, por volta das quinze horas, saíram em passeata rumo ao centro da cidade. Passados alguns metros, a polícia impediu a passagem armando uma barreira. Houve confronto entre manifestantes e policiais.

Segundo Paino (2002), o dia nove de agosto foi marcado por confrontos e reivindicações dos trabalhadores. Sabendo da prisão dos líderes, os trabalhadores fizeram manifestações em frente à delegacia até que as 22 horas José Pereira Augusto e Durval Chinez

foram soltos e retornaram a São Carlos sob algumas condições, entre elas não sair de casa, nem promover manifestações trabalhistas.

Enquanto José Pereira e Durval Chinez foram soltos, Cabeça Filho e Manfredoni não tiveram a mesma sorte, tendo sido levados para as dependências do DOPS- Departamento de Ordem Política e Social, em São Paulo, onde foram interrogados e torturados. Dias depois seguiram para o DOI-CODI, passando por novos interrogatórios e torturas. Nestas ocasiões ficaram em celas separadas. Sabendo da prisão dos líderes sindicais, trabalhadores e estudantes reuniram-se em São Paulo para protestar; distribuía panfletos onde pediam a liberdade dos dois (PAINO, 2002, p. 163). Após alguns dias sob intervenção de uma autoridade superior de Brasília, foi autorizada a soltura e no dia 17 de agosto de 1968 Manfredoni e Cabeça Filho deixaram a prisão.

Nos anos seguintes as investidas contra os trabalhadores continuavam, mas, com o apoio da Igreja Católica, os partidários do M.D.B e os estudantes, o sindicato seguia com suas atividades. O Frigorífico São Carlos do Pinhal fechou as portas e seus trabalhadores, com uma ação na Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ), conseguiram receber os salários atrasados (PAINO, 2002, p.163).

A cidade tinha suas entradas controladas por tropas do exército enviadas da capital para controlar as manifestações dos trabalhadores. Com a união da Igreja Católica, os emedebistas e os estudantes empreenderam a luta contra a ditadura na cidade. A possibilidade de concorrer nas eleições municipais daquele ano era uma forma dos sindicalistas conseguirem um espaço na administração pública. Os candidatos Cabeça Filho e João Muniz venceram as eleições para vereadores pelo MDB (PAINO, 2002, p. 164).

Com o Ato Institucional (AI-5) a situação política nacional agravou-se e o uso da violência também, porém os trabalhadores estavam se organizando em torno do Sindicato dos Metalúrgicos que naquele momento não agregava apenas a categoria metalúrgica, mas todos os trabalhadores da cidade (PAINO, 2002, p. 164).

A luta entre MDB e ARENA tomava conta do país. E como São Carlos havia se tornado um dos principais pontos de embate entre as forças do governo e os trabalhadores, o sindicato, enquanto órgão representativo destes, passou a ser mais vigiado.

O quadro de repressão aos sindicalistas no país e a qualquer grupo que se opusesse às práticas do governo militar unia forças de diversos segmentos de trabalhadores e, no caso dos metalúrgicos, a região do grande ABC começava a arregimentar forças. E o Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos e Ibaté, em função da proximidade geográfica e da trajetória de seus líderes, mantinha contato com as movimentações sindicais daquela região (PAINO, 2002, p.167).

O último ano da década de 1970 foi marcado pela greve geral dos metalúrgicos em todo o país, de modo que o movimento sindical metalúrgico entrou para o cenário nacional despontando a figura de Luiz Inácio Lula da Silva, responsável pela organização dos trabalhadores de Diadema e São Bernardo (PAINO, 2002, p.168).

O sindicato dos metalúrgicos de São Carlos e Ibaté, na pessoa de Cabeça Filho, era referência para os trabalhadores do interior que entre os dias 22 e 26 de 1979 se reuniram na cidade de Lins-SP, evento organizado pela Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo. Nessa ocasião, Cabeça Filho foi nomeado presidente da Comissão de Sindicalismo (PAINO, 2002, p. 177).

No decorrer do Congresso, a necessidade de se formar um partido que representasse os trabalhadores foi abordada e discutida. Em meio a opiniões diferentes, no final do congresso, a proposta foi colocada em votação e assim nascia o Partido dos Trabalhadores (PT), que estava presente no congresso e quem levou a cabo a fundação do partido (PAINO, 2002, p. 178).

A década de 1980 representa uma nova fase para os trabalhadores no país. Com o Partido dos Trabalhadores formado e a lei da anistia em 1979, muitos exilados voltaram ao país. A ARENA passou a ser Partido Democrático Social (PSD); Leonel Brizola fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Com o sindicato em pleno funcionamento com sede social na Rua Riachuelo, 632, diversos serviços eram prestados aos trabalhadores como assistência jurídica, previdenciária e escola profissionalizante; além da construção do Clube de Campo, localizado no Jardim Santa Felícia. (PAINO, 2002, p. 182).

Nesse momento surge a figura de Rosalino de Jesus Barros, funcionário da Companhia Brasileira de Tratores (CBT), dispensado por ter organizado uma paralização dos

trabalhadores, reivindicando melhores salários e redução da jornada de trabalho. Rosalino já militava no sindicato. Em função desse episódio foi convocado pela diretoria para exercer a função de assessor sindical a partir em 1982 (PAINO, 2002, p. 185).

Rosalino destacava-se nos meios sindicais, principalmente no Conclat (Congresso da Classe Trabalhadora). Somam-se a isso os cursos que fez no exterior sobre sindicalismo. O trabalhador acumulou bagagem suficiente, conforme demonstrou no Conclat de 1983, na Praia Grande – momento importante onde foi fundada a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). (PAINO, 2002, p. 185).

Esse novo momento mais propositivo de articulação entre o sindicato e uma central sindical foi decisivo para a entidade em termos de organização burocrática, uma vez que, com a criação de uma central sindical, dirigentes de diversos sindicatos passaram a ter um espaço de troca de experiência. O sindicato de São Carlos se associou à Central Geral dos Trabalhadores³⁴ que obteve reconhecimento legal em 21 de março de 1986.

É nesse contexto que foi elaborado o estatuto onde ficou deliberado que, para votar, era necessário ter seis meses de filiação e o mandato seria de três anos. Essa situação não agradava muito os trabalhadores. Daí em 1986 um grupo de trabalhadores descontentes com esse estatuto compor uma chapa para concorrer nas próximas eleições. Segundo o presidente do Sindicato, Erick Silva,

Em 1986, já tinha um desgaste. E nessa oportunidade em 1986 e 1989, perceba que o estatuto era diferente. Em 1986 e 1989 vocês já tiveram lideranças aqui, por exemplo, como Luis Marinho apoiando os metalúrgicos. Com o Marinho, ele era talvez tesoureiro do sindicato do ABC, ou diretor de base, não era uma liderança expressiva ainda, mas estava no começo da trajetória dele. Em 1986 você já tinha esse movimento aqui, eles constituíram uma chapa chegaram a disputar a eleição, mas a eleição foi roubada. Em 1989 o “estatuto foi modificado” em 86 o estatuto ainda era o mandato de três anos, e você tinha a obrigatoriedade, exigência pra ser candidato e pra votar de seis meses certo!. Com esse processo de oposição eles recrudesceram e modificaram o estatuto, se não me engano em 1989 que aí passavam o mandato pra cinco anos e a obrigatoriedade de três anos pra sindicalizado poder votar, e quatro de base.

Esse cenário coincide com a injeção de investimentos em infraestrutura na cidade para receber novas indústrias, em virtude do processo de dispersão das indústrias pelo

³⁴ Esse nome Central Geral dos Trabalhadores (CGT) passou a se chamar Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

interior de São Paulo, que teve seu início na década de 1970 – consequência da desconcentração³⁵ industrial da capital.

Vários fatores favoreceram a industrialização do interior. E nesse sentido São Carlos respondia às exigências para o estabelecimento industrial, entre elas a acessibilidade à capital pela malha rodoviária (Rodovia Washington Luiz), mão-de-obra numerosa e qualificada (DEVESCOVI, 1987).

Aberta as exigências tecnológicas e de produção, a cidade passou a atrair indústrias transnacionais como a Tecumseh, Volkswagen, entre outras que otimizavam o desenvolvimento local. A presença da Universidade de São Paulo – USP (1948) e a Universidade Federal de São Carlos- UFScar (1967), no caso a USP, com ênfase na área de exatas e a UFScar, com cursos nas três áreas, a cidade passou a ser a conhecida como “Capital da Tecnologia”.

Desde o final da década de 1980, políticos, pesquisadores e empresários mobilizaram-se para captar investimento para a construção de um parque tecnológico³⁶. Durante a década de 90, várias diversas empresas³⁷ instalaram-se na cidade aproveitando o potencial tecnológico em curso. Segundo Fernandez (1999:07), “A indústria de São Carlos é ainda hoje caracterizada por sua diversidade, predominância de setores da metal mecânica, e forte presença de capital local”.

Os resultados desse investimento foram aparecendo como, por exemplo, a instalação de uma fábrica da Volkswagen³⁸, em 1996. Com a chegada da Volkswagen, novas vagas foram abertas no setor metalúrgico. No entanto, a situação econômica internacional afetou o país, principalmente o setor automobilístico. Como consequência, arrocho salarial, demissões em massa.

³⁵ De acordo com Lencioni (1998) o uso do termo desconcentração se refere ao fato da propriedade jurídica estar cada vez mais concentrada em poucas mãos, no caso estava sobre o controle do empresariado da cidade de São Paulo que produzia em diferentes ramos.

³⁶ O parque tecnológico foi concretizado em julho de 2008, denominado ParqTec abriga empresas da área de tecnologia de informação e comunicação, química fina e ótica, automação e robótica, instrução eletrônica e novos materiais.

³⁷ Segundo dados da Federação Paulista da Empresa, São Carlos no setor mecânico com 18, 37%, seguido pelo metalúrgico, 14,29% e produtos minerais metálicos, alimentícios e serviços auxiliares com 8, 16%.

³⁸ Na fábrica de São Carlos, são fabricados 16 tipos de motores que seguem para as montadoras de São Paulo, Curitiba, Taubaté, a fábrica da Anchieta, e países como Espanha e África do Sul.

Nesse momento compõem-se a oposição no sindicato. Um grupo de trabalhadores da Volkswagen organizados em torno da CUT deu início a uma greve, cujos desdobramentos no interior do sindicato se estenderiam até 2010. Segundo Erick Silva:

Então isso explica o fato de ter levado dez anos pra gente surgir como oposição em São Carlos, até porque as lideranças do movimento aqui foram perseguidas. Então em 1999 com a Volkswagen, na verdade começou com a Volkswagen em 1996 com a discussão da data base. A gente questionava todos os acordos! Questionávamos tudo, aí era eu o Lopes hoje vereador, e o Sidão as três principais lideranças da época, até chegar junho de 1999, que a gente fez uma greve.

Então, o sindicato, até então filiado à Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), conhece uma chapa de oposição que foca o embate entre trabalhador e patrão, quando não há acordo via luta política.

Mas o principal pra nós é a luta sindical, a questão política e o embate com as empresas, inclusive agora estamos vivendo uma questão assim com a Engemassa. nós estamos construindo apoio de PLRs, estamos mudando as linhas de negociações levando para o nível estadual. A nossa linha é a crença no confronto na concepção do conflito entre capital e trabalho e a diferença está na concepção do que é luta sindical entende. [ERICK SILVA]

Uma dificuldade apontada por Erick diz respeito à “tradição conservadora” da cidade que por vezes aparece até mesmo em alguns trabalhadores.

Essa é uma questão cultural, em São Carlos de não gostar do conflito é uma coisa absolutamente identificada, e enraizada e dia- a- dia a gente conversa sobre ela, porque é uma verdade, é um fato tem uma parcela que é absolutamente tradicional e avessa ao conflito. Essa foi umas das preocupações durante a eleição, porque você tem uma cidade de empresas! Nas fábricas a aceitação do conflito é mais comum diferentemente das empresas. Acho que temos um povo mais tradicionalista acho que a tradição está refletida num conservadorismo que vota principalmente no PSDB, você tem uma parte progressista que vota no PT, e do PV, e você tem outro que é absolutamente avesso a tudo, que é onde, Welington Garcia e DEM se encaixam. Então a cidade está dividida em três, quando a gente fazia a discussão nas fábricas tinha gente que tinha esse pensamento e que votou em nós, mas tem gente com esse pensamento que não concorda com algumas posturas, algumas formas, algumas questões de prática sindical e por isso temos dificuldade de orientação com eles. Isso tem um peso maior por conta desse conteúdo reacionário conservador de alguns trabalhadores [ERICK SILVA]

A eleição a que se refere Erick foi à de 2010 em que a chapa cutista venceu, após duas tentativas (2000, 2005) em que não puderam concorrer. Em 2000, por não ter condições em função do estatuto vigente, e 2005 quando disputaram via composição onde era minoria.

A questão da reforma do estatuto balizou a disputa entre CGTB e CUT, além de outros pontos como as PLRs, redução da jornada de trabalho. De um lado a diretoria ligada à central geral defendendo a sua manutenção, de outro os trabalhadores afinados com a CUT

entendendo ser urgente a modificação estatutária. Por fim no pleito de 21 de setembro de 2010 a chapa “Transparência, Democracia e Organização” ganhou as eleições. Assim que assumiu, uma das primeiras providências foi organizar uma assembleia para votar a mudança do estatuto.

Segundo o presidente do sindicato, alguns projetos da gestão anterior estão em andamento como o clube e a escola de formação, mas com enfoques diferentes em termos de prioridade.

Então os projetos já existiam na gestão anterior do sindicato. É algo importante e deve ser esclarecido, pois havia duas questões paralelas que pra eles era a principal e pra nós paralela, acho que essa é uma peça fundamental. Para eles é principal que é escola e clube, nós estamos mantendo e até ampliando algumas políticas em relação a isso, não conseguimos ainda e vamos fazer ao longo do tempo que é transformar a forma de utilização dos dois aparelhos. [ERICK SILVA]



Foto 9 Sede social do Sindicato dos Metalúrgicos, Rua Riachuelo, 632. Foto de José João, empresa Foto Arte:
Extraído de PAINO, 2002.

Mesmo com essas mudanças de “orientação política”, o sindicato segue atuante, tanto para os trabalhadores quanto para a população São-carlense, seja na defesa dos direitos dos seus sindicalizados seja nos cursos que oferece em sua escola profissionalizante, promovendo ações democráticas numa cidade moderna conhecida como “capital da tecnologia e do conhecimento” que tem por marca a força do trabalhador.

CAPÍTULO V

DO PÚLPITO À PLENÁRIA: TRAJETÓRIAS DE TRABALHADORES EVANGÉLICOS ENTRE O SINDICATO E A IGREJA

Recuperando um pouco do que já foi dito sobre o pentecostalismo brasileiro e sua postura mais “conservadora” em relação aos movimentos políticos, num primeiro momento, quando chegamos ao sindicato a presença dos trabalhadores evangélicos ali nos faz pensar nas teses sobre a “rejeição de mundo” por parte dos protestantes, na sua pertinência na atualidade, na medida em que este grupo tem alcançado espaço em movimentos sociais, até certo tempo atrás impensados para um evangélico.

“O apartamento das coisas do mundo”, escreve Regina Novaes (1985:82), deve ser o denominador comum entre todos os crentes. No caso do pentecostalismo brasileiro, este afastamento, naturalmente, desde a primeira década do século XX, expressou-se em radical anticatolicismo nas esferas moral, cultural e religiosa (NOVAES, 2002, p 156). Desta forma, o capítulo aborda à relação trabalhadores evangélicos e a militância, em que as experiências vivenciadas pelos atores sociais oferecem-nos elementos para pensarmos a temática.

5.1 Igreja, sindicato e a militância evangélica

A primeira trajetória traz a experiência de R. A. da Silva, 45 anos, nascido em Ibaté, trabalhador da linha de produção há 12 anos, conheceu o sindicato após o convite de um trabalhador e irmão da Igreja, evangélico há 25 anos, membro da Igreja Assembleia de Deus ministério *Koinonia*.

Responsável pela manutenção geral (obras), costuma passar os finais de semana fazendo os reparos no templo. Casado, pai de três filhos, orgulha-se de ter completado os estudos (Ensino Fundamental) há dois anos e espera começar em breve um curso técnico de torneiro mecânico para subir de cargo na empresa.

[...] Quando o pastor fala lá na Igreja que a gente tem que lutar por justiça, penso que quando querem que a gente trabalhe na montadora um monte de horas e não se aumenta o salário isso não é justo. Daí o companheiro João me falou que no sindicato a gente luta por justiça e que quando os trabalhadores ficam unidos a gente consegue mudar as coisas. Então fui numa reunião do sindicato e vi que os companheiros são sérios e querem o nosso bem. Encontrei três irmãos da Igreja lá, e perguntei se fazia tempo que eles participavam. O irmão Pedro disse que sim e que o pastor também participa. Daí um dia eu vi ele lá em cima do caminhão falando quando teve greve. Todo mundo prestava atenção nele foi bonita a fala dele igual lá no culto. Foi bom porque nesse dia vi um monte de irmão que também participa no sindicato, só que são da outra fábrica, depois desse dia comecei a participar das reuniões do sindicato e hoje chamo os irmãos que conheço que também trabalham nas fábricas pra participarem.

Essa experiência mostra-nos dois aspectos fundamentais para entendermos o percurso Igreja e sindicato para o entrevistado. Vejamos que a chegada do trabalhador ao sindicato se dá por meio do contato com outros irmãos de fé que são companheiros de trabalho. Esse fato adquire importância na medida em que se estabelece uma rede entre estes trabalhadores, cuja identidade religiosa desencadeia uma relação de confiança e credibilidade, conforme podemos ver na fala do entrevistado.

O trabalhador pouco conhecia do sindicato até um amigo da igreja falar da importância da entidade para a categoria. Nesse sentido é que a variante religião assume papel importante na trajetória até o sindicato.

Para ele “não é justo que se trabalhe mais horas sem aumentar o salário”. A interpretação de justiça nesse caso vem associada à noção religiosa que este tem. No entanto, o interessante no caso é a atribuição de sentido de injustiça no trabalho quando do aumento de horas a trabalhar sem aumento salarial.

Estimulado pela presença de outros irmãos no sindicato é que nosso entrevistado dá pistas de como a Igreja tem sido atuante em questões de ordem secular. Quando indagado sobre como concilia os interesses da Igreja com os do Sindicato, ele responde:

[...] Eu... Sou uma pessoa com o pé em duas canoas [risos] dizem alguns parentes meus que não queriam que eu entrasse pro sindicato. Mas não gosto de injustiça e tem coisa que não tem “crente” que agüente. Isso dá confusão às vezes com o meu sogro ele não gosta de sindicato porque acha que tem briga. Já até falei pra ele que o pastor também participa e que até fala no caminhão em dia de greve, mas ele é teimoso e fala que isso não é de Deus. Então falo que não é de Deus a injustiça e o crente tem que participar sim. Eu acredito na ação do Espírito de Deus que nos incomoda quando algo está errado, para sermos pessoas que pensam, que sabe falar não!. Não entendo por que temos que ser bonzinhos sempre pra agradar Deus ele não precisa ser agradado não. Por isso que participo lá no sindicato junto com os outros irmãos.

Para o fiel, a Igreja cumpre um papel importante na sociedade. Logo, cabe ao crente tomar conhecimento do que ocorre no cotidiano, pois, como fala, há coisas que nem mesmo o “crente deve aguentar”.

A princípio parece contraditório ouvir de um crente a ideia de que Deus não precisa ser agradado. Assim é que no decorrer da entrevista ficou clara que a noção de bondade a que se refere está associada à obediência ou conformismo com situações do cotidiano do trabalho que alguns de seus irmãos de fé e companheiros de trabalho não contestam, e que condizem com a visão que seu sogro tem do sindicato, isto é, de uma organização que promove confusão e que isso não agrada a Deus.

[...] Não concordo com meu sogro porque ele pensa que o sindicato é lugar de desordem de pessoas que não querem trabalhar. Acredito que Deus quer o bem dos seus filhos. A bíblia está repleta de passagens em que o Senhor ensina que não devemos ser escravos. Você conhece a história de Moisés? (...) Vejo naquela passagem, que Deus queria ver seu povo livre da escravidão no Egito. O povo hebreu estava escravo lá, e Moisés foi usado por Deus para libertar homens, mulheres e crianças. Moisés pediu para o Faraó que o criou como filho para que deixasse o povo ir, mas ele resistiu e então eles fugiram. Na igreja aprendemos que Deus nos fala através dessas histórias, posso até entender errado, mas penso que injustiça é sempre injustiça e que não devemos aceitar mesmo que seja com pessoas que não são da nossa religião. E na fábrica os patrões agem como o Faraó que só exige mais trabalho e nada de benefício para o trabalhador! Já trabalhei nos dois turnos. No turno da noite mal temos tempo para comer, aumento de salário faz tempo que não vemos. Alguém tem que fazer algo contra isso, e assim como no Egito Deus ungiu Moisés aqui Ele tem vários Moisés [risos] para lutar contra a injustiça é por isso que acho importante o sindicato e quem é crente tem que participar sim. Lá tem lugar pra todo mundo e não tem confusão, mas sim discussão, conversa com os trabalhadores para ver as nossas necessidades porque o que não dá mais é ficar só obedecendo sempre o patrão. Tem que conversar! Entendo que tem irmão que não gosta do sindicato, porque acha que é lugar de confusão que pensa que crente tem que ser sempre o bonzinho, temos regras de comportamento que a doutrina coloca, mas buscar a justiça e a verdade foi Deus mesmo quem nos ensinou entende [...]

O entrevistado demonstra indignação com alguns parceiros de trabalho evangélicos, que aceitam as condições de trabalho sem questioná-la, vendo muitas vezes como situações de injustiça. A alusão desse contexto com o fato bíblico resgata o aspecto de luta e resistência do povo hebreu; mais que isso, entende como uma mensagem aos “irmãos trabalhadores” que a seu ver não devem ser omissos e acatar simplesmente as exigências do patronato.

Contudo, mesmo sendo esse um componente na construção da identidade do trabalhador entre nossos analisados, existem outros elementos que compõem esse espaço identitário onde convivem oposições no interior da igreja sobre o engajamento dos trabalhadores evangélicos com o Sindicato.

Conhecer o cotidiano pelo qual passam esses trabalhadores pode ser um meio de identificar suas resistências, transformações e superações que os têm levado a transitar entre a Igreja e a militância sindical, sem, contudo, abdicar da filosofia religiosa a que pertencem, mas sim conciliá-las normalmente sem colocá-las como antípodas.

O pastor C.R., 55 anos, casado, dois filhos, pastor há 22 anos, possui curso técnico em eletrônica, trabalhador numa fábrica da cidade como reparador de problemas eletrônico e atuante no Sindicato dos Metalúrgicos. Nasceu em Criciúma, Santa Catarina. Veio para São Carlos ainda adolescente quando seu pai, também pastor, foi transferido para a cidade para liderar uma pequena igreja.

Ele foi socializado em espaço religioso, portanto, sua subjetividade foi fortemente marcada pelos sistemas simbólicos da Assembleia de Deus, igreja que frequenta. Embora tenha tido rígida formação religiosa, assume uma postura aberta quando se trata da relação Igreja e política ao considerar que a participação em espaços como o sindicato é importante não só para os sujeitos envolvidos, bem como para os trabalhadores não evangélicos, cuja imagem do “crente” não se encaixa com o perfil do militante como vemos em sua fala:

[...] Os meus colegas de trabalho me perguntam por que participo do sindicato. Eles acham estranho que um pastor se envolva com política. Explico pra eles que sou trabalhador também, e que as leis foram feitas pelos homens, que são orientados por Deus e quando estes não as cumprem corretamente devemos interferir e lutar por justiça. Um dia um deles me falou; na Bíblia diz que primeiro temos que buscar as coisas do reino de Deus e que todas as outras nos serão acrescentadas. Concordo com ele, mas também temos que tomar conta das coisas daqui porque Deus se agrada de quando buscamos justiça. E o homem de Deus não é E.T falei pra ele! Os outros companheiros riram. Quando comecei a pastorear aqui em São Carlos fui pra uma igreja pequena num bairro carente. Lá faltava tudo, esgoto, não tinha asfalto a creche que começaram a construir nunca que terminava. Começamos então um trabalho na Igreja com as crianças e os jovens porque o maior problema era com as drogas. Na Igreja sede tem irmãos psicólogos, médicos, advogados e professores. Fizemos uma reunião com eles pra ver se poderiam nos ajudar, então começamos o projeto na Igreja conseguimos computadores usados, mas bons pra ensinar computação, a filha de um dos irmãos que é professora de inglês começou a ensinar as crianças. Aos poucos conseguimos várias coisas. Eu já trabalhava na fábrica, mas poucos sabiam que eu sou pastor, só os irmãos que trabalham lá também. Eu sempre lia os jornais do sindicato, mas nunca havia me envolvido diretamente porque pastorear e trabalhar toma muito tempo tem as visitas na casa dos irmãos doentes, idosos essas coisas que o pastor tem que fazer, além do projeto e dos cultos. Mas mesmo assim lia pra ficar informado. Eu sabia que tem bastante irmão que trabalha na fábrica e que vai a reunião do sindicato, embora alguns não comentem na Igreja porque tem irmão que acha errado o crente se envolver com a política. Um irmão da Igreja onde sou pastor falou para o presidente do sindicato, que temos um projeto e que participo dele, então ele me procurou. Na Conversa me falou que seria interessante que participasse mais no sindicato, me interessei e então passei a ir às reuniões. Os irmãos começaram a me ver lá e gostaram, Hoje somos vários e tem os

irmãos de outras fábricas também. O povo do sindicato passou a ajudar no projeto também. Todo ano no dia do trabalho fazemos um culto especial e vai bastante gente do sindicato até mesmo quem não é evangélico. Isso é bom porque eles podem ver que nós também participamos nas coisas importantes e que a Igreja é aberta pra conversar sobre tudo. [C.R.].

A religião com seus símbolos e elaborações constrói-se entre as representações sociais e o que cada sujeito traz subjetivamente em sua história de vida. Portanto, a religião (re) elabora experiências, comportamentos e papéis sociais. A trajetória de C. R. expressa a relação de superação entre o Sagrado e o secular como algo que ultrapassa o valor subjetivo no caso da religião, incorporando um significado socialmente ativo a esta. A dedicação ao projeto social, por exemplo, dá pistas desta interface entre os espaços da Igreja e a sociedade (BANDINI, 2008)

No depoimento, o espaço da Igreja é um espaço de diálogo assim como o Sindicato, e por isso ele consegue transitar entre ambos, mantendo seus valores religiosos por um lado e exercitando sua cidadania enquanto trabalhador, e por outro participando na militância sindical.

Quando relata que os irmãos começaram a vê-lo nas reuniões e gostaram, exprime a existência de um aspecto muito importante, qual seja a influência do “carisma” do líder religioso entre os trabalhadores evangélicos. Na concepção weberiana, a autoridade carismática acontece quando uma qualidade pessoal é considerada extraordinária ou sobrenatural, portanto, vocacionada, ou seja, sua identidade enquanto pastor, quando associada à identidade de trabalhador, exerce um despertar nos outros, gerando um entrelaçamento entre a Igreja, o trabalho e a instituição sindical.

O trecho seguinte comprova essa relação de poder enquanto líder que oriente nas tomadas de decisão dos trabalhadores evangélicos.

[...] No início quando comecei a participar mais do sindicato alguns irmãos já estavam lá antes de mim, mas depois mais irmãos começaram a ir, Alguns até me procuravam na Igreja ou na hora do almoço no refeitório pra pedir orientação se deveria ou não participar. Sempre expliquei que é importante conhecer nossos direitos e que devemos buscar as coisas justas. Mas toda vez é a mesma pergunta já estou acostumado. Então pergunto e você não é do mundo? Eles pensam e respondem sim sou do mundo, mas quero agradar a Deus obedecendo à vontade dele. É isso irmão, Deus quer que sejamos bons e honestos e nos colocou aqui nesse mundo pra isso e quando fazemos coisas boas damos testemunho Dele. Na Bíblia está cheio de passagens em que o povo Hebreu lutou contra a opressão, basta lembrar-se de Moisés que libertou o povo da escravidão, de José que virou ministro do Rei, do profeta Daniel homem justo e de Davi homem segundo o coração do Senhor. Explico essas coisas para que eles vejam que não há pecado e que como esses ministros de Deus da Bíblia e que foram reis, ministros, sacerdotes também

sou um ministro, mas homem que precisa trabalhar tanto quanto eles e que quando estão sendo injustos com a gente temos que falar o que está errado. Sempre vejo irmão novo indo ao sindicato depois que conversamos é muito bom ver que eles estão se interessando porque assim ficamos mais unidos na Igreja também, e pra mim enquanto pastor é gratificante ver o povo de Deus participar dessas coisas porque muita gente acha que nós somos ignorantes, mas não somos não [...]

Segundo Bandini, quando o dogma religioso é contextualizado e historicizado pela liderança, surge a possibilidade de superar algumas discriminações sociais; porém, a superação requer tempo, mas, a curto prazo, é possível alguns ganhos como melhores condições de vida e relacionamentos menos sectários entre os agentes do campo religioso e a sociedade (BANDINI, 2008, p. 120)

Algumas Igrejas encabeçam esse movimento de ruptura com a dicotomia sagrado e secular, destacando-se a Igreja Universal do Reino de Deus – que em função disso não estabelece bom entendimento com algumas denominações pentecostais cuja rigidez doutrinária ainda se faz presente.

“Numa entrevista Macedo alegou que o “fanatismo” de quem mistura fé com costumes” constava entre os motivos pelos quais não mantinha relações com as demais igrejas pentecostais. Asseverou ainda ser “proibido proibir” na Universal. Algo válido para todo o neopentecostalismo, que tal qual a Congregação Cristã, é antinomista, crítico do legalismo ao se colocar distante das questões “seculares”. Os neopentecostais defendem a crença de que Deus age na personalidade do crente, dotado de livre-arbítrio, e com o passar do tempo, à transforma. A diferença entre neopentecostais e Congregação Cristã é que esta se mantém apegada à tradição puritana, enquanto que os primeiros querem se distanciar o máximo possível desse estilo da vida ascético e contra cultural. Pretendem mostrar que são “normais” e modernos, e não “ETs”. Almejam obter aceitação e respeitabilidade sociais. (MARIANO, 2005, p. 235)

Querem enterrar de uma vez por todas o estigma e a discriminação (associação ao velho estereótipo) dos quais se sentem vítimas (MARIANO, 2005, p. 211)

“Temos poucas relações porque os outros pentecostais se voltam demais para o fanatismo, misturam fé com costumes. Ora, uma coisa nada tem a ver com a outra. Os pentecostais tradicionais, por exemplo, fundamentam-se em doutrinas baseadas nos costumes da época de Jesus. Nós, ao contrário, não vemos nada. Na Igreja Universal é proibido proibir. A pessoa é livre para fazer o que bem entende. Um homem pode ter dez mulheres, ou uma mulher dez maridos. A pessoa é livre para beber, fumar, para fazer o que bem entende. Nossa obrigação é ensinar-lhe a Bíblia e mostrar-lhe que tem de tomar, por conta própria, a decisão de não fazer isto ou aquilo” (Edir Macedo, *Veja*, 14.11.90)

Daí focalizarmos os mecanismos que levam a mudanças de *ethos* entre alguns, bem como aqueles que ainda resistem, visto que no interior das fábricas há um número expressivo de evangélicos de variadas denominações.

Um exemplo de resistência está na fala do seu P.R., 53 anos, casado, quatro filhos, torneiro mecânico membro da CCB (Congregação Cristã No Brasil), há 26 anos, que, quando questionado sobre a participação no sindicato, explica:

[...] Trabalho aqui há quase vinte anos e nunca coloquei meu pé no sindicato... Porque aquilo não é de Deus, o homem tem que trabalhar porque o Senhor deu mão e cabeça pra ele. Eles ficam reclamando que o salário é ruim atrapalham o trabalho. Tem até briga lá que já me contaram, aqui tem tudo, comida, tem o ônibus que deixa a gente na porta de casa, e tem tanta gente passando fome a gente tem mais é que agradecer a Deus pelo trabalho sabe. Sempre tem uns aqui entregando um jornal eu nem pego, de vez em quando eles colocam um caminhão e ficam falando que temos que parar o trabalho, Mas se eu parar de trabalhar quem vai me pagar eles que não né! Tenho que por comida em casa e se Deus me deu força é pra trabalhar [...] (P.R.)

O sistema simbólico do pentecostalismo produz visões diferenciadas sobre a participação no sindicato; mais que isso, o sentido de trabalho carrega interpretações distintas. Para P.R.O, o trabalho aparece como uma obrigação, sem contudo ser penosa, na medida em que é uma consequência da dádiva divina que capacitou o homem e por isso a desvalorização do trabalho parecer um “pecado” aos seus olhos.

O relato de P.R. é importante para mostrar a forma como a construção de uma consciência religiosa coletiva exerce eficácia no plano subjetivo, uma vez que para a pessoa convertida a incorporação desses códigos passa a balizar seus planos e ações no cotidiano, isto é, a subjetividade religiosa para a pessoa convertida pode ser pensada “como um indivíduo que está entrando em acordo com o significado último de seu lugar no mundo” (FERNANDEZ, 1999)

Assim, os acontecimentos, ao longo de sua trajetória social e os problemas com os quais ela se confrontará, passam a ser compreendidos como eventos significantes, a partir da subjetividade religiosa construída que, por sua vez, é fruto de uma determinação institucional, em que o indivíduo reproduz aquilo que a instituição considera válido.

Embora na Congregação cristã haja um posicionamento contrário sobre o envolvimento com a política formalizada como a participação em partidos, concorrer em eleições entre outros, é preciso lembrar que essa determinação é restrita ao ministério, isto é, os fiéis que o compõem como os porteiros, cooperadores e anciãos. Os demais podem ter cargos políticos e administrativos; todavia, o rigor doutrinário acaba abarcando a Igreja como um todo, de modo que é raro algum caso de político da denominação.

P.R. relata-nos um acontecimento que mostra essa situação e que outros de nossos entrevistados também citaram:

[...] Um dia eu estava chegando pra trabalhar de manhã, mas quando desci do ônibus não pude entrar era o povo do Sindicato. Eles fecharam os portões da fábrica e não deixavam ninguém entrar queriam conversar com o patrão era um negócio de PLI assim que eles chamavam. Não achei certo não deixar a gente trabalhar porque tinha homem que queria trabalhar, agora vem um bando decidir por todo mundo isso não pode... Fiquei bravo e fui falar com um deles que queria trabalhar ele falou que eu tinha que entender que eles estavam lutando por todos e que se um entrasse quebraria o movimento. Mas eu não sou a favor de fazer greve e falei pra ele. Perguntou mas por que que eu não era a favor? Falei a verdade Deus não gosta de confusão e eu sou homem de Deus e não participo dessas coisas do mundo. Então um deles que estava perto começou a rir de mim e falou: “ele é crente não adianta falar com essa gente eles gostam de sofrer”. Disse pra ele que não gostamos de sofrer, mas que crente não é de confusão só isso. Nisso veio um trabalhador da fábrica que é crente fiquei sabendo depois, e que é de sindicato, quando viu que o moço ofendeu crente, ele respondeu, lembro bem do que ele falou “ Você não pode falar de uma pessoa pela religião dela e crente não é o que você pensa, basta você dar uma olhada aqui que tem um monte de companheiro lutando que é crente” Depois que acabou essa discussão esse rapaz ficou conversando comigo ele é da Assembléia de Deus, naquele dia não pudemos trabalhar mesmo, e veio a greve, por isso quando eles aparecem pela fábrica pode saber que coisa boa não é [...]

O fato de Pedro não concordar com a paralisação alimentou a ideia de que crente gosta de sofrer e por isso não se engaja nos movimentos; todavia, isso não é regra, como ele próprio fez referência a outro colega. Pelo contrário, nas Igrejas hoje é comum vermos publicações em revistas de escola dominical que abordam o tema *o crente e a política, cidadão e cristão*, além de eventos como congressos onde se discutem assuntos como estes, principalmente pela Assembleia de Deus que conta hoje com um das maiores editoras do país, a CPAD (Casa Publicadora das Assembléias de Deus), onde os temas não se limitam às questões teológicas³⁹. Entre os temas encontram-se discussões como o crente deve comportar-se no trabalho em suas diversas situações; durante as eleições, pode ou não o crente ser político? Enfim, questões eivadas pela política, a economia, a cultura.

A.A.B, 38 anos, nasceu em lar evangélico membro da Assembleia de Deus ministério Belém, natural de São Bernardo do Campo, mudou-se para São Carlos após o casamento. Esposa de pastor e trabalhadora de uma montadora na cidade, na função de secretária, única mulher evangélica engajada no sindicato. O trabalho na Igreja entre as mulheres, em específico as que trabalham nas fábricas, tem sido o de esclarecê-las sobre a

³⁹ Para maiores informações sobre as revistas e seus temas consultar o site: http://www.cpad.com.br/escoladominical/sala_professor.php

importância de participar nos movimentos sociais, entre eles de sindicatos e associações de moradores nos bairros próximos à Igreja.

[...] Vim com meu esposo para São Carlos em 1998, moramos em várias cidades ele é pastor da Assembléia de Deus, e o ministério nos mandou pra cá para ele pastorear a Igreja aqui. Mas eu não queria ficar parada porque sempre trabalhei. Já fui secretária numa montadora em São Bernardo do Campo onde nasci. Mas depois que me casei ficamos um pouco em cada cidade porque o pastoreado é assim rotativo, Deus nos manda e vamos! Nossa casa é próxima da fábrica; então como já trabalhei de secretaria achei que seria mais fácil conseguir trabalho lá. Mandeí meu currículo depois de alguns meses me chamaram, e comecei a trabalhar no setor administrativo. Soube do sindicato porque uns irmãos da Igreja me chamaram para uma das reuniões. Em São Bernardo vi algumas reuniões principalmente na época em que o Lula fazia campanha. Achava interessante, mas meu pai não me deixava participar na época, pois achava errado e que não era lugar de mulher. Mas meu esposo e eu não vemos problema porque Deus nos chama a participar de todas as coisas do mundo porque por ele foram criadas. E se o homem explora outro homem isso não é certo por isso na Igreja meu esposo enquanto pastor sempre fala para os irmãos que eles devem participar de tudo que busca justiça. Comentei com meu esposo sobre o convite ele sabia que gosto de política não fez nenhuma oposição achou bom porque assim também teria mais oportunidades de conhecer os irmãos de outras congregações da Assembléia de Deus na cidade. Fui numa reunião no sindicato num momento muito importante para os trabalhadores a discussão era sobre o aumento da idade para se aposentar eles trouxeram um especialista sobre o assunto de São Paulo, meu esposo me acompanhou nessa noite e desde então freqüento todas que posso. Mas senti falta de ver mulheres no sindicato pensei que tivesse mais, lá em São Bernardo tinha bastante, sei que aqui é menor, mas tem fábricas que empregam várias mulheres até conversei sobre isso com meu esposo ele disse que podia ser que elas não tivessem ido porque era quarta a noite, mas que deveria ter mais sim. Fomos para casa, mas fiquei pensando sobre o assunto e no dia seguinte ao chegar no trabalho perguntei para uma das secretárias se ela já tinha ido ao sindicato. Respondeu que não e que não tinha vontade, além do mais lá só tem homem e meu marido não vai gostar. Entendi, mas achei estranho uma moça tão nova pensar assim [risos]. Como tem irmãos que trabalham na fábrica e que são da nossa igreja começamos a conversar mais sobre o trabalho depois do culto nos almoços que fazemos de domingo. E mulher de pastor toma conta dos cultos para as mulheres na Igreja com isso comecei a conhecer algumas irmãs que trabalham em fábrica também, mas em outras e perguntei para elas se sabem do sindicato e se já foram alguma vez? Me disseram que sabem que tem, mas nunca foram e que não é importante. Tudo bem acabou o culto fomos para casa e então falei para meu esposo que precisamos discutir mais com os fiéis esses assuntos e que seria interessante se fosse na escola dominical. Ele concordou e faz um tempo já que trabalhamos com esses assuntos. Algumas delas já começaram a ir às reuniões e pouco a pouco acredito que elas verão que ser crente não significa esquecer das coisas importantes e como é ano de eleição agora sempre conversamos sobre política na igreja, já tem irmã que está a frente da Associação de moradores do bairro isso é uma benção e agradeço a Deus que me permiti fazer esse trabalho [A. A. B]

Se o fato de ser evangélico já carrega um estigma de apolítico, quando somado à questão mulher, esse quadro fica duplamente complexo. Como vemos no relato acima, o pai já a proibia de participar do sindicato por considerar um espaço masculino. No entanto, no casamento a situação modifica de modo que o apoio do esposo favorece sua participação.

Perguntamos a A.A.B como os companheiros de sindicato não evangélicos compreendem o fato de ser evangélica e uma das poucas mulheres atuantes:

[...] No começo ficavam assustados pelo fato de ser mulher já que tinha uma ou outra, mas que iam um pouco e paravam de participar. Mas o susto foi maior quando descobriram que sou mulher de pastor porque acham que toda mulher de pastor é pastora, mas não você pode sim ser se quiser. Mas eu gosto mesmo é de trabalhar nos projetos sociais da Igreja, claro que por ser mulher tudo que envolve as mulheres eu estou à frente, porque mulher entende mulher né [risos] Já tinha irmão trabalhando lá e que inclusive foram eles quem me convidaram, logo que comecei no trabalho. Com eles foi tranqüilo, mas teve muito homem lá que torceu o nariz e que até falou que lugar de mulher é na cozinha e pastora então é na Igreja, mas sei que isso é machismo. Cresci com isso e não é um ou outro homem que vai me impedir de participar de um espaço que é de todos os trabalhadores seja homem ou mulher, negro ou branco, católico ou protestante. Com o tempo eles foram se acostumando e quando comecei a levar mais mulheres eles até acharam bom, deu até namoro [risos] Hoje é normal participo quando tem greve, ficamos todos juntos alguns inclusive já foram a Igreja e não só uma vez, mas várias. Atualmente não estou tão participativa porque estou grávida e quase ganhando, mas assim que der eu volto para a luta se Deus quiser [...]

Neste ambiente considerado masculino por muitos A.A.B ocupa um lugar significativo ajudando a desmistificar a ideia de que mulher e evangélica não pode frequentar, tampouco atuar no sindicato. Por conta disso é que parte dos trabalhadores, em sua maioria homens e não evangélicos, acabam superando estes estereótipos e, na medida em que ela continua seguindo com sua adesão religiosa, outros sujeitos no interior do sindicato compreendem que é possível ser um ministro religioso, sem deixar de ser cidadão atuante nas causas sociais.

Numa reunião do sindicato que participamos discutia-se a questão das horas-extras numa determinada fábrica da cidade. Quando toma a fala, A.A. demonstra articulação e familiaridade em falar para grandes públicos; experiência que desenvolveu na Igreja em suas pregações.

[...] Quando saímos de casa hoje nessa noite fria é porque uma só coisa nos une a vontade de justiça para, com os nossos companheiros. Temos tido informação eles estão em situação difícil, muita gente tem que fazer várias horas-extras, tem companheiro que está fazendo de tudo para mudar de turno para ganhar mais, mas para isso eles têm de deixar aquilo que tem de mais importante a família. Muitos nem o filho pode ver direito porque quando sai para trabalhar a criança já está dormindo e quando chegam elas já foram para escola. Não podemos deixar que essa situação continue. Algumas esposas de trabalhador tem me procurado na Igreja para reclamar que o esposo esta trabalhando demais e que pouco fica em casa. Vocês acham isso certo? [os trabalhadores começam a gritar todos não dá mais!] Precisamos fazer alguma coisa urgente é o que peço enquanto trabalhadora e mulher para os homens e mulheres aqui presentes e que amanhã quando formos para a reunião com os dirigentes da fábrica que Deus nos ilumine e que se faça a justiça [...] (Para terminar A. A. B, pede para se fazer uma oração do Pai nosso e todos concordam)

Queremos frisar a forma de como o discurso de A.A.B é recepcionado pelos demais trabalhadores. Estes, ao ouvi-la, refletem e correspondem ao pedido da trabalhadora. Porém, o mais importante é que nesse mesmo espaço a presença de não evangélicos é visível, e estes por sua vez se identificam com as suas palavras, de tal modo que no final da sua fala consentem em fazer uma oração independente de filiação ou corrente religiosa.

Esse grupo, apesar da diversidade doutrinária, está se abrindo para novas experiências, embora ainda contraditoriamente, na medida em que algumas denominações abriram mãos de alguns dogmas que, por vezes, descaracterizam-nas enquanto pentecostais. Outras ainda resistem às transformações, cujo resultado é sentido na forma como seus membros entendem a sociedade e seus campos, principalmente o mundo do trabalho.

As opiniões entre os evangélicos divergem em alguns aspectos em função das matrizes teológicas que seguem. Por isso a Congregação Cristã no Brasil aparece como uma corrente “apolítica”. Para os demais trabalhadores evangélicos ativos no sindicato, no entanto, o fato de ser da Congregação não é regra geral, uma vez que há trabalhadores membros da CCB que atuam no interior do sindicato.

H.F.Seabra, 36 anos, analista de sistema, trabalhador há 12 anos numa empresa da cidade, casado, evangélico, músico na Congregação Cristã no Brasil, militante no sindicato, filho de ancião da CCB. Quando questionado sobre o que acha da posição da CCB em relação à política, segue respondendo:

[...] Ser evangélico exige algumas restrições que para as outras pessoas não existe, mas ser da Congregação é ainda mais difícil [risos] Sou filho de ancião tive uma educação rígida meu pai nos incentivou nos estudos, mas nunca foi de discutir política. Comecei a ter contato com política na Faculdade, mas meu pai não gostou muito e sempre me falava que era para tomar cuidado. Ele enquanto ancião exorta a irmandade sobre vários assuntos, inclusive sobre eleição, mas na CCB, os irmãos do ministério não podem concorrer a cargos políticos, sempre questionei isso, inclusive com meu pai, e toda vez era a mesma resposta “O meu reino não é deste mundo” tentava argumentar, mas não progredíamos muito na conversa. Quando terminei a faculdade e voltei para São Carlos, consegui um emprego na montadora. O movimento sindical na empresa é atuante. Assim que entrei para trabalhar procurei me inteirar sobre o sindicato, além do contato com os amigos de trabalho que pude conhecer melhor a entidade. Então passei a ir nas reuniões, me familiarizei com as discussões novamente, porque desde quando saí da faculdade não tive mais contato com esses temas. Moro num bairro próximo a fábrica, onde meu pai atende aos serviços de culto. E sempre via alguns irmãos em algumas reuniões do sindicato, e depois os via no culto, mas não tinha contato com eles e até achei estranho porque não é comum fiéis da CCB serem politizados [risos]. Alguns vi poucas vezes, mas outros vestem a camisa, nos aproximamos em função do sindicato, e sempre discutimos sobre a posição do ministério, tem irmão que já perdeu a liberdade na Igreja porque era diácono e foi visto em movimentos de greve no palanque discursando. Não concordo nem um pouco com isso, mas não posso mudar uma

tradição de cem anos. A CCB é assim com certos assuntos, mas me sinto bem na Igreja e quanto ao meu envolvimento com o sindicato, como não tenho ministério posso participar, isso nunca foi problema pra mim no sindicato, mas tem irmãos na igreja que me olham torto principalmente porque sou filho do ancião. Já fui de uma das chapas que concorreu para a diretoria do sindicato, mas perdemos, a minha participação tem se limitado a algumas reuniões porque estou fazendo faculdade à noite. Minha família costuma chamar minha atenção sobre isso, mas sei que Deus coloca os seus servos em todos os lugares é lá também. [H. F. S]

As primeiras experiências apresentadas com exceção de P.R.O atestam como esses trabalhadores estão se aproximando do sindicato e se engajando na militância de diferentes modos e trajetórias, mas todos com um denominador comum o *ethos* religioso, cujas mudanças já se fazem sentir em relação a vários aspectos.

O envolvimento dos pentecostais com o sindicalismo não se restringe à categoria dos metalúrgicos; estão presentes em outros sindicatos de diferentes categorias, reflexo da politização deste grupo que tem procurado a mobilização da entidade para resolver questões do trabalho. Ademais, os próprios evangélicos possuem um sindicato para representar os interesses dos pastores assalariados⁴⁰

A Igreja Assembleia de Deus foi uma das pioneiras no debate pela criação de uma entidade sindical que representasse a categoria dos pastores e bispos. No caso de São Carlos, a A.D (Assembléia de Deus) tem sido entre as denominações evangélicas a que mais se envolve com questões sociais e políticas. O sindicato dos metalúrgicos tem sido um dos lugares em que seus fiéis estão se envolvendo, uma vez que seus templos se localizam em bairros próximos às fábricas, onde muitos de seus fiéis são trabalhadores.

É o caso de F.P., 59 anos, casado, metalúrgico (soldador) há mais de 25 anos, convertido na adolescência, frequenta a Assembleia de Deus, líder do ministério de música, já foi pastor auxiliar numa pequena sala de oração em Ibaté, defensor da participação de evangélicos na política.

Em sua trajetória profissional, o sindicato surgiu quando ainda era jovem, por influência do pai, também metalúrgico, que costumava levar o filho aos jogos de futebol nos finais de semana com os amigos do sindicato na cidade de Bauru, onde residiam. Foi nesse ambiente que se familiarizou com o espaço sindical.

⁴⁰ O assalariamento da função de pastor não ocorre em todas as denominações, a Congregação Cristã No Brasil (CCB) é um exemplo disto, na medida em que cooperadores e anciãos são eleitos, segundo a vontade de Deus, Daí o ministério considerar um chamado, e não uma ocupação que requeira salário.

[...] Nos finais de semana meu pai jogava futebol com os amigos do trabalho, e sempre me levou com ele. Outras crianças iam com seus pais, pra gente era chato ouvi-los falando de trabalho, de greve, de reunião [risos]. Mas com o passar do tempo em que fui crescendo passei a jogar também, e a discutir com eles, mesmo não sendo metalúrgico como eles. Não estudei muito tive que fazer até o terceiro ano do ensino médio minhas matérias favoritas era História e Geografia, sempre quis fazer faculdade, mas tive que começar a trabalhar para ajudar em casa, logo após a morte do meu pai. Ele morreu no trabalho, estava reparando uma máquina levou uma descarga foi fatal, foi muito difícil passar por essa situação, mas a vida tinha que continuar. Então entrei numa fábrica em Bauru, os amigos do meu pai que me conheciam desde criança nunca deixaram de dar apoio a família, ajudaram no processo para a indenização. O sindicato teve muita participação, após alguns anos ganhamos a ação na justiça. Eu então já era metalúrgico e depois de ter alguém da família morto no trabalho você veste a camisa mesmo do sindicato! Porque é a única forma dos trabalhadores se organizarem. Você me perguntou sobre minha religião. Bem conheci a Assembléia de Deus na adolescência através de um amigo de escola que me levou ao culto, na minha família religião era algo pouco discutido. Meu pai não gostava muito de falar disso, minha mãe sim ela é espírita. Passei a ir mais vezes até que senti que era o que queria como religião estava me sentindo bem, meu pai era vivo ainda, não gostou muito, mas depois de um tempo aceitou bem. Nessa época ainda não trabalhava, mas assunto sobre sindicato conhecia e muito. Quando comecei a trabalhar me envolvi e muito, mas o fato de ser evangélico não foi problema. A fábrica de Bauru foi transferida e então vim para São Carlos onde consegui um emprego numa fábrica, casei, tive filhos construí uma casa. A Igreja aqui é bem maior que em Bauru tem várias congregações, fui pastor auxiliar em Ibaté, hoje cuido do ministério da música. Fiquei surpreso em ver como aqui tem evangélico participando do sindicato, lá em Bauru só conheci um da Igreja Batista. Aqui tem de várias igrejas, conheço vários irmãos porque é comum nos reunirmos para conversarmos quando nos encontramos nos eventos do sindicato e no clube do sindicato pelo que sei a maioria é da Assembléia de Deus e da Quadrangular. [F.P]

Esse mesmo trabalhador colocou-nos em contato com um companheiro sindicalista, pastor da Assembleia de Deus (Betesda). J.R., nascido em Araraquara, 54 anos, mudou-se para São Carlos aos 13 anos com seus pais, hoje pastor auxiliar, casado, tem dois filhos. Operário numa montadora da cidade de São Carlos relatou-nos momentos importantes da participação dos evangélicos na entidade. Além de ser um dos trabalhadores mais atuantes, foi um dos primeiros evangélicos a participar ativamente do sindicato.

Sua atividade como sindicalista não se limita à categoria de metalúrgico, visto que foi um dos redatores do projeto para a criação do sindicato dos pastores, bispos, e obreiros, no Estado de São Paulo, que por motivos burocráticos não pode ser homologada. Porém, foi em 1972 que integrou a comissão que formou o Conselho de Pastores do Estado de São Paulo (COPESP)⁴¹.

⁴¹ O Conselho de Pastores do Estado de São Paulo (COPESP) é um órgão criado para representar os interesses das igrejas evangélicas do Estado de São Paulo. Embora a iniciativa tenha sido tomada na década de 1970, a oficialização ocorreu em 05/01/1990. Teve como presidente emérito o pastor Francisco Inácio da Silva que ficou até 2000. Quando por motivo de saúde foi substituído pelo Bispo Carlos Castro atual presidente. Várias

[...] Vou começar falando um pouco do meu envolvimento com a Copesp e a iniciativa do sindicato dos pastores. Sou evangélico desde criança, mas ao contrário do que muita gente pensa de evangélico, nem todos são fanáticos nem vive fora do mundo. Ouço muito isso sobre nós, mas entendo como falta de conhecimento a nosso respeito. Na Assembléia de Deus até pouco tempo não existia pastor formado em Teologia, aqueles que se destacavam na pregação e a irmandade achasse que ele era ungido acabava sendo pastor, mas nos últimos anos recomenda-se que se faça faculdade de teologia. Eu não fiz, mas sou pastor auxiliar. A Copesp começou a ser pensada em 1970, aqui em São Carlos, a Assembléia de Deus, a Igreja do Evangelho Quadrangular e algumas outras foram as que apoiaram. A Universal ainda não tinha sido fundada. Foram várias reuniões até que em 1972, saiu o projeto, participei das discussões onde tive a oportunidade de conhecer pastores como Samuel Ferreira e outros importantes no meio evangélico. Fui nomeado para representar a região de São Carlos, mas como aqui não existia uma organização nos reunimos com os pastores de Ribeirão Preto, então fui indicado graças a Deus. Em 1977 o Conselho ganhou mais fôlego com a fundação da IURD que deu impulso as negociações. Uma das nossas principais preocupações era a regularização de muitas denominações, pois só assim elas poderiam recorrer à justiça em caso de problema jurídico. Mas o mais importante em ter uma organização como essa naquele momento era a união do povo evangélico. A consolidação do conselho só veio em 1990, demorou, mas Deus sabe de todas as coisas em diversos momentos pensamos em desistir, mas Ele nos deu forças e nesses anos todos de espera o povo evangélico cresceu bastante. Com a Copesp legalizada, começamos a pensar num sindicato que representasse a categoria dos pastores, bispos e obreiros do Estado de São Paulo. Como nós já tínhamos experiência com essas coisas por conta da Copesp, fomos chamados para redigir um programa sindical. Após algumas reuniões elaboramos, desta vez com mais igrejas participando, mas infelizmente por falta de documentação o sindicato não foi oficializado. Já a Copesp está em pleno funcionamento até hoje atuando no Estado todo, como tenho que trabalhar muito vou quando posso porque nos reunimos em Ribeirão Preto e não dá pra faltar do trabalho, e como faço o turno da noite, durante o dia descanso e ajudo nas coisas da casa [...]

Após ter nos relatado a experiência com a Copesp e o sindicato dos pastores, J.R. passou a falar sobre a militância no sindicato dos metalúrgicos e como os trabalhadores evangélicos foram chegando à entidade, a conciliação entre a doutrina e a militância, bem como as tensões.

[...] Já lhe contei sobre a minha vida religiosa e a Copesp. Agora vou falar um pouco sobre o metalúrgico. A fé caminha lado a lado com tudo no meu dia-a-dia, e no trabalho não é diferente, sair de casa pra trabalhar todo dia é uma luta às vezes. Mas em tudo há um propósito, minha família sempre quis que eu fosse pastor, meu pai queria que eu fizesse seminário, mas queria mesmo trabalhar com mecânica e acabei fazendo faculdade de engenharia mecatrônica, as duras penas para pagar. Tive que parar o curso no terceiro ano, pra só trabalhar guardar dinheiro para pagar as mensalidades, e consegui terminar o curso com trinta anos. Logo depois de formado consegui um posto de trabalho em Indaiatuba viajava todo dia, mas estava feliz por trabalhar no que gosto. Fiquei um bom tempo neste trabalho, mas com o nascimento da minha primeira filha comecei a procurar emprego aqui em São Carlos para ficar mais perto da minha esposa. Depois de um tempo surgiu uma vaga numa indústria da cidade, o salário era menor que no meu antigo trabalho, mas só de não precisar

denominações pentecostais e neopentecostais com seus líderes participaram da elaboração das diretrizes administrativas do Conselho, entre eles Bispo Edir Macedo, Pastor Samuel Ferreira da Assembleia de Deus entre outros.

viajar todo dia e ficar perto da família era bem melhor. No meu antigo trabalho a organização dos trabalhadores deixava a desejar e acabei ficando um pouco distante pra não dizer bem distante [risos] Diferente daqui de São Carlos em que o sindicato dos metalúrgicos é bem conhecido e atuante. Tinha experiência com organização sindical de uma categoria que muita gente acha que nem deve ser considerada profissão, mas a vontade de conhecer o trabalho dos parceiros aqui falou mais alto e lá fui. As primeiras manifestações de que participei foram as das paralisações na porta da fábrica onde conheci alguns trabalhadores mais antigos que me acolheram muito bem e me chamaram para as reuniões na sede. No início apenas participava para conhecer a realidade das condições de trabalho na fábrica, as necessidades essas coisas, não podia votar porque para isso é preciso estar filiado há três anos, independente disso me envolvi, o fato de ser evangélico e a experiência com a COPESP e o sindicato dos pastores, só veio à tona por ocasião de uma conversa com amigos do trabalho que me perguntaram qual era minha religião e como eu conhecia algumas coisas sobre burocracia? Então contei a minha experiência eles acharam interessante, e disseram que isso era bom. Inclusive me disseram que eles tinham amigos evangélicos no trabalho, mas que um ou outro participava e que até já tinham tido discussões na hora do almoço sobre religião. Numa das reuniões conheci um evangélico de outra empresa que expressou a necessidade de termos irmãos evangélicos participando do sindicato já que muitos trabalham nas fábricas da cidade. Foi assim que começamos a convidar os irmãos de nossas igrejas que trabalhavam nas várias fábricas da cidade. E pouco a pouco alguns começaram a ir, embora cheios de receio em função de algumas mentiras que espalham sobre sindicalistas. Com o tempo outros foram vindo, e hoje temos um número considerável, é claro que tem muita gente na igreja que torce o nariz para esses irmãos, mas como lhe disse no começo é falta de esclarecimento de que lutar pelo que é justo não corrompe nossa fé. A igreja Católica teve mais clareza em relação a isso até ajudou a criar o PT, porque nós evangélicos temos que achar que isso é pecado? Graças a Deus hoje os evangélicos estão mais interessados nos assuntos de política e procurando se informar mais sobre o mundo. É só ver como temos políticos evangélicos lá em Brasília, sinal que alguma coisa mudou [risos]. Fico feliz por saber que mesmo pouco posso contribuir com os companheiros de trabalho e ao mesmo tempo não perder de vista minha fé que é o que me sustenta a cada dia quando saio para trabalhar [J. R.]

5.2 Os evangélicos e a militância na visão dos dirigentes e trabalhadores não evangélicos

A partir da articulação igreja e sindicato é possível pensar as mudanças de ambos os lados, primeiro para os trabalhadores evangélicos que estão participando ativamente, visto que muitos mitos em relação à militância sindical que antes os preocupavam se atenuaram, embora haja grupos mais “conservadores” ainda no pentecostalismo brasileiro. Para os sindicalistas não evangélicos, visões estereotipadas sobre estes também estão se enfraquecendo ao perceberem através do engajamento de homens e mulheres trabalhadores que a pertença em uma Igreja não os impedem de se envolver com as questões sociais.

As entrevistas seguintes abordam alguns dirigentes sindicais e trabalhadores que convivem no mesmo espaço (fábrica e sindicato) com os evangélicos. Entre eles, J. L. 47 anos, casado, linha de produção numa montadora, nascido em São Carlos, neto de um dos fundadores do Sindicato, metalúrgico há 21 anos, atua na mesa diretora.

Quando perguntamos a um dos dirigentes o que representa para a entidade a presença dos evangélicos no sindicato, responde-nos.

[...] Temos muitos companheiros de luta evangélicos aqui, e isso é muito importante não só em número, mas porque eles são responsáveis e participantes. Na história do nosso sindicato sempre tivemos religiosos, a maioria de católicos. Os evangélicos que trabalhavam nas fábricas não nos davam ouvidos para ser sincero eu achava mesmo que crente não se envolvesse com política, e quando começaram a participar foi estranho. No início foi um depois veio outro e outro, tem pastor que participa aqui ele tem experiência em projeto social e temos também projetos então é bom ter por perto quem está disposto a ajudar. E antes de tudo somos todos trabalhadores temos um único interesse lutar por nossos direitos. Já tivemos alguns problemas com alguns companheiros que são cabeça dura e no início fizeram oposição achando que eles vieram a mando dos patrões vê se pode isso [risos] Conversamos com eles e explicamos que não é bem assim que pessoas são diferentes e que os evangélicos têm o direito de participar de qualquer sindicato... Tem companheiros muito queridos que aderem a todas as bandeiras, participam de greves . As companheiras evangélicas da Faber estão participando mais e os companheiros que falei que achava estranho mudaram e está tudo melhor aqui. Não há nenhuma restrição a religião aqui, tem católico, espírita, evangélico, de tudo. No dia do trabalho fazemos um culto ecumênico onde fala o padre, pastor quem quiser. Tem igreja evangélica que faz culto do trabalho e sempre somos convidados e como tem companheiro de luta nelas sempre vamos ou mandamos algum representante. Como todo mundo sabe aqui é lugar de luta do trabalhador independente da religião. [J. L.]

Em relação à questão, se o ser crente interfere nas decisões em conjunto no sindicato, se se recusam a participar ou discordam de algumas reivindicações que os trabalhadores levantam, destacamos as seguintes respostas:

[...] Não tivemos nada sério só uma vez em que após varias tentativas de negociação com os patrões e que decidimos pela greve na assembléia em que votaríamos, alguns companheiros estavam revoltados e disseram que tínhamos que parar todas as máquinas e se tivesse polícia a gente enfrentaria, os companheiros evangélicos se pronunciaram dizendo *que sim a greve, mas não entrariam em combate com os policiais eles são trabalhadores também e como nós estão fazendo o trabalho deles não faz sentido trabalhador bater em trabalhador vocês não acham?* Entendo a posição deles porque muitos quando chegaram aqui estavam cheios de dúvidas e sempre me perguntavam se não tinha violência. É normal, os sindicalistas nesse país sempre foram vistos como comunistas que querem fechar igrejas, vagabundos e baderneiros, foi assim por muito tempo, e como um crente me falou uma vez tem muito irmão de fé dele que pensa isso ainda. Mas aqui é um aprendizado como numa escola em que se aprende a pensar junto sobre a situação dos companheiros metalúrgicos. Mas com a presença de evangélicos em nosso meio as pessoas podem ver que não somos contra religião. Nosso sindicato começou no porão da Catedral e hoje ela tem companheiros de todas as religiões.

Uma queixa comum entre os sindicalistas não evangélicos, e mesmo evangélicos mais engajados, é de que muitos desses trabalhadores discordam de algumas diretrizes que estejam vinculadas ao PT (Partido dos Trabalhadores), principalmente após o surgimento de políticos do partido em esquemas como o do mensalão entre outros. N.C. que se considera ateu, 39 anos, operador de empilhadeira, sindicalista na cidade de Ibaté, vejamos sobre isso o que fala um dos dirigentes:

[...] Não dá para se pensar sindicalismo no Brasil sem o PT, não sou filiado a partido nenhum, mas, enquanto, trabalhador sei que o único partido que esteve até hoje ao lado do trabalhador foi o PT. A política é assim tem gente boa, mas tem muito mais desonesto e oportunista esperando pra levar a vantagem. O que não acho certo e sempre que posso converso com os companheiros evangélicos é o fato deles acharem que o PT inteiro é ruim. Na época dos escândalos nós discutimos algumas coisas aqui sobre isso. No ABC várias reuniões foram convocadas e em algumas estivemos presentes. Concordo que a credibilidade de um partido fica instável quando há alguém envolvido em sistemas de corrupção, mas como disse não dá para generalizar. Tem companheiro evangélico que nem vota mais porque dizem *que o povo se alegra quando o justo governa* e preferem não votar porque generalizam! [N.C]

A presença dos evangélicos na direção do sindicato têm sido uma constante. Em entrevista com o atual presidente da entidade Erick Silva, 33 anos, nascido em Santo André, veio para São Carlos aos 19 anos para trabalhar na Volkswagen em 1996 como inspetor de qualidade de peças, formado em Ciências Sociais pela Ufscar, atual presidente do Sindicato dos Metalúrgicos.

Quando perguntamos se tem conhecimento sobre trabalhadores evangélicos participantes no sindicato, responde-nos:

Sim há trabalhadores evangélicos de várias igrejas que não sei ao certo quais são, mas tem sim, aliás, com o tamanho que está o movimento evangélico hoje eles estão em todos os lugares. Na base da direção h não tinha esse peso que tem hoje, afinal ter cinco, seis é um número alto, e são ativos, jovens dá pra ver não é mais uma religião passiva aquela coisa vou ao culto todo domingo pronto e acabou, eles praticam diariamente a fé e são envolvidos temos até cantora Gospel aqui na direção [risos]. Essa tem sido uma diferença da Igreja Católica com o pentecostalismo também, agir não mais para preparar para vida eterna como eles faziam antes é uma diferença de postura, moral a meu ver.

5.3 O PT e os trabalhadores evangélicos

Quando se trata da questão do envolvimento com o PT e outros partidos de esquerda, há algumas resistências por parte de alguns trabalhadores evangélicos mesmo os ativos no sindicato. Muitas de suas queixas esbarram na chamada crise moral que estes

atribuem a alguns partidos em função da postura de muitos políticos. Entre eles o PT (Partido dos Trabalhadores) é o que mais se encaixa nos quesitos irreprováveis para os trabalhadores evangélicos, como no exemplo que apresentaremos: “[...] Gosto do sindicato, mas não do PT, lá tem muito ladrão que Deus um dia irá cobrar deles tudo o que fazem de errado aqui...”

Esta fala resume o sentimento de alguns dos entrevistados sobre o Partido dos trabalhadores. R. A. 47 anos, casado, soldador há 18 anos numa montadora, chegou ainda novo em São Carlos, trabalhou como pedreiro antes de entrar na montadora, participa assiduamente das reuniões sindicais, já foi da mesa diretora em gestões passadas, evangélico desde os 15 anos. Quando convertido, frequentava a Assembleia de Deus (ministério Madureira). Mas, após alguns anos, conheceu a Igreja Internacional da Graça onde está atualmente e possui o cargo de diácono.

R. A. Duarte é um militante engajado. Mas, quando questionado sobre o PT, por ser um partido que é considerado um partido de trabalhadores é reticente:

[...] Gosto do sindicato, mas não do PT, lá tem muito ladrão, que Deus um dia irá cobrar deles tudo o que fazem de errado aqui. Todo mundo acha que porque sou do sindicato sou político do PT, não é bem assim, não sou político de carreira. Como muito companheiro, sou do sindicato gosto de lutar pelos trabalhadores. Como em todo lugar há gente com boa vontade, mas tem gente que só quer levar vantagem também. Estudei a história do PT no sindicato quando comecei a participar para entender melhor, eles levavam um professor para falar com a gente. Sei que foram importantes para muitas coisas que temos hoje, mas o poder subiu na cabeça deles, começaram a se envolver com muita coisa errada. O pior é que tem muito político lá que é evangélico e que é desonesto, isso só serve para o povo falar que crente é mentiroso. Sabe, tem bastante político evangélico no PT, mas ao invés de honrarem o nome do Senhor que os colocou lá para ajudar o povo, estão fazendo o contrário. Essas coisas entristecem muito não só por ser crente, mas porque eles também não estão interessados na causa do trabalhador, trocaram o grifão pela gravata quando chegaram ao poder. O Lula é bom e continua simples, mas tem muitos que ele levou e que se esqueceu de onde saiu. Lá no sindicato tem vários companheiros que são petistas e também de outros partidos, mas eu não sou de nenhum e se tiver de ser para continuar no sindicato será difícil, mas eu saio porque aprendi muito nesses anos em que estou no sindicato, já fiz muita greve, subi em caminhão para falar com os companheiros, mas nunca vesti a camisa de partido... De nenhum [R. A.]

Mesmo entre os evangélicos e sindicalistas, a questão partidária é um dos temas que frequentemente suscita “tensão”. Durante a pesquisa em 2010, essa situação ficou mais evidente, uma vez que em ano eleitoral os trabalhadores ativos do sindicato, e filiados a partidos, enxergaram nesse espaço, como em todos os outros, a possibilidade de “fazer campanhas”.

Essa situação se agrava quando entre estes militantes partidários encontram-se trabalhadores evangélicos, que buscam fazer campanhas para seus candidatos e passam a usar

o espaço do trabalho e do sindicato, despertando a indignação de alguns trabalhadores evangélicos, como a de B.P., um jovem de 32 anos, torneiro mecânico, casado, migrou de Pernambuco para São Paulo para trabalhar. A fé sempre foi sua aliada nessa jornada. Filho de evangélicos, desde muito cedo frequentou cultos na Assembleia de Deus onde foi batizado.

Começou a trabalhar na região do ABC, ficando ali por oito anos quando conheceu sua esposa também metalúrgica e natural de São Carlos. Após o casamento, vieram morar na cidade e, com a experiência de trabalho do ABC, conseguiu emprego numa montadora. O envolvimento com o sindicato veio logo que entrou na fábrica. Foi convidado por um irmão da igreja que trabalhava com ele. Já havia participado de algumas greves no ABC:

[...] Aqui é bem diferente de Santo André, o sindicato é bem menor todo mundo se conhece. Isso ajuda bastante, porque um companheiro mesmo que seja de outra fábrica tem contato com a gente. É a vantagem de um sindicato de cidade pequena, eu mesmo não sabia no início que o sindicato aqui era forte, quando fui convidado para uma reunião fiquei meio pé atrás, mas depois vi que era sério, e também tem irmãos da igreja nas reuniões isso é uma benção. Minha mãe sempre me fala que Deus coloca seus servos em todos os lugares, pena que eles não honram a sua vontade e ficam se promovendo e fazendo campanha em época de eleição. aqui tem sido assim nos últimos meses está uma vergonha, as pessoas podem escolher o que vestir, sua religião e em quem vai votar, mas querer que eu vote num candidato só porque ele é evangélico e do Partido da maioria assim não dá... Nunca vi tanta cara nova no sindicato como em ano de eleição tem parceiro de trabalho que nunca foi, agora está indo pensando que terá vantagem. Esses dias apareceu um irmão da igreja que será candidato ele também trabalha aqui, só agora veio e fica usando a palavra de Deus para tentar pegar voto dos companheiros de fé, porque sabe que somos bastante. Já discuti isso com o pastor ele acha errado também, e até já pregou no culto sobre isso falando dos Fariseus que ficavam orando em voz alta para mostrar que tinham muita fé. Para mim é a mesma coisa eles vêm aqui, e dizem que nós crentes temos que votar em irmão, e pedem para que façamos orações. Acho errado que eles usem o sindicato para isso porque o sindicato não é de partido nem de igreja ele é do povo trabalhador. [B.P]

Fica claro nesse contexto que o espaço do sindicato passou a ser também um espaço de disputa mais que política, mas de identidade religiosa na medida em que diferentes denominações evangélicas com seus trabalhadores e candidatos estão se aproximando das atividades da entidade E nesse sentido a crítica de nosso entrevistado aponta um aspecto, ainda que com conotação negativa, de que o sindicato tem sido alvo de distintos grupos políticos, inclusive religiosos.

No interior do sindicato os evangélicos divergem, principalmente, quando se trata de votar ou não em candidatos indicados pela igreja, por um lado, e pelo sindicato que tem interesse por vezes em eleger algum candidato que possa assim levar suas demandas junto a esfera pública por outro. Portanto, a não cooperação (não votando nestes candidatos)

com um “corporativismo”, considerado ideal para B.P. é o que tem levado alguns trabalhadores evangélicos a se esquivarem da militância, sem, contudo, perder de vista a importância do papel do sindicato para a categoria como costumam chamar.

Notarmos que essa mudança de comportamento dos evangélicos em relação à política e seus desdobramentos é fruto de redefinição da moral, isto é, a noção de certo e errado já não mais se justifica pela ideia de vida plena em consonância com os requisitos exclusivamente divinos. Com a ascese *intramundo* do pentecostalismo atual, a moral enquanto código de regras para um viver bem, segundo a vontade suprema, deslocou-se para o aqui e agora, de tal modo que as consequências das suas ações individuais ou coletivas se manifestam no julgamento que a sociedade fará (WREGE, 2001)

Nesse ínterim, podemos pensar a estrutura do campo religioso lembrando o pensamento de Bourdieu, entendendo os signos religiosos como moeda, intercambiando assim o capital religioso enquanto estrutura estruturante, na medida em que cada vez mais diferentes denominações surgem e por sua vez disputam o terreno de influência nos diversos segmentos sociais.

[...] Em função da sua posição na estrutura da distribuição do capital de autoridade propriamente religiosa, as diferentes instâncias religiosas, indivíduos ou instituições, podem lançar mão do *capital religioso* na concorrência pelo monopólio da gestão dos bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso enquanto poder de modificar em bases duradouras as representações e as práticas dos leigos, inculcando-lhes um *habitus* religioso, princípio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações, segundo as normas de uma outra representação religiosa do mundo natural e sobrenatural, ou seja, objetivamente ajustados aos princípios de uma visão política do mundo social. (BOURDIEU, 1974, p. 57)

Essa disputa não se restringe ao âmbito religioso. E como podemos ver, o interesse dos agentes produtores da salvação (pastores) em vender seu produto para os clientes (leigos) lança mão do aspecto religioso para assim alcançar os espaços seculares da sociedade como a política.

Entre os trabalhadores evangélicos, há dissensos quando se trata do uso do credo religioso para se atingir os objetivos de ordem política e da forma como alguns grupos evangélicos têm procurado conciliar as esferas. As trocas de experiências entre os trabalhadores evangélicos da Assembleia de Deus e Congregação Cristã no Brasil apontam para esse fator.

Numa dessas reuniões do Sindicato, um dos dirigentes, T.O. Ribeiro, que já foi vereador numa cidade da região, e membro da Igreja Evangelho Quadrangular, 57 anos, casado, engenheiro de produção há 19 anos, comentou:

[...] É comum na IEQ termos candidatos para cargos políticos em todas as esferas, mas não fazemos campanhas nas Igrejas, o que fazemos é exortar o fiel a votar em homens e mulheres que estão compromissados com a verdade e justiça. Os fiéis acabam votando nos candidatos evangélicos, e isso dá margens para alguns “irmãos de fé” de outras igrejas nos acusarem de convencer os trabalhadores evangélicos de votarem em candidatos crentes. Nossos irmãos da Assembléia de Deus também elege políticos e afinal “quando o justo governa o povo se alegra”. Nos últimos anos nós evangélicos começamos a nos envolver mais com a política, isso é bom, os católicos sempre fizeram e ninguém achava errado por que os evangélicos não podem? Somos eleitores também! Aqui no sindicato temos evangélicos de várias igrejas, mas antes disso somos trabalhadores. O fato de sermos filiados a partidos incomoda alguns irmãos, mas conversando tudo se resolve, já tivemos reclamações de que em época de eleição evangélicos usam o sindicato para fazer campanha, mas não é bem assim. Outra reclamação de alguns trabalhadores evangélicos é que temos muitos sindicalizados filiados a o PT, e eles não concordam com isso, porque acham que o sindicato não deve ter partido. Por isso fizemos uma reunião para esclarecer essas coisas. Como disse temos trabalhadores que são evangélicos, são participativos acompanham as reuniões, fazem greves, mas nem todos pensam dessa forma, porque tem Igreja que não aprova o envolvimento dos fiéis com política. Os irmãos da Congregação Cristã, por exemplo, que trabalham lá na fábrica não se envolvem com política, alguns criticam o nosso trabalho aqui no sindicato, mas é que eles obedecem às ordens do ministério, mas tem trabalhador aqui que é da cristã, mas não é filiado a partido eles até se manifestaram uma vez que um companheiro do PT do ABC veio aqui dar uma palestra, dois deles deixaram o sindicato, mas os outros continuam. É assim que as coisas funcionam nem todo mundo é igual né. [T. O]

Outro aspecto na trajetória dos trabalhadores evangélicos, no sindicato, está relacionado às campanhas pela direção da entidade, mais especificamente em relação às bandeiras sindicais em disputa. A relação de uma das chapas com o Partido dos Trabalhadores (PT) tem gerado descontentamento em alguns trabalhadores evangélicos por não se afinarem com o discurso petista. Todavia não se trata de regra geral entre os pentecostais, uma vez que a aproximação pentecostalismo e PT, nos últimos anos, está cada vez mais presente.

O. R. Lima, 46 anos, trabalhador da ferramentaria, começou a militar quando ainda era motorista de ônibus em Recife, cidade em que nasceu. Veio para São Paulo aos 27 anos, nasceu em família evangélica, frequenta a Igreja Assembleia de Deus (Ministério Madureira), casado, tem três filhas.

A participação no movimento sindical levou o trabalhador à politização. No entanto, a oposição que faz ao PT é mais de ordem “moral” do que em relação à plataforma do partido. E uma vez que uma das chapas na disputa historicamente mantém relações com o partido, sua oposição é justificada pelo fato de que, se o PT envolveu-se com escândalos políticos o que pensar desta chapa que está concorrendo, questiona nosso entrevistado.

[...] O problema não está no PT como um todo, porque pessoas honestas e desonestas estão em todos os lugares, Muitos amigos do trabalho me perguntam por que não voto nos candidatos do PT. O fato de não votar neles é porque com tantos escândalos com o qual o partido se envolveu, não dá para confiar. E como a chapa de oposição é ligada ao PT fico pé atrás entende... Já fui acusado de ser pelego por alguns companheiros de trabalho, e tive que explicar que não aceito a desonestidade que alguns políticos do PT cometeram! Isso não acontece apenas no PT, afinal a política no Brasil está repleta de corrupção. O que me incomoda é que o partido dos trabalhadores é um partido que desde o início falava na defesa do trabalhador que por tanto tempo foi explorado nesse país. Demoraram pra chegar ao poder até que conseguiram com Lula, que sempre admirei por ter vindo do povo, de baixo, mas depois que subiram ao poder muita coisa mudou denúncias surgiram e foram confirmadas. E por essa razão não acho correto apoiar uma chapa que esteja ligada a um partido que tenha se envolvido com tantos escândalos, penso que o sindicato deve ser livre da influência de qualquer partido e sim representar os trabalhadores. Porque tenho visto aqui no sindicato nos últimos anos brigas entre chapas mais por questão de partido do que pelo interesse no trabalhador. Do mesmo jeito que aconteceu no PT em que os companheiros que cresceram no partido quando chegaram ao poder se esqueceram dos trabalhadores [...]

A participação dos evangélicos numa das chapas concorrentes, que apóia o Partido dos Trabalhadores, é uma situação delicada para O.R., pois para ele as orientações ideológicas do PT nada têm de perigosas para os evangélicos, mas a imagem de alguns petistas que se deixaram corromper compromete os “irmãos de fé” na medida em que estes devem ser “sal e luz no mundo”:

[...] Ser evangélico exige algumas posturas diferentes das demais pessoas, isso não faz de nós diferentes, mas tem coisas que não podemos simplesmente aceitar. Sou da Assembléia de Deus nossa igreja tem mudado alguns costumes há alguns anos, você já deve ter visto nossas mulheres usando calças com cabelos curtos. Coisas que pareciam impossíveis mudaram, isso é bom porque vestimenta não faz caráter, o que faz e a fé e no ambiente de trabalho temos que ser sal e luz como nos ensinou Jesus. Isto quer dizer que não podemos aceitar a corrupção. Quando me envolvi com o sindicalismo foi por ter visto que o trabalho era sério, era novo também cheio de esperança. Aqui as coisas são diferentes de lá de Recife. A categoria é outra entre os metalúrgicos a militância é mais combativa, e o fato de ter irmãos de várias igrejas participando é muito bom, mas temos que ter cuidado com algumas seduções que a política nos trás. Poder é bom, mas corrompe, e é por isso que nós crentes temos que ser exemplos, de como é possível participar da política de forma correta, e o sindicato tem que ter pessoas assim. Nunca pensei em cargo lá, já fui chamado para participar de campanha, mas recusei gosto mesmo é de saber das coisas de votar quando tem que votar pra decidir alguma coisa, sem cargo é melhor penso assim [O.R.]

O engajamento com a entidade, por parte dos trabalhadores evangélicos, implica participar dos pleitos e, nesse caso, o ano de 2010 foi decisivo e dividiu a opinião dos trabalhadores. Um deles membro da igreja Batista apoiou a chapa filiada à Central Geral dos Trabalhadores (CGTB). O outro, por sua vez, defende a bandeira da chapa filiada à Central

Única dos Trabalhadores (CUT). As duas chapas foram concorrentes na eleição⁴² para a nova diretoria do sindicato realizada em setembro de 2010.

J. C., 46 anos, reparador, casado, uma filha, metalúrgico há 23 anos, de família evangélica, frequenta a igreja Batista, envolvido com o sindicato há mais de 15 anos, considera a chapa I ligada à CGTB mais competente para continuar à frente do sindicato devido ao trabalho que vem realizando ao longo dos anos em que está na diretoria:

[...] Tenho visto o trabalho dessa diretoria há tanto tempo, eles tem se empenhado em representar todos os trabalhadores da cidade e da região, nos ouvem nas reuniões nos chamam para conversar sobre nossas necessidades. É claro que nem tudo que queremos acontece. Lutar contra patrão não é fácil e o que esses trabalhadores já fizeram em mais de quarenta anos nesse sindicato é mais que prova da competência e compromisso com a classe trabalhadora. Basta ver a história de luta que nossos antigos companheiros tiveram para consolidar a entidade, além do mais a outra chapa tem o apoio do partido mais influente do país e isso influencia e muito, tem trabalhador, por exemplo, que não concorda com o PT então você acha que eles votarão neles? A CGTB fez campanha em 2006 para Lula, lembro que o quinto congresso aconteceria aqui na cidade, mas como era ano de eleição e o apoio dos metalúrgicos a um metalúrgico era necessário, fizemos carreatas, comícios, fomos para frente das fábricas buscando o apoio para Lula. Foi uma vitória quando Lula foi eleito vimos a possibilidade de renovação de mais garantias para o trabalhador brasileiro. Entende que não sou contra o PT nem o Lula, mas não gosto do fato de termos uma representação sindical que se ancore num partido, principalmente depois que esse partido está na situação. Não dá para confundir política com politicagem. Entendo que a CUT e o PT tenha uma história que caminham juntas, mas isso não deve afetar as decisões da entidade. As propostas da chapa II são boas, mas história pesa e experiência mais ainda, e isso a chapa I tem e bastante. Eles falam em renovação é justo e sadio para o processo eleitoral esse debate, mas a meu ver a influência petista na chapa deve ter limites. E antes de tudo temos que pensar que é um sindicato, que as portas tem que estar abertas para os trabalhadores e não aos partidos. Minha filha sempre me fala que sindicato é palco para futuros políticos não acho que ela esteja errada, porque nesses anos todos de sindicato, já vi vários que se tornaram vereadores, deputados e até um presidente [risos]. Tem suas vantagens, é sinal que o trabalhador está chegando ao poder, mas o problema é quando o trabalhador é esquecido por eles. Por essas coisas que peço sempre para Deus que ilumine todos do sindicato, crente ou não, e agora que é período de campanha mais ainda, porque seja da chapa I ou II somos todos trabalhadores unidos por um mesmo sentido que é melhorar a vida dos homens e mulheres metalúrgicos da cidade. [J. C. M]

Percebemos na fala de J.C. o quanto a história e a experiência são elementos que o levam a considerar a chapa I ligada a CGTB como a mais capacitada.

⁴² No dia vinte de setembro de 2010, foi realizada eleição para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos e Ibaté, estavam em disputa duas chapas, a primeira tendo sua diretoria ligada a CGTB (Central Geral dos Trabalhadores) e a segunda intitulada “Transparência Democracia e Organização” ligada a CUT (Central Única dos Trabalhadores). Segundo dados do site do sindicato estavam aptos a votar 4227 trabalhadores tendo comparecido as urnas 3602. A chapa I recebeu 1984 votos, enquanto a chapa II 1618, brancos 21 e nulos 48. “Jornal O Metalúrgico” <http://www.metalurgicosdesaocarlos.org.br/>

Outro trabalhador também evangélico diverge em vários aspectos da anterior, pois, enquanto um confia na tradição, sinônimo de experiência e história, o outro enfatiza a necessidade de mudança através da renovação da diretoria.

Para F.P., 35 anos, casado, dois filhos, técnico em eletrônica, membro da igreja Internacional da Graça, acredita na renovação que a chapa cutista pode trazer para o sindicato.

[...] Dizem que em time que está ganhando não se mexe! Mas e em time que não se ganha e a inda continua no poder? Entende! È o que está acontecendo aqui, no sindicato há anos. Não precisa ter muito tempo de sindicato para perceber, sou exemplo disso, trabalho como metalúrgico há onze anos na mesma fábrica. E foi assim desde o início sempre os mesmos. Meu interesse pelo sindicato demorou um pouco para acontecer, mas numa das greves longas, alguns amigos do trabalho me explicaram as razões e como era importante fechar os portões, enquanto os patrões não nos chamassem para negociar. Foi então que comecei a participar. Teve uma coisa que me incomodou bastante no sindicato por ser uma injustiça! Metalúrgico com menos de três anos de trabalho mesmo sindicalizado não pode votar. Por quê? Se somos trabalhadores iguais e passamos pelas mesmas coisas! Como não entendia muito da burocracia da entidade, por ser novo na fábrica, perguntei para alguns amigos com mais tempo de trabalho se era uma regra da direção. Eles disseram que a diretoria quem fazia o estatuto e isso estava lá. Fui aprendendo mais sobre o funcionamento do sindicato com o tempo, indo às reuniões, conversando com os amigos do trabalho. Quando vi já estava familiarizado, mas não engolia muito porque sempre os mesmos na direção. Os anos foram se passando e as coisas foram se encaixando. Não sei se você sabe, mas o sindicato já tem quase cinquenta anos e nunca teve outra chapa na direção. A atual diretoria é filiada a CGTB e ninguém compete com eles. Nós que apoiamos a chapa da CUT, não nos esquecemos da contribuição deles para o sindicato, só queremos renovar, mexer no time. Eles nos chamam de cutistas eu pelo menos não sou cutista nem petista, sou trabalhador sindicalizado que quer mudança! Eleição é para isso para dar uma chance aos outros, a partir das propostas é que podemos ver quem é melhor, lembra que falei pra você que uma das coisas que achava injusto, era trabalhador novo no sindicato não poder votar, uma das coisas que essa chapa nova tem de proposta, é de mudar o estatuto para que todos os trabalhadores tenham o voto livre, além da negociação das PRLs, isso é muito importante pra gente. Não sei quem irá ganhar, mas meu voto já está definido é na chapa II, eles estão trabalhando duro e agora está na reta final. Que seja feita a vontade de Deus e que aquela que ganhar possa fazer um bom trabalho, procure uma forma de nos representar bem, esses tantos trabalhadores da cidade [...]

Estas duas entrevistas foram realizadas em 2010, na primeira quinzena de setembro, dias antes da eleição, em meio a debates e “acusações”, como é comum em época de eleição. Vimos que os trabalhadores divergiram em aspectos considerados decisivos para a manutenção de uma entidade sindical. Porém, a relevância que deram ao elemento tradição, e vínculo partidário, mais uma vez apareceu como ponto alto.

Consideramos importante ouvi-los, no pós-eleição, para ver em que medida as expectativas e “descrenças” na chapa vencedora estão relacionadas ao princípio ético e moral, que sustentam em seu engajamento no trabalho, e por sua vez no sindicato. Desta vez começamos por F.P. cuja vitória da chapa Transparência Democracia e Organização, ligada à

CUT, representaria mudanças e avanços para os trabalhadores, conforme exposto em sua fala pré-eleição.

Pedimos que Telles falasse um pouco sobre o que achou do processo eleitoral do resultado e quais suas perspectivas sobre a nova diretoria, considerando as dificuldades que terão pela frente.

[...] Posso começar falando que estou feliz [risos]. Todos ganharam com essa eleição. Quando conversei com você faltavam poucos dias para a eleição acho que deu para ver que eu acreditava que a chapa II iria ganhar, mas sempre fica um medo, porque como eu falei nunca outra chapa tinha conseguido, mas deu tudo certo ganhamos. Deus nos abençoou colocando essas pessoas, e tem que acreditar que eles vão fazer um bom trabalho tem homens e mulheres de confiança que conhecemos de várias fábricas, e tem que ser assim para todo mundo ser representado sem favorecer ninguém. Poderia ter tido muito mais trabalhador votando se não fosse o estatuto proibir, mas agora que eles serão empossados, penso que irão brigar para mudar esse negócio que só prejudica todo mundo, afasta trabalhador do espaço que é dele porque se sente diferente por não poder votar, não sei se falei para você da negociação da PRL. Esse é um direito da gente que dá um duro o ano todo, muitas vezes tem que trabalhar em feriado, vender férias para ganhar mais um pouquinho. Na campanha foi falado bastante sobre isso para que se tenha paridade porque tem fábrica de outra cidade que o valor é maior que aqui, não é justo e o sindicato tem que defender esse nosso direito. Sobre as dificuldades né! Foi isso que perguntou? Então dificuldade tem em todos os lugares e a corda sempre arrebenta pro lado do mais fraco, e no Brasil o mais fraco é o trabalhador que não é respeitado quando trabalha e depois que se aposenta menos ainda. O Sindicato está lá para enfrentar tudo! Foi assim desde o início os trabalhadores querendo um espaço e muita gente achando que eles eram baderneiros, até hoje tem gente que pensa isso da gente, que somos vagabundos por isso fazemos greve. O sindicato aqui na cidade ajuda muitas pessoas tem curso profissionalizante, tem o clube de campo para os trabalhadores e suas famílias um lugar bom para levar as crianças, imagina se não tivesse nossas crianças não saberiam o que é um clube porque pagar mensalidade é para rico. Essas coisas todas foram construídas com muita dificuldade pelos trabalhadores. Agora chegou a vez da nova diretoria, enfrentar as dificuldades, mas ninguém está sozinho e se fomos nós trabalhadores que votamos neles temos que dar apoio e entender que nem tudo acontece da noite para o dia, eles terão que trabalhar muito, e creio que Deus vai guiar os passos deles e de nós todos porque nada acontece sem a vontade dele, não cai uma folha de uma árvore se não for de sua vontade. Falei que todos os trabalhadores ganharam com essa eleição porque agora tem gente nova, sangue novo e é claro que vamos cobrar deles, antes de tudo honestidade e compromisso e que tenham sabedoria para conduzir as decisões. Depois da eleição alguns amigos de trabalho que votaram na outra chapa disseram que tem medo do que possa acontecer daqui para frente se muita coisa vai mudar perguntei pra eles porque eles têm tanto medo da mudança. Lembrei da eleição do Lula do mal que falavam do PT e que um operário sem estudo não poderia ser presidente, mas veja bem quanta coisa boa aconteceu tem muito para se fazer ainda, mas fome muita gente que passava não passa mais. E se ele não tivesse tido a chance dele, talvez hoje estivesse pior. Eles ficaram pensando pelo menos. É o que digo sempre, se o time não está bem não é só trocar o treinador tem que trocar o time inteiro foi o que aconteceu aqui foi de maneira justa nas urnas e a vontade do trabalhador foi feita agora é apoiar o trabalho dos companheiros e orar muito por eles. [F. P]

A mesma pergunta foi feita a J.C., e vejamos o que pensa a respeito da eleição e seus desdobramentos para a entidade.

[...] Bem alguém teria que ganhar, de fato não fiquei satisfeito com o resultado enquanto trabalhador pelas coisas que penso sobre a chapa II, por tantas promessas, desconfio sempre de muitas promessas e quando tem político por trás então mais ainda né [risos]. Foi uma eleição bem concorrida à diferença de voto foi pouca, eles levaram porque fizeram muitas promessas isso é fácil em época de campanha o duro é cumprir. Vamos ver como eles conduzirão as decisões, fiquei um pouco chateado sim com o resultado porque queria muito que a chapa I tivesse ganhado por serem homens sérios e porque já conhecemos o trabalho deles na diretoria, mas os caminhos que Deus toma, para nos ensinar as coisas só ele sabe, Tem alguns irmãos da igreja que trabalham em outra fábrica onde quase todos votaram na chapa II, conversamos depois de um culto sobre a eleição eles me falaram que votaram neles porque querem novidade dar oportunidade para os mais jovens e que na chapa II tinha trabalhadores mais jovens. Da minha parte prefiro os mais velhos, mas eleição é para isso né! Cada um vota de acordo com o que acha melhor. Pelo que andei conversando com os companheiros de trabalho que são crentes também a maioria votou na chapa II, porque não concordaram com a chapa I e mais ainda pelo fato da chapa II ter que entrar na justiça pra poder concorrer, acharam desonesta a atitude da chapa I. Não sei bem qual é a verdade em tempo de política tem hora que você não sabe o que é verdade ou fofoca por isso que vi as propostas das duas, e pedi muito para Deus e orei durante dias pra não ser injusto com ninguém e escolher o melhor. E uma coisa que pesou bastante é que vi muita promessa da chapa II e já diz o ditado que quando a esmola é demais o santo desconfia! Acabei decidindo pelos trabalhadores mais velhos e porque já senti que o trabalho deles é sério mesmo tendo coisas que não conseguem fazer. A bíblia tem um versículo que fala que há tempo pra tudo creio que o tempo deles já tenha acabado e que agora Deus está dando a oportunidade para essas novas pessoas. Conheço alguns membros da chapa deles são pessoas honestas e trabalhadoras, por isso, mesmo não tendo votado neles é que espero que as coisas que prometeram possam ser realizadas e se Deus quiser nossa situação irá melhorar, na fábrica onde trabalho as coisas estão péssimas não é o meu caso, mas tem colega que nem vê os filhos mais, esses dias mesmo um amigo me contou que anda discutindo muito com a esposa porque ele não tem tempo pra ficar em casa. Fora outras coisas como trabalhador que fica doente, e que tem que ficar encostado pelo INSS até conseguir aposentadoria, às vezes não consegue e tem que trabalhar doente mesmo isso é uma vergonha! Durante a eleição tinha colega de todas as fábricas falando do que acontecia achei muito interessante porque tem fábrica que a situação é um pouco melhor e sabendo das dificuldades de todos os lugares fica bem mais fácil o trabalho da nova diretoria. E como eles falaram os trabalhadores tinham que cobrar de quem ganhasse compromisso com os companheiros. Eles ganharam e é isso que farei e acho que todos os colegas que votaram na chapa I. Assim a vida vai seguindo com muita fé e trabalho. [J. C]

Não queremos fazer generalizações do tipo o protestante (pentecostal) rompeu com a tradição e por conta disso acata a toda mudança de paradigma, e transformação social; no entanto, é visível que há consideráveis mudanças na postura em relação a assuntos até então considerados por estes indiscutíveis, a exemplo do envolvimento dos trabalhadores com a militância sindical.

No decorrer da pesquisa, sobretudo durante as entrevistas, alguns trabalhadores deixaram claro seu posicionamento sobre a militância e suas vinculações religiosas – em alguns casos vendo como uma relação “natural” frisando a ideia de que ser crente não impede a participação em questões políticas, mesmo quando estas são de tom combativo.

Ao entenderem que o sindicato trata-se de um órgão que procura defender os direitos do trabalhador quando estes estão sendo injustiçados, sentem necessidade de conhecer a entidade. O fato de ter “irmãos de fé” participando se torna um elemento atrativo já que a intensificação do diálogo e a aproximação da igreja colabora para o conhecimento do sindicato e a participação em suas atividades.

Os efeitos da filiação religiosa nas atividades do sindicato variam de acordo com a denominação a que pertencem, alguns mais ativos, outros mais tímidos e nesse aspecto os membros da Assembléia de Deus encaixam-se no primeiro grupo apresentando transformações mais radicais, transitando mais intensamente na esfera pública. Diferentemente dos trabalhadores da Congregação Cristã no Brasil, com algumas exceções, ainda mantêm-se mais distante das questões políticas no que toca ao envolvimento.

Observamos ainda que, para os trabalhadores das igrejas neopentecostais, a participação em movimentos reivindicativos ocorre de forma mais tranquila em função de uma maior flexibilidade por parte dos ministérios em relação às demandas políticas, como Entre eles se manifestam opiniões como temos que ser *sal e luz no mundo*. A idéia de mundo aqui diz respeito a esferas “seculares”.

A preocupação com a relação sindicato e PT aparece em alguns casos, sobretudo pelo envolvimento de candidatos do partido com esquemas de corrupção.

Embora haja diferentes interpretações sobre a militância entre os grupos evangélicos, num ponto a adesão religiosa não parece fazer diferença, quando se trata da questão da justiça no trabalho, ou quando se questiona o papel do “crente no mundo”, que tem ganhado nova interpretação enfatizando a sua ação neste mundo, sem, contudo, deixar de ser mensageiros de um reino divino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O revigoreamento da religião na atualidade poderia levar-nos a pensar na inviabilidade da teoria da secularização: o Estado moderno e racional. Segundo Berger (1985), esse fato aponta para o confronto das tendências duais de secularização e contra-secularização. A expansão do pentecostalismo no Brasil nos últimos 20 anos tem sido um destes desafios para sociólogos, antropólogos e demais pesquisadores. Primeiro no exercício de compreender a queda no número de católicos tradicionais para o pentecostalismo; segundo pela forma como esses novos religiosos estão alcançando visibilidade em outras áreas sociais.

A ampliação da oferta religiosa, por um lado, diminuiu o poder de influência do catolicismo, sobretudo com o aumento no número de pentecostais e neopentecostais, embora outras religiões tenham ganhado adeptos pelo país.

Mas nada comparado ao pentecostalismo, pois este é o grande responsável pela alteração no campo religioso brasileiro, dado favorecido pela variedade de denominações com regras doutrinárias e ritualísticas distintas que nas palavras de Marion Aubrée (1998) dão forma a uma “constelação pentecostal”.

Segundo Oro (2010), as interpelações do avanço evangélico no Brasil não se limitam ao terreno religioso especificamente, mas adentram outros espaços “seculares”: mídia, arte, e principalmente a esfera política. Neste último caso, as motivações que os levaram a buscar seu espaço são de ordem simbólica e prática, simultaneamente. Impulsionados pela mensagem bíblica de que é necessário levar homens escolhidos por Deus para o campo político para expurgar a corrupção, as igrejas evangélicas se mobilizam a cada ano eleitoral para eleger seus candidatos.

No plano prático, ao estabelecer relações com o poder público, o interesse das igrejas pode ser defendido. Entre eles se sobressaem os projetos de lei que regularizam a concessão de emissoras de rádio e televisão por serem estas ferramentas eficazes na anunciação do evangelho (MARIANO, 2005).

Não queremos superdimensionar a influência da religião, mas é inegável que a presença dos signos religiosos nas diversas formas, discursos e ações interferem em tomadas de decisões em instâncias públicas e políticas antes impensadas no caso do pentecostalismo.

Essa relação, no entanto, é um pouco complexa em virtude da representação de mundo dos religiosos. No caso dos pentecostais, as novas recriações e visões de mundo deixaram de entrar em conflito com as instituições recentemente, quando este grupo ávido por reconhecimento político procurou adentrar suas esferas.

Processo decorrente da pentecostalização da América Latina, Stoll (1990) pergunta no livro *Is Latin America turning Protestant?* Se os países do cone-sul estariam se encaminhando para uma onda de pentecostalização, o que provocaria mudanças significativas com a participação destes novos atores religiosos em outros campos sociais.

Passados 21 anos após a pergunta de Stoll (1990), vivemos hoje no Brasil um cenário em que os pentecostais não só aumentaram estatisticamente como passaram a participar das diferentes instâncias políticas desde as Ongs, passando por sindicatos, prefeituras, até o Congresso Nacional.

Se por um lado as igrejas tiveram de flexibilizar alguns costumes e práticas como condição para entrar no mundo político laico, por outro as agências políticas foram convidadas a conviver com um grupo cujas opiniões se baseiam em determinados casos em fundamentos teológicos. Dessa maneira, há um processo de mudança nos dois sentidos. E no caso do envolvimento dos pentecostais com a militância sindical, mais que entender a politização da religião (embora suas implicações políticas sejam profundas como podemos ver na atuação dos trabalhadores evangélicos), é necessário entender que a identidade religiosa passa a ser a referência para a participação na entidade.

Retomando o que falávamos inicialmente sobre a secularização, entendida como a religião subordinada à racionalidade do Estado Moderno, isto é ser um elemento da vida privada. A entrada dos evangélicos nos movimentos sociais e políticos representam uma ruptura, já que a religião deixa de ser uma prática com objetivos de salvação num mundo futuro. Esse é certamente o ponto central que procuramos esclarecer em nossa pesquisa, sobretudo pela natureza ideológica do sindicato em contato com um discurso religioso e seus valores morais.

O interessante é que o sindicato em questão é fruto da articulação Igreja e trabalhadores, a exemplo de muitos pelo país em decorrência da Teologia da Libertação, momento em que o clero Católico se aproximou dos trabalhadores. Em São Carlos esse processo se deu por meio da figura do Padre Antonio Tombolato, que teve a iniciativa de

ceder os porões da Catedral para os trabalhadores se reunirem e daí todo o desdobramento, conforme já vimos.

Nesse sentido, a instituição carrega uma relação com a religião (Católica) desde sua origem. Entretanto, diante da maneira como os evangélicos se portaram durante anos em torno dos movimentos sociais reivindicativos, isto lhes gerou um estereótipo de “apolíticos”. Num primeiro momento a presença destes trabalhadores evangélicos afinados com a militância sindical nos pareceu “estranha”, mesmo com as mudanças de postura e interpretação da atividade política que tem se desenvolvido em seu meio.

Mas à medida que fomos vendo diversos trabalhadores evangélicos nas atividades do sindicato, pudemos observar que os conflitos entre os discursos e práticas pouco apareciam; pelo contrário, a identidade religiosa ajuda a estabelecer diálogo entre eles. Desenha-se nesse caso uma rede entre os trabalhadores evangélicos operando no acesso daqueles que ainda não conhecem o sindicato, mas que por ter conhecimento de “irmãos de fé” que participam se sentem convidados por estes a irem às reuniões ou em outras atividades promovidas pela entidade.

Segundo Barnes (1987), uma rede é formada a partir dos processos sociais que envolvem conexões que transpassam ou não limites de grupos e categorias, podendo ser interpessoais de vizinhança, familiares e que visam alguma finalidade ou apoio para alguns objetivos. No caso dos trabalhadores evangélicos estudados, a definição de Barnes encaixa-se, uma vez que a aproximação entre eles é favorecida por outros aspectos como a proximidade das casas, o mesmo local de trabalho, os jogos de futebol aos finais de semana na chácara da igreja, nos almoços comunitários, entre outros.

Neste caso, esses elementos orbitam em torno da igreja, que aparece como o centro onde ocorrem os contatos e por sua vez as informações sobre o que significa a atividade sindical, de modo que os demais elementos citados fortalecem o trajeto entre igreja e sindicato.

Decorre daí um exercício por parte da cúpula das igrejas no ajustamento dessas novas “tendências” entre os fiéis, isto é, mais combativa quando se trata de defender seus direitos enquanto trabalhadores não aceitando simplesmente as diretrizes colocadas pelos patrões, mas sim ver em que medida seus direitos não estão sendo lesados.

Há nesse caso uma convergência de interesses que se coadunam: por um lado o sindicato com a função de orientação ao trabalhador promovendo reuniões, paralisações quando necessárias entre outras atividades; por outro esse “novo” modo de pensar o trabalho entre alguns trabalhadores evangélicos, visto que não há um consenso geral sobre esse assunto que para alguns evangélicos ainda soa como inaceitável para um “servo de Deus”, o que por vezes gera discussões entre eles tanto no interior da igreja quanto no trabalho.

O que se percebe entre a maioria dos trabalhadores pentecostais e neopentecostais é a mudança de interpretação sobre o trabalho, isto é, a ideia bíblica de que Deus procura castigar Adão e Eva por terem desobedecido a sua ordem agora lhes seria imposto o trabalho como pena. Nesse caso, o trabalho na chave bíblica está impregnado de sofrimento, o que não se aplica na interpretação dos nossos entrevistados que enxergam o trabalho como uma atividade da qual tiram seu sustento e de suas famílias, mas sem conotação punitiva e sim como uma necessidade da vida que traz ao homem dignidade no sentido e reconhecimento.

Assim sendo, a questão trabalho adquire novo sentido entre os pentecostais de modo que a luta por melhores condições em seu ambiente como melhoria de salário, redução da jornada de trabalho entre outras que circundam o espaço sindical tem alcançado esse grupo. Deste modo percebemos que as mudanças são paulatinas, mas consideráveis quando quem está em questão é um grupo cujas representações de mundo são em boa medida balizadas pela orientação religiosa em que a preservação dos valores morais como finalidade de salvação impede algumas práticas.

Mas o fato, é que no nosso caso as igrejas e suas lideranças vêem o envolvimento dos trabalhadores com o sindicato com bons olhos e entendem que estes devem sim se inteirar, discutir sobre as demandas, mas não devem perder de vista que são “homens escolhidos por Deus e que essas ocasiões são desígnios do Senhor” de colocar pessoas “ungidas” em todos os lugares, inclusive no sindicato.

Percebe-se com isso que reinterpretções sobre a participação do “crente no mundo” têm sido cada vez mais recorrentes no pentecostalismo brasileiro e na medida em que cada vez mais pessoas se declaram evangélicas os demais espaços sociais sentem os reflexos de suas crenças que se fazem presentes no cotidiano desses trabalhadores, políticos.

Portanto, o que vimos até o momento é um contexto de mudanças em ambos os espaços em que formas distintas de representação de mundo estão se imbricando de modo que nesse processo os sujeitos envolvidos trocam experiências que nos convocam a repensar algumas teses sobre o retorno do sagrado à esfera pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, R. de. *A universidade do Reino de Deus*, Campinas, UNICAMP, Dissertação de mestrado, 1996.
- ALVES, José Cláudio de Souza. *Igreja Católica. Opção pelos pobres, política e poder – O caso da Paróquia do Pilar* (dissertação de mestrado). PUC – RJ. Rio de Janeiro, 1991.
- ALVES, M. Márcio. *A Igreja e a política no Brasil*. Ed Brasiliense, São Paulo, 1970.
- ALVES, A. Rubem. *Protestantismo e Repressão*. Ed Ática. São Paulo, 1979.
- AMARAL, Leila. *Antropologia e missão*, In *Sociologia da Religião Enfoques Teóricos*, (org) TEIXEIRA, Faustino, Rio de Janeiro, Ed Vozes, 2003.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- AZZI, R. *O Catolicismo Popular no Brasil – Aspectos Históricos*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- AUBRÉE. Marion, *La vision de la femme dans la “constellation” pentecotisté*. Cahiers du Brasil contemporain, Paris, n 35/36. p. 231-246, 1998.
- BALANDIER. *Religião e poder dois lados da História*, São Paulo, Ática, 1980.
- BANDINI, P. A, Claudirene. “*Costurando certo por linhas tortas*”: *Um estudo de práticas femininas no interior das igrejas pentecostais*. Tese de doutorado, PPGS, UFSCar, São Paulo, 2008.
- BARNES, J. A. *Redes Sociais e processos políticos*. In *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Metodos*. (Org). Feldman –Bianco, Bela. Ed Global, São Paulo, 1987.

BEYER, Peter F. *A privatização e a influência pública da religião na sociedade global*. In Feathertone, Mike (org). *Cultura global: nacionalismo, globalização e Modernidade*. Tradução de Attilio Brunetta. Petrópolis, Vozes, 1994.

BERGER, Peter I. *O dossel sagrado: elementos para uma sociologia da religião*. São Paulo, Ed Paulinas. 1985.

_____. *A dessecularização do mundo: uma visão global*. *Religião e Sociedade*, v. 21, n. 1, p. 9-23, 2001.

BETTO, Frei. *Sinal de Contradição. Espaço e Tempo*, Rio de Janeiro: [s.ed],1998.

BILHÃO, Isabel. *Identidade e Trabalho uma História do Operariado Porto-Alegrense (1898-1920)*, Paraná. Ed Eduel,2008.

BIONDI, Luigi. *Identidade de classe e identidade nacional entre solidariedade e conflito: socialistas e republicanos italianos na São Paulo do início do século XX e suas relações com as associações patrícias e o nascente sindicalismo*. In: *Estudos Ibero-americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v. XXVI, n.1, p. 131-162, 2000.

BIRMAN, Patrícia. *Mediation féminina et identités pentecostistes au Brésil*. In: *Problèmes d'Amérique Latine*, n 24, p. 49-60, 1996.

BRITO, Maria Isabel de Sousa. *Gênese do Cristianismo: a relação entre judeus e gentios no discurso de Paulo em meados do I séc. d.c.* Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História (PPGH)- Unesp. Assis. 2009.

BOFF, Leonardo. *O caminhar da Igreja com os oprimidos: do vale das lágrimas à terra prometida*. Rio de Janeiro: Codecri, 1980.

_____. *A Teologia da Libertação: Balanço e Perspectivas*. São Paulo: Àtica, 1996.

_____ *Comunidade Eclesial, Comunidade Política* – ensaio de eclesiologia política. Petrópolis: Vozes, 1978.

BORGES, P. D. Thiago. *Representação partidária e a presença dos evangélicos na política brasileira*. Dissertação apresentada no Programa de Pós- Graduação em Ciência Política. USP. São Paulo. 2007.

BOURDIEU, Pierre. (1974) “*Gênese e estrutura do campo religioso*” In Sérgio Miceli (Org) *A economia das trocas Simbólicas*, São Paulo, Ed. Perspectiva.

BURDICK, J. *Procurando Deus no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed MAUAD. 1998.

BURITY. A. Joanildo, *Cultura, Identidade e inclusão social: o lugar da religião para seus atores e interlocutores*. Revista Debates do NER, Religião e políticas públicas. Ano 9, vol 14. Porto Alegre, 2008.

_____, *Cultura e identidade no campo religioso*, no 9/10/1997, p. 137-177 In. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/nove/burity>.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *O discurso acadêmico de Rubem Alves sobre “ protestantismo” e “repressão”*: algumas observações 30 anos depois. Relig. Soc. [online]. 2008, vol. 28, n 2, PP. 102-137. ISSN 0100-8587.

CASANOVA, José. *Public Religions in the Modern World*. Chicago, Chicago University. 1994.

CASTRO, M. M. M. *Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo: Anpocs, v. 20, p. 26-30, jul.1992.

DEVESCOVI, C. B. Regina. *Urbanização e acumulação: um estudo sobre a cidade de São Carlos*. (Mestrado) FGV. São Paulo, 1987.

DIEHL, Astor Antonio. *Os círculos operários: um projeto sócio-político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1932-1964)*. Porto Alegre: EDIPUC, 1990.

DOZENA, Alessandro. *São Carlos e seu “desenvolvimento”: Contradições urbanas de um pólo tecnológico*. Dissertação apresentada no Programa de Geografia Humana. USP. São Paulo, 2001.

DUMONT, Louis. *O individualismo uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Ed. Rocco, Rio de Janeiro. 2000.

DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares de vida Religiosa*, Martins Fontes, São Paulo. 1983.

FERNANDES, R. Novo Nascimento – *Os Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política*. Rio de Janeiro, ISER/MAUAD, 1998.

FERNANDEZ, A.C. CÔRETES, M. R. (1999) *Caracterização da base industrial do município de São Carlos: da capacidade de ajuste local à reestruturação da economia brasileira*. In Anais do VII. Encontro Nacional da ANPUR. Porto Alegre. 1999.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Campinas, Tese de doutorado e Sociologia, IFCH- UNICAMP. 1993.

_____ *Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política*. Viçosa, MG. Editora Ultimato. 2006.

FONSECA, A. *Religião e democracia no Brasil (1998-2001); um estudo sobre os principais atores evangélicos na política*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 26. Anais... Londrina, 2002.

GIL, A. Carlos, *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo, Ed. Atlas. 1994.

GIUMBELLI, Émerson. *Cliford Geertz: a religião e a cultura*. In Sociologia da Religião Enfoques teóricos, (org) Faustino Teixeira. Rio de Janeiro, Ed Vozes, 2003.

GOMES, Wilson. *As novas religiões populares: para um reexame da questão das seitas e da religião do povo*. Instituto de Teologia da Universidade Católica de Salvador. 1990.

GOUVEIA, Eliane Hojaij. *O silêncio que deve ser ouvido: mulheres pentecostais em São Paulo*, Dissertação de mestrado, PUC-SP, 1986.

GUTIERREZ, Benjamin e Campos, Leonildo Silveira. (Eds), *Na força do Espírito: Os pentecostais na América Latina, um desafio aos protestantes históricos*. São Paulo: AIPRAL\Pendão Real, 1996.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *Opression des femmes et religions*, Colloque de L Association Française de Sociologie Religieuse. Centre de Études Sociologiques. Paris, 1980.

JÚNIOR, Francisco de Aquino. *Teologia e Política*, Revista de Estudos da Religião - REVER. PUC. Março- ano 8. São Paulo. 2008.

LAZARSFELD, Paul. "An Episode in the History of Social Research: A Memoir" in *The Intellectual Migration: Europe and America, 1930-1960*. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1969.

LESBAUPIN, Ivo "A Igreja Católica e movimentos populares urbanos" In Religião e Sociedade, n 5, 190-210. 1980.

MACHADO, Maria das Dores. *A participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. *Carismáticos e pentecostais: os efeitos da adesão religiosa na esfera familiar*. São Paulo: Anpocs, Autores Associados, 1996.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. [s.l]: Editora Brasiliense, 1989.

MANOEL, A, Ivan. *A Ação Católica Brasileira: Notas para Estudo*. Revista Acta Scientiarum 21. p. 207-215. 1999.

MARIANO, R, “*Igreja Universal do Reino de Deus: a Magia institucionalizada*”. Revista USP, n 31 (Dossiê Magia), set.\ out\nov. 1999: 120-31.

_____, *Neopentecostais: Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____, ORO & MARIANO, *Eleições 2010: Religião e Política no Rio Grande do Sul e no Brasil*. In: Debates do NER, Porto Alegre, ano II, n. 18, p. 11-38, Jul/Dez. 2010.

MARIZ, C. L. & MACHADO, M.D.C. “ *Mulheres e práticas religiosas um estudo comparativo das Cebs e Comunidades Carismáticas e Pentecostais*” In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 34. São Paulo: ANPOCS 1997.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. *Igreja e Movimento Operário no ABC: 1954/1975*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1994.

MENDONÇA, Antonio G. “*Evolução histórica e configuração atual do protestantismo no Brasil*” In. MENDONÇA; VELASQUES. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo, Loyola, 1990.

MENEZES, Renata de Castro. *Marcel Mauss e a sociologia da religião*. In: TEIXEIRA, Faustino (org.). *Sociologia da Religião. Enfoques teóricos*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MESTRE ECKHART. *O Livro da divina consolação e outros textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 1991.

MORANTE, Elsa. Kalay, Grace Z. *The Theme of Childhood in Elsa Morante*, 1996.

NOVAES, Regina Reyes. *Os escolhidos de Deus. Pentecostais, trabalhadores e cidadania*. Ed Marco Zero, São Paulo, 2002.

NERI, Marcelo Côrtes. *Novo Mapa das Religiões*. Fundação Getúlio Vargas (FGV), Centro de Políticas Sociais (CPS), Rio de Janeiro, 2011.

_____, *O Brasil será um país evangélico?* In: Pinheiro & Pires (org.) op. cit: 105 -112.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

ORO, Ari Pedro, *Avanço pentecostal e reação Católica*. Petrópolis. Vozes. 1998.

_____ Oro, Ari Pedro . Steil, Carlos Alberto (orgs.). *Globalização e Religião*. Ed Vozes, Rio de Janeiro. 1997.

_____, *Religião e Política no Cone Sul, Argentina, Brasil e Uruguai*. São Paulo: Attar Editorial. 2006.

_____. *Eleições 2010: Religião e Política no Rio Grande do Sul e no Brasil*. In: Debates do NER, Porto Alegre, ano II, n. 18, p. 11-38, Jul/Dez. 2010.

ORTIZ, Renato. *Anotações sobre Religião e Globalização*. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 16, no 47. São Paulo, outubro de 2001.

PAINO, R. A. José. *Matizes de uma luta*. II edição. Ed Suprema, São Carlos. 2002.

PAIVA, Vanilda (org) *Igreja e questão trabalhista*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

PAIVA, Angela Randolpho. *Católico, Protestante, Cidadão: Uma comparação entre Brasil e Estados Unidos*. Belo Horizonte: Ed UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

PEREIRA, Paulo da Silva, *Projeto político e estratégias de educação da Igreja Católica no Brasil e na América Latina (1968-1985)*. Maringá, tese de mestrado, 2002.

PETRINI, Giancarlo. *Cebs: um novo sujeito popular*. Ed Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1984.

PIERUCCI, Antonio, F, (1997).” *Reencantamento e dessecularização: a propósito do auto-engano em Sociologia da Religião*”. Novos estudos CEBRAP n 49, nov.; 99-117.

_____, (1998). “*Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a cessar aquele velho sentido*”. Revista brasileira de Ciências Sociais vol. 13, n 37, jun.; 43-73.

_____, (2000). *Ciladas da diferença*. Ed 34, São Paulo.

ROLIM, Francisco Cartaxo. *Pentecostais no Brasil: Uma Interpretação Sócio-Religiosa*, Petrópolis, Ed Vozes, 1985.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado (crítica ao populismo católico)*. Ed Kairós, São Paulo, 1979.

SANCHIS, Pierre. *A graça e a gratidão*. In Vargas, Eduardo Viana, QUEIROZ, Rubem Caixeta de Et PEREZ, Léia Freitas (Org) Teoria e Sociedade, número especial. *Passagem de milênio e pluralismo na sociedade brasileira*. Belo Horizonte, UFMG, 2003.

_____, *Catolicismo: cotidiano e movimentos*. São Paulo: Loyola. 1992.

SOUZA, Jessie Jane Vieira. *Círculos Operários: A Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

SOUZA, André Ricardo. *O Desempenho político eleitoral dos evangélicos de 1986 a 2008*. Anais do II Encontro Nacional do GT História das Religiões e Religiosidades. Revista Brasileira de História das Religiões –ANPHU- Paraná. vol 1. n 3. 2009.

STEIL, Carlos. *A força revolucionária do religioso nas Cebes*. Revista Tempo e Presença, n 1, Junho, p 17-19. 1987.

STOLL, David. *Is latin America turning Protestant? The politics of evangelical. Growth*. Berkeley: University of Califórnia Press. 1990.

TEIXEIRA, Faustino, *Sociologia da Religião: Enfoques teóricos*, Rio de Janeiro, Ed Vozes, 2003.

THOMPSON, E. P. *A Formação da classe operária inglesa*, vol I *A árvore da liberdade*, Ed Paz e Terra, Rio de Janeiro. 2002.

VIGNERON, Jacques. *Comunicação interpessoal e formação permanente*. São Paulo. Angellara Editora. 1997.

WEBER, Max, *The religion of China: Confucionism and Taoism*. Glencoe, Illinois, Free Press.

_____(1963). *The Sociology of Religion*. Boston, Beacon Press.

_____, *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____, *Economía e sociedad: esbozo de sociologia comprensiva*. 2 vols. México, Fondo de Cultra Económica, 1964.

_____,” *As seitas protestantes e o espírito do capitalismo”*. In *Ensaio de Sociologia*. Orgs. H. H. Gerth e CH. W. Mills. Rio de Janeiro, Zahar: 309-346, 1974.

_____, “*A psicologia social das religiões mundiais*”. In: Ensaio de Sociologia. Orgs. H.H. Gerth e C.H. W. Mills. Rio de Janeiro. Zahar, 1974.

_____, “*Rejeições religiosas do mundo e suas direções*”. In Textos Seleccionados. Coleção Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

WATANABE. B. H. Thiago. *Caminhos e Histórias: A Historiografia do Protestantismo na Igreja Presbiteriana do Brasil*. Revista de Estudos da Religião – REVER – n.1. pp.15-30. São Paulo. 2005.

WREGGE. Rachel Silveira. *As Igrejas Neopentecostais: Educação e Doutrinação*. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Unicamp. Campinas. 2001.

1. OUTRAS FONTES CONSULTADAS:

JORNAIS

A Cidade – São Carlos

O Correio de São Carlos

Fundação Pró-memória de São Carlos e Arquivos do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Carlos.

Dados da Internet:

Internet: www.torturanuncamais.org.br

<http://www.redegospel.tv.br/>

<http://bispomacedo.com.br/blog/page/31/>

<http://www.tse.gov.br/internet/index.html>

<http://www.metalurgicosdesaocarlos.org.br/>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.cpad.com.br/>

www.fgv.br/cps/religiao

ANEXO

QUESTÕES BASE PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS.

A- Participação no Sindicato

1. A quanto tempo trabalha como metalúrgico?
2. Como você tomou conhecimento do Sindicato?
3. Costuma freqüentar as reuniões do sindicato e das paralisações?
4. Como você vê a atuação do Sindicato? As reivindicações são justas?

B- Filiação Religiosa

1. Você nasceu em lar evangélico?
2. Qual igreja freqüenta? E a quanto tempo é evangélico?
3. Tem amigos do trabalho que são membros da igreja?

C- Relação entre Militância e Ethos Religioso.

1. Na Igreja vocês discutem questões sobre o trabalho e política?
2. Há irmãos da igreja que não concordam com a participação de crente no sindicato?
3. Nas eleições do sindicato você vota na chapa em que há crentes?
4. Você se sente a vontade para falar sobre o sindicato na igreja com seus irmãos de fé?

5. Como é o relacionamento dos companheiros que não são crentes com você no sindicato?
6. Você acha que evangélico não deve participar do sindicato?
7. Aceitaria um cargo na direção do Sindicato?
8. Você participa ativamente de algum ministério em sua Igreja.
9. Já convidou algum amigo do trabalho para ir aos cultos da sua Igreja?
10. Você participa de algum projeto social na sua comunidade ou na Igreja?